

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO**

MAX ROBERTO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL E
EVOLUÇÃO DE CRIMES TRANSNACIONAIS NA FRONTEIRA ENTRE
BRASIL, PARAGUAI E BOLÍVIA NO PERÍODO DE 2000 A 2020.**

**RONDONÓPOLIS-MT
2022**

MAX ROBERTO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL E
EVOLUÇÃO DE CRIMES TRANSNACIONAIS NA FRONTEIRA ENTRE
BRASIL, PARAGUAI E BOLÍVIA NO PERÍODO DE 2000 A 2020.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Geografia Strictu Senso da Universidade Federal de Rondonópolis-MT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração Ambiente e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Jeater W. M. C. Santos

RONDONÓPOLIS-MT
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

Ficha Catalográfica elaborada de forma automática com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

O48p Oliveira, Max Roberto de.
POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL E EVOLUÇÃO DE CRIMES TRANSNACIONAIS NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PARAGUAI E BOLÍVIA NO PERÍODO DE 2000 A 2020 [recurso eletrônico] / Max Roberto de Oliveira. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 105 f., pdf). – 2023.

Orientador(a): Dr. Jeater Waldemar M. C. Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Faixa de Fronteira Brasil. 2. Bolívia e Paraguai; Geopolítica. 3. Políticas de Segurança e Defesa na América do Sul. 4. Tráfico de Drogas. 5. Crimes Transfronteiriços. I. Santos, Dr. Jeater Waldemar M. C., *orientador*. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 6 (MT-270) - - Cep: 78735901 -Rondonópolis/MT
Tel : (66) 3410-4020 - Email : mestrado.ppgeo.cur@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL E EVOLUÇÃO DE CRIMES TRANSNACIONAIS NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PARAGUAI E BOLÍVIA NO PERÍODO DE 2000 A 2020."

AUTOR : Mestrando Max Roberto de Oliveira

Dissertação defendida e aprovada em 17/12/2022.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Jeater Waldemar Maciel Correa Santos
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor(a)	SERGIO SEBASTIAO NEGRI
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Externo	Doutor(a)	Lisandra Pereira Lamoso
Instituição :	Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	
Examinador Suplente	Doutor(a)	Dimas Moraes Peixinho
Instituição :	Universidade Federal de Goiás	
Examinador Suplente	Doutor(a)	Fábio Henrique Soares Angeoletto
Instituição :	UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE MADRID	

RONDONÓPOLIS, 19/12/2022.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos. Que me foi concedido viver a meio uma pandemia que arrasou milhões de famílias no mundo todo, mas me deu uma segunda chance de viver e trilhar meu caminho dentro da educação e junto a minha família e amigos.

A minha mãe Sr.^a Enilda Maria da Silva e ao meu pai Sr. Roberto Carmo de Oliveira, que, desde meu nascimento, me deram toda a educação e moral para trilhar o caminho do bem e da paz. A minha avó Sr.^a Aparecida Balbino de Jesus, que cuidou de mim nos momentos em que mais precisei, dando todo o suporte familiar e nunca me deixou faltar nada, muito menos carinho. Aos meus irmãos, Marciely da Silva Oliveira e Matheus da Silva, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho, e todo o amor e carinho por mim dedicados incondicionalmente.

Aos amigos, Alex Santos Queiroz, Icaro Camargo de Carvalho e Wilton Pereira Rodrigues, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho. Sem eles eu não conseguiria ter psicológico o suficiente para dar prosseguimento a toda minha pesquisa.

Ao meu grande amigo e irmão André Júnior Braga, que esteve comigo nesta caminhada, desde o período da graduação até a finalização do mestrado. Foram longos 07 anos, trabalhando juntos e ajudando um ao outro, sou muito grato a tudo que ele me ajudou.

Aos meus colegas e professores do curso, em especial ao professor Caio Augusto Marques dos Santos com quem tive a honra de conviver desde do período da graduação e os últimos anos de mestrado, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

À instituição do programa de pós-graduação em geografia (PPGEO), essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

Ao programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o suporte financeiro, que me deixou confortável para a realização da minha pesquisa, sem a bolsa seria impossível desenvolvê-la.

Ao meu orientador Professor Dr. Jeater W. M. C. Santos, sem ele nada disso teria acontecido. Agradeço por ter me acolhido desde o seletivo para ingresso ao programa de mestrado a que me foi depositado e por acreditar que o meu trabalho tinha potencial e daríamos todo o máximo para desenvolvermos da melhor forma possível. Me faltam palavras para expressar o quão importante ele foi para mim, e o modelo de profissional que ele exerce será a minha caminhada a partir de agora.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo tentar compreender a razão do aumento e avanço significativo do contrabando e tráfico de drogas na fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai entre os anos 2000 e 2022. A pesquisa foi desenvolvida sob o método hipotético-dedutivo, que parte da proposição de uma solução provisória (hipótese) para um problema e o levantamento de dados e a realização de análises para avaliar se a hipótese realmente sustenta essa solução. Também foi opção metodológica uma análise multiescalar, como forma de compreender a correlação dos fatos locais com os ocorridos em escala regional, ou seja, em outros países da América do Sul. O desenvolvimento do estudo partiu da discussão de conceitos-chaves para o entendimento dos crimes transfronteiriços, tais como os conceitos de Soberania, Território e Fronteira, haja vista que os demais conceitos correlatos utilizados são de extrema importância para compreensão desse tema. Também foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas direcionadas a questão das políticas de Estado adotadas por vários países da América do Sul, imprescindíveis para a discussão proposta. Mais em nível dos limites do Brasil, foram coletados dados sobre crimes transfronteiriços (drogas e armas), os quais foram emitidos via pedidos feitos por meio de formulários e através de dados abertos disponibilizados pelos órgãos governamentais em suas páginas oficiais. Os órgãos utilizados para nortear a pesquisa foram, a Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. Por meio das coletas de dados, seguindo um período dos últimos dez anos, haja vista que são os dados mais eficazes e com maior concentração de tabelas preenchidas, sem a falta de dados. A base de dados da pesquisa passou desde a parte do levantamento bibliográfico a ampliação de todas essas informações desenvolvidas e formuladas através dos quadros, tabelas e gráficos. Através da hipótese levantada foi extraído todas as informações para que se pudesse analisar as reais situações da pesquisa, onde foi testada seguindo os passos de cada objetivo e permeando através do método escolhido. As análises realizadas junto aos objetivos específicos, foram importantes para se avançar em relação à compreensão do problema da pesquisa, estabelecido em seu objetivo geral. Estes apontaram claramente no sentido de corroborar a hipótese da pesquisa, e desta forma se revelaram como evidências importantes para compreender a causa do aumento do crime de tráfico de drogas no Brasil.

Palavras-chaves: Faixa de Fronteira Brasil, Bolívia e Paraguai; Geopolítica, Políticas de Segurança e Defesa na América do Sul, Tráfico de drogas, Crimes Transfronteiriços.

ABSTRACT

This research aimed to try to understand the reason for the increase and significant advance of smuggling and drug trafficking on the border of Brazil with Bolivia and Paraguay between the years 2000 and 2022. The research was developed under the hypothetical-deductive method, which starts with from proposing a provisional solution (hypothesis) to a problem and collecting data and carrying out analyzes to assess whether the hypothesis actually supports that solution. A multiscale analysis was also a methodological option, as a way of understanding the correlation of local facts with those that occurred on a regional scale, that is, in other countries in South America. The development of the study started from the discussion of key concepts for understanding cross-border crimes, such as the concepts of Sovereignty, Territory and Border, given that the other related concepts used are extremely important for understanding this theme. Documentary and bibliographical research was also carried out on the issue of State policies adopted by several countries in South America, essential for the proposed discussion. More at the level of the limits of Brazil, data on cross-border crimes (drugs and weapons) were collected, which were issued via requests made through forms and through open data made available by government agencies on their official pages. The bodies used to guide the research were the Federal Revenue, Federal Highway Police and Federal Police. Through data collection, following a period of the last ten years, considering that they are the most effective data and with the highest concentration of filled tables, without the lack of data. The research database went from the bibliographic survey to the expansion of all this information developed and formulated through charts, tables and graphs. Through the hypothesis raised, all the information was extracted so that the real situations of the research could be analyzed, where it was tested following the steps of each objective and permeating through the chosen method. the analyzes carried out along with the specific objectives were important to advance in relation to the understanding of the research problem, established in its general objective. These clearly pointed towards corroborating the research hypothesis, and thus revealed themselves as important evidence to understand the cause of the increase in the crime of drug trafficking in Brazil.

Keywords: Brazil, Bolivia and Paraguay Border Strip; Geopolitics, Security and Defense Policies in South America, Drug Trafficking, Cross-Border Crimes.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – PONTOS DE ROTAS ALAGADAS AO LONGO DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA.	54
IMAGEM 2 – PONTOS DE ROTAS TERRESTRES(CABRITEIRAS) NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA.	55
IMAGEM 3 – PATRULHAS NAS FRONTEIRAS ALAGADAS.....	55
IMAGEM 4 – PATRULHA NAS ESTRADAS CLANDESTINAS (CABRITEIRAS).....	56
IMAGEM 5 –TAXA DE HOMICÍDIOS POR POPULAÇÃO MUNDIAL.....	59
IMAGEM 6 – TAXA DE HOMICÍDIOS POR PAÍS EM 2017.....	59
IMAGEM 7 – ROTAS DE DROGAS COM ORIGEM NA AMÉRICA DO SUL.....	61

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE.....	80
TABELA 2 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	81
TABELA 3 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	82
TABELA 4 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	83
TABELA 5 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	84

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.....	49
QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BOLIVIANA.....	49
QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO PARAGUAI	50
QUADRO 4 – COMPARATIVO DE INDICADORES GEOGRÁFICO, ECONÔMICO E SOCIAL ENTRE BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI (2021).	51
QUADRO 5 – COMPARATIVOS DE ÁREA E POPULAÇÃO ENTRE	68
QUADRO 6 – NÍVEIS DE ANÁLISES CRIMINAIS A SEREM COMPREENDIDOS. .	71
QUADRO 7 – PRODUTOS MAIS APREENDIDOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.	71
QUADRO 8 – AS DROGAS MAIS APREENDIDAS EM TODO O TERRITÓRIO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS– (RF).	74
QUADRO 9 – OS PRODUTOS MAIS APREENDIDOS NAS FRONTEIRAS BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI – (PRF).	75
QUADRO 10 – ÁREA TOTAL (KM²) DOS ESTADOS QUE OCUPAM AS ZONAS DE FRONTEIRA.....	78
QUADRO 11 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES ESTADUAIS ENTRE ACRE E PANDO.....	86
QUADRO 12 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES.....	87
QUADRO 13 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES ESTADUAIS ENTRE MATO GROSSO E SANTA CRUZ.....	88
QUADRO 14 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES.....	89
QUADRO 15 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES ESTADUAIS ENTRE PARANÁ – CANINDEYU – ALTO PARANÁ.	90
QUADRO 16 - OS PRODUTOS MAIS APREENDIDOS EM NÍVEL MUNICIPAL, ENTRE A ZONA DE FRONTEIRA DO BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS – (PRF).....	94

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – APREENSÕES DE MACONHA NA AMÉRICA DO SUL(1998-2006).	62
GRÁFICO 2 – ÁREA TOTAL DE CULTIVO DE COCA ENTRE BOLÍVIA, PERÚ E COLOMBIA. (1998-2006).....	62
GRÁFICO 3 – POTENCIAL DE CULTIVO DE COCA NO CONTINENTE AMERICANO (1998-2006).	63
GRÁFICO 4 – CONSUMO DE COCAÍNA NOS PAÍSES DA UE E DA EFTA, 1998-2008.	64
GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DE COCAÍNA PELO MAR.....	65
GRÁFICO 6 – AS DROGAS MAIS APREENDIDAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS E CONTABILIZADAS PELA RECEITA FEDERAL.	75
GRÁFICO 7 – AS DROGAS MAIS APREENDIDAS NO TERRITÓRIO	76
GRÁFICO 8 – ÍNDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS,	86
GRÁFICO 9 – ÍNDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS,	87
GRÁFICO 10 – ÍNDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS, REALIZADAS PELA “PRF” NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO ESTADO DE MATO GROSSO.	88
GRÁFICO 11 – ÍNDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS,	89
GRÁFICO 12 – ÍNDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS REALIZADAS PELA “PRF” NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO ESTADO DO PARANÁ.	90
GRÁFICO 13 – MÉDIA DE TODAS AS DROGAS APREENDIDAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NOS ESTADOS QUE COMPÕEM AS ZONAS DE FRONTEIRA DO BRASIL.	91
GRÁFICO 14 – MUNICÍPIOS COM MAIOR ÍNDICE DE APREENSÃO NOS.....	94

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE DO BRASIL.....	67
MAPA 2 – LIMITES ESTADUAIS DENTRO DA ÁREA DE ESTUDO, TERRITÓRIOS ENTRE BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI.....	77
MAPA 3 – OS PRODUTOS MAIS APREENDIDOS DE CADA ESTADO NA ZONA DE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI.	92
MAPA 4 – OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DENTRO DA ÁREA DE ESTUDO COM MAIORES INTENSIDADES DE APREENÇÕES EM SUAS FRONTEIRAS.....	95

LISTA DE SIGLAS

UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.
EUA	Estados Unidos da América.
CRS	Complexos Regionais de Segurança.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
EU	União Europeia.
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio.
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas.
OEA	Organização dos Estados Americanos.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
PIB	Produto Interno Bruto.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
GLO	Garantia da Lei e da Ordem.
FARCS	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.
MI	Ministério da Integração Nacional.
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
CNCP	Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo.
IBAMA	O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis.	
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração
	da Faixa de Fronteira.
RFB	Receita Federal do Brasil.
PRF	Polícia Rodoviária Federal.
PC	Polícia Civil.
PM	Polícia Militar.
GEFRON	Grupo Especial de Fronteira.
EB	Exército Brasileiro.
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. OBJETIVOS DA PESQUISA	18
2.1 - Objetivo Geral	18
2.2 - Objetivos Específicos	18
3. METODOLOGIA	19
3.1 - Método de Investigação	19
3.2 - Materiais e Técnicas	21
4. RESULTADOS	23
4.1 - O Inter-relacionamento de Conceitos-Chave Para Análises de Políticas de Segurança e Defesa dos Estados.	23
4.1.1 Soberania.....	23
4.1.2 Território	25
4.1.3 Fronteira.....	31
4.2 - Evolução das Políticas de Segurança e Defesa na América do Sul (resultado do objetivo específico 02).....	37
4.2.1 A teoria dos Complexos Regionais de Segurança enquanto recurso análico do quadro de políticas de cooperação/integração/disputas entre os países da América do Sul.....	37
4.2.2 Tentativas de convergências das políticas de integração regional na América do Sul.....	41
4.2.3 - Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).	42
4.2.4 - União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).	44
4.2.4 - Aspectos geradores de tensões nas fronteiras entre Brasil, Bolívia e Paraguai.	47
4.2.5 - Operações de Garantia da Lei e da Ordem das Forças de Segurança em conjunto.....	52
4.3 - Os Acordos Bi-Laterais entre Colômbia e E.U.A e a Reorientação dos Fluxos de Tráfico de Drogas na América do Sul - (resultado do objetivo específico 03)	57
4.4 - A Evolução do Tráfico de Drogas na Faixa de Fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia. (resultado do objetivo específico 04).....	67
4.4.1 - As Finalidades Geopolíticas da Faixa de Fronteira Terrestre do Brasil.	67
4.5 A Evolução dos Crimes Transacionais (tráfico de drogas) nas Fronteiras de Brasil, Bolívia e Paraguai.	70
4.5.1 Primeiro nível – Nacional: tipos de ilícitos mais apreendidos em todo território brasileiro.....	71
4.5.1.1 Os produtos de contrabando mais apreendidos em todo território brasileiro.....	73
4.5.2 Segundo nível – Estadual: as principais apreensões de ilícitos registradas nas zonas de fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.	76
4.5.3 Terceiro nível – Municipal: as principais apreensões de ilícitos registradas nas zonas de fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Brasil tem figurado, junto com diversos outros países da América do Sul e Caribe, entre os países com maior índice de criminalidade (homicídios, tráfico de drogas, contrabando de armas, biopirataria etc.) do mundo. Sendo que muitos destes crimes são perpetrados por organizações criminosas de dimensão internacional, as quais atualmente tem matado tanto quanto os conflitos armados e os atos terroristas (UNODC, 2019).

Portanto, para se tentar compreender a natureza desses graves problemas gerados pelas atividades de organizações criminosas de nível transnacional e que atingem parcelas significativas de populações de diversos países do globo, é necessário a realização de análises que busquem compreender de que modo as políticas internas e externas estabelecidas pelos países afetados por tais problemas, acabam redefinindo suas formas de agir, e produzindo reflexos positivos para uns e negativos para outros.

Nesse sentido, para encaminhar tais discussões, a pesquisa será embasada em análises “multiescalares”. A primeira escala geográfica de análise é a regional, que tratará de discutir como tem se dado as políticas que visam o desenvolvimento econômico dos países da América do Sul, e no bojo dessa discussão a pauta da segurança e defesa dos territórios desses Estados. Assim, tal discussão necessariamente se embasa sobre conceitos geopolíticos como o de soberania, território e fronteiras.

Atentaremos para os conceitos aqui estruturados, demonstrando suas aplicações, desde o seu sentido físico aplicado (como se forma e como é utilizado) dentro de uma perspectiva da geografia clássica, até o sentido geopolítico moderno, mostrando as relações dos conceitos além dos meros sentidos físicos aplicados da geografia clássica.

Na segunda escala geográfica de análise, referente ao espaço compreendido pela faixa de fronteira dos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, com o Paraguai e a Bolívia, entraremos em discussões acerca da evolução dos crimes transfronteiriços (tráfico de drogas) por meio de estatísticas de

apreensões realizadas pela Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal.

O trabalho traz os dados disponíveis por três órgãos (RF, PRF e PF), pois o banco de dados criado na pesquisa, necessitou de informações em que somente um órgão não tinha disponível. Assim, se fez necessário a junção dos três órgãos, em vez de apenas um.

O uso das diferentes escalas geográficas de análise no presente trabalho se faz necessária, haja vista que para podermos compreender as dinâmicas de crimes transnacionais, é preciso partir do entendimento dos processos que lhe dão origem, via uma noção regional dos acontecimentos políticos, até chegarmos em uma resolução um pouco mais verticalizada desses problemas em nível local, ou seja, compreender o que significa em nível de Brasil, o forte crescimento de tais crimes nos últimos 10 anos.

Para Fagundes e Rückert (2014), a necessidade de utilizar as análises multiescalares, é devido a presença de fatores que acabam envolvendo atividades particulares, sob o próprio espaço geográfico, apresentando agentes econômicos, sociedades nacionais e internacionais, os governos municipais, provinciais e de Estados. Tudo isso gera uma complexidade que extrapola fatores e características militares das forças de segurança de cada país para sua explicação, e sim análises, mas amplas e integradas das diferentes realidades envolvidas no problema, que por fim lhe dão a forma como se manifestam localmente.

Seguindo essa linha de análise, iremos evidenciar os processos políticos e econômicos e sociais, em uma atividade ampla, com questões bilaterais/multilaterais e eminência de conflitos, que ocorrem entre as nações da América do Sul, em evidência, Brasil, Bolívia e Paraguai.

Após sairmos da escala mais ampla (regional), abordaremos os conflitos locais que estão em ascensão na atualidade, os contrabandos de drogas, que estão passando sob os limites de nossas fronteiras, e que parte está sendo consumido aqui mesmo e parte está sendo distribuído para diversos países do mundo.

O trabalho assume como problemática, responder o porquê do elevado crescimento dos tráficos de drogas nos últimos 20 anos na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia. Isso, mesmo tendo sido alcançado consideráveis avanços em termos do estabelecimento de acordos de cooperações entre os países da América do Sul nesse mesmo período, e a realização de inúmeras operações conjuntas de combate a tais crimes. Além disso, observa-se que nos últimos anos tem havido uma significativa integração entre as unidades de segurança externas, (forças armadas), que faz a proteção de nossas fronteiras em nível internacional e a forças de segurança interna, representadas pelas policias estaduais, municipais e federais.

Para realizar a análise dessas políticas bi e multilaterais estabelecidas no sentido de fortalecer os laços de cooperação e conseqüentemente reduzir as tensões territoriais, disputas econômicas e espaço de ação de organizações criminosas transnacionais nos países da América do Sul, nos apoiamos em diversas teorias, sendo uma delas, a teoria dos complexos regionais de segurança.

A teoria dos complexos regionais de segurança proposta por Buzan e Waever (2003) foi desenvolvida na escola de Copenhague na “Dinamarca”, e tem como um dos seus objetivos, explicar quais, ameaças políticas têm como objetivo destruir ou abalar a estabilidade e organização de uma nação.

Assim, à luz da contribuição dessa teoria e das demais que serão empregadas nas diversas análises desenvolvidas na pesquisa, e com embasamento nos dados de estatísticas de crimes transnacionais obtidos, pretende-se contribuir com a ampliação da compreensão das graves questões de segurança que afligem a população brasileira e, desta forma, subsidiar a adoção de novas perspectivas e diretrizes das políticas e ações que são estabelecidas para o seu enfrentamento.

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1 - Objetivo Geral

Compreender se as políticas de segurança e defesa adotadas pelos países que integram a América do Sul têm influenciado na evolução dos crimes transnacionais como o tráfico de drogas, observados nos últimos 20 anos na zona de fronteiras territoriais entre o Brasil, Paraguai e Bolívia.

2.2 - Objetivos Específicos

- Discutir o alcance e aplicação dos conceitos de soberania, fronteira e território. para assim compreender a dinâmica dos crimes transnacionais na área de estudo;
- Descrever os esforços de implementação de acordos políticos e criação de instituições voltados a integração regional e enfrentamento a questões de segurança e defesa dos países que integram a América do Sul no período de 2000 a 2020;
- Verificar se as políticas e ações de combate ao tráfico internacional de Cocaína adotadas pela Colômbia em parceria com os E.U.A a partir do ano de 2000 tem promovido o estabelecimento de novos destinos da produção dessa droga na América do Sul;
- Analisar a evolução das ocorrências de crimes transnacionais (tráfico de drogas) entre os anos de 2010 e 2020 no território brasileiro, em nível federal, estadual e municipal, na zona de fronteira do estado de Mato Grosso com o Paraguai e Bolívia.

3. METODOLOGIA

Neste tópico, o trabalho se busca demonstrar quais foram os procedimentos acerca da metodologia estipulada para desenvolver a pesquisa. Começaremos abordando qual o método utilizado para que a investigação possa responder o problema da pesquisa e em seguida, os materiais e técnicas que serão empregados para o alcance de cada objetivo específico.

3.1 - Método de Investigação

O método de investigação escolhido para a presente pesquisa é o hipotético-dedutivo proposto por Popper, pelo qual, toda investigação tem origem num problema, cuja solução envolve conjecturas, hipóteses, teorias e eliminação de erros (Marconi e Lakatos, 2009).

Para embasar a hipótese requerida pelo método da pesquisa, recordaremos aqui o problema da pesquisa, que consiste em compreender o porquê do crescimento acelerado dos crimes transnacionais na zona de fronteira¹ dos territórios do Brasil, Bolívia e Paraguai, nos últimos 10 anos. Tal crescimento tem ocorrido mesmo sendo possível se constatar que houve avanços consideráveis em termos de estabelecimento de políticas de cooperação multilateral entre os governos dos países da América do Sul no mesmo período, inclusive nas pautas de segurança e defesa. Desse modo, o que estaria impulsionando esse expressivo crescimento no número de casos desses crimes?

Assim, parte-se da hipótese de que tal crescimento pode se dever ao redirecionamento dos fluxos de drogas produzidas por pequenos produtores que vivem em outros países da América do Sul (sobretudo Peru e Bolívia), e que originalmente tinham como destino de suas produções o abastecimento do mercado colombiano. Isso porque, em função de acordos bilaterais de fechamento das fronteiras “Colombianas”, a partir da securitização do tema (guerra às drogas) na década de 1970 pelo governo dos Estados Unidos, ficou muito difícil comercializar

¹ Espaço que emerge da demarcação do limite político territorial entre dois Estados Nacionais; ela se encontra na confluência entre dois territórios fundados sobre duas identidades nacionais construídas dentro da oposição entre “nós e os outros”.

tais drogas no mercado colombiano, forçando tais produtores a buscar novos destinos para suas mercadorias na América do Sul, sobretudo o mercado brasileiro.

Desta forma, sem poder vender suas drogas aos traficantes colombianos, e sem o *know-how* para realizarem eles mesmos as demais etapas do preparo dessa droga e, ainda, sem os contatos com os compradores norte americanos ou de outras partes do mundo, essa produção ficou “a busca de novos destinos” conforme explica Silva:

Nos anos 1970 e 1980 é possível perceber um crescimento mundial do consumo de cocaína e maconha, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, o que potencializou o tráfico de drogas nos países andinos, transformando negócios ilegais de pequena proporção em empreitadas empresariais. Os principais grupos, neste momento, despontam na Colômbia por acumularem tradição em práticas ilegais, deterem os contatos e conexões para sintetizar a cocaína e transportá-la aos centros consumidores. (SILVA, 2015 p. 124).

Assim, é possível que a política externa norte americana de “guerra às drogas” tenha de fato alcançado esse almejado “fechamento das fronteiras” da Colômbia, criando pesadas dificuldades para os pequenos agricultores de coca de outros países da América do Sul (Peru e Bolívia), pudessem manter seus negócios com esse país, os obrigando a buscar outros mercados para suas drogas na região.

Desta forma, buscando checar se tal hipótese tem fundamento, a investigação foi estabelecida sobre uma análise multiescalar, iniciando primeiro em nível de América do Sul buscando compreender como as políticas de segurança e defesa tem norteado essa questão entre os países que a constituem e, em seguida, em nível de Brasil, buscando retratar de forma detalhada o aumento dos crimes de tráfico de drogas em nível nacional, regional e dos municípios que compõem a linha da fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Dessa forma, o estudo se desenvolve nos seguintes passos: Passo 1) Aprofundar a compreensão teórica sobre o alcance dos conceitos que embasam e a discussão da temática definida para o estudo, sobretudo em relação a essa realidade específica (território, fronteira, soberania etc.); Passo 2) Entender qual tem sido a evolução alcançada em termos do estabelecimentos de políticas de ação conjunta dos governos dos países da América do Sul, sobretudo no que tange à cooperação em termos de segurança e defesa e combate a crimes transnacionais; Passo 3) Tentar verificar se os acordos bi laterais entre Colômbia e EUA com o fechamento das fronteiras através do combate as

drogas tem conseguido de fato “fechar as fronteiras” desse país, à entrada de fluxos de tráfico de drogas oriundos de outros países da América do Sul e se isso está se refletindo na redistribuição de tais fluxos para outros países da região; Passo 4) Analisar a evolução das ocorrências de crimes transnacionais que tem como rota ou destino o território brasileiro por meio da faixa de fronteira do estado de Mato Grosso com o Paraguai e a Bolívia e ainda, quanto dessas drogas e armas ficam como destino final no território brasileiro;

3.2 - Materiais e Técnicas

O alcance do objetivo específico número 1, foi buscado por meio da realização de pesquisa bibliográfica a partir de textos de autores clássicos e contemporâneos que tratam de tais conceitos e, buscando verificar se houve mudança na interpretação dos mesmos com o passar do tempo. Essa discussão fornecerá o embasamento conceitual necessário para a compressão dos dados, fatos e teorias que serão empregados na discussão do problema da pesquisa.

O objetivo específico número 2, foi alcançado a partir da realização de pesquisa documental e bibliográfica, sobretudo de produções científicas que tem buscado retratar e entender como tem se dado a evolução dos esforços estabelecidos pelos governos dos países que integram a América do Sul, na tentativa de se criar aqui uma unidade regional. Essa revisão terá foco especial nos avanços obtidos nos acordos de cooperação que abrangem as questões de segurança e defesa desses Estados.

Para cumprir o objetivo específico número 3, também empregamos pesquisa documental e bibliográfica, visando conhecer quais os efeitos das ações adotadas pelo governo colombiano, decorrentes de acordos bilaterais estabelecidos com os EUA a partir da década de 1970. A ideia é tentar verificar se tais acordos tem conseguido êxito em termos de combater o crime organizado (narcotráfico²) na Colômbia e, também, no sentido de impedir a entrada de fluxos de drogas produzidos por produtores de outros países da América do Sul. Assim, será de grande importância para o alcance desse objetivo se obter evidências estatísticas

² O narcotráfico é um termo genérico que se relaciona com o comércio de determinadas substâncias ilícitas, ou seja, certos psicotrópicos, popularmente conhecidos como “drogas”.

que demonstrem alterações nos fluxos de drogas entre os países da América do Sul nos últimos 20 anos.

Para alcançar o objetivo específico número 4, foram obtidos registros de apreensões de drogas e armas nas fronteiras do estado de Mato Grosso com o Paraguai e a Bolívia no período de 2010 a 2020 decorrentes de ações da Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Forças Armadas. Esses registros serão analisados de forma agregada segundo unidades da federação, municípios da faixa de fronteira e vias em que tais apreensões ocorreram.

4. RESULTADOS

4.1 - O Inter-relacionamento de Conceitos-Chave Para Análises de Políticas de Segurança e Defesa dos Estados.

Para avançarmos nas diversas discussões acerca das relações geopolíticas mundiais, temos que compreender como funciona, como é aplicado os conceitos que viabilizam e sustentam as formas de segurança nacional de um país, sobretudo em relação aos conceitos de “soberania”, “território” e “fronteira”.

O trabalho segue em evidência no seu título a aplicação das análises de políticas e segurança, em destaque alguns países da América do Sul (Brasil, Bolívia e Paraguai). Para compreensão de tais conceitos e aplicações dessas políticas de segurança, vem a obrigatoriedade de entendermos os conceitos correlatos que os definem, como a soberania, o território e a fronteira.

Não existe um país soberano sem a formação do seu Estado, não existe um Estado e a sua sociedade sem o seu território, e sem um território não há que se falar na existência de algum tipo de fronteira.

Atentaremos para os conceitos aqui estruturados demonstrando suas aplicações, desde o seu sentido físico aplicado (como se forma e como é utilizado) dentro de uma perspectiva da geografia clássica, até o sentido geopolítico moderno.

4.1.1 Soberania

Pode-se entender a soberania enquanto o estado em que um indivíduo ou coletivo, ordena as leis e o comportamento de toda uma sociedade dentro de uma determinada região ou território.

Segundo Junior (2014 p.54) apud Dussel, (2007) “[...] poder que tem a comunidade como uma faculdade ou capacidade que é inerente a um povo enquanto última instância da soberania, da autoridade, da governabilidade, do político”.

Para Simões (2021), a soberania encontra-se sob o poder de que/quem manda, governos que possuem um alto valor de reconhecimento dentro da economia mundial.

Para Joo (2015), a soberania é reconhecida através da força e do poder que o país pode exercer, sob sua população.

Em uma linha geral, todos os autores definem o conceito de soberania com grandes semelhanças, já que as relações criadas pela soberania de um país, vai além de apenas força bruta, mas sim de leis e regras que ordenam as relações entre cada indivíduo.

Entende-se que a relação do conceito de soberania advinda de um sentido clássico, traz o estado e seu território como agentes utilizadores do seu poder para delimitar e defender seus limites, isso em uma visão da geografia clássica. Porém, nas relações geopolíticas a utilização desse poder gerado por um Estado soberano ultrapassa as meras relações de limites cartográficos de um dado território, vai além, quando um país de forma indireta acaba criando tomadas de decisões (interferindo) em políticas e ações que se realizam dentro do território de outros países.

Isso acontece quando as “políticas” estabelecidas por tais organizações, permitem tais brechas, ou seja, acontece a interferência de forma indireta por meio de medidas de políticas frágeis, que acabam permitindo tais interferências.

Já dizia Milton Santos, o território analisado dentro da linguagem geográfica, sob o conceito do “espaço geográfico”, é “[...] um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo do presente, este mundo dominado pela globalização [...]” (SANTOS,2005).

O professor Milton Santos, em suas obras explanando o sistema novo, abarcado pela globalização, já visualizava as políticas de interferências territoriais, haja vista que o sistema novo globalizado, já utiliza das novas tecnologias para interferir nas políticas de segurança e territoriais das outras nações.

Segundo Machado (2011), “ a medida em que as políticas de segurança internas de um país, acaba por depender da colaboração e cooperações internacionais, acaba-se alterando a concepção clássica de soberania. Isso ocorre, pois, o Estado divide-se funcionalmente em partes distintas, cada uma assume sua função, seja as agências governamentais, tribunais, o próprio legislativo, o poder executivo, formando-se em redes.

A associação do combate ao tráfico de drogas ilícitas a outras questões, desde o crime organizado até o terrorismo global, configura um novo referencial das relações inter-estatais. Não se trata agora de um problema estritamente de segurança interna (sociedade civil, instituições, governo) e sim de responder a ameaças de natureza global com a reestruturação de todo o campo da segurança de cada Estado. Essa mudança tem consequências econômicas com a abertura e/ou expansão de um campo de

negócios e negociações que move uma economia poderosa, a economia da segurança (Transnational Institute 2009).

Para Bigo (2006), esse processo sistêmico ainda em desenvolvimento, está consumindo os limites tradicionais entre a segurança externa (militar e guerras) e a segurança interna (ordem pública e forças policiais). “[...] uma concepção estática é substituída por outra mais dinâmica de fronteiras internacionais, que por sua vez sugere a metáfora de campos ou espaços transversos entre a soberania de cada Estado e um sistema mundial de segurança” (BIGO, 2006 p.2).

Essa discussão é extremamente ampla e, ligando as relações de soberania com as ocorrências de tráficos de drogas, acaba sendo desenvolvida como já dito, através das políticas e acordos que deixam brechas ou passam despercebidos ocasionando um sistema como já utilizado por Machado (2011), “sistema transverso”, onde as políticas perpassam entre a soberania do Estado e as interferências internacionais de outros países, principalmente ligadas os sistemas de segurança.

4.1.2 Território

O conceito de território é um dos mais utilizados pelos geógrafos e a sua utilização vem sendo aplicada há séculos. A maneira em que enxergamos o significado de território, percebemos que está intimamente ligado e atribuído, às constantes transformações políticas, econômicas e sociais do nosso planeta.

A discussão acerca das definições e características do conceito de fronteira, chega na classificação e no uso do conceito de território, haja vista que não há uma fronteira sem a existência de um território no espaço geográfico. Ao analisarmos o seu aparecimento na história, chegaremos a distintas concepções, entre elas a utilizada por Frédéric Ratzel.

Para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas. Justificando estas colocações, Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”; este representaria uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais. (MORAES, 2003 n.p).

O modelo naturalista de Ratzel apresenta o território como a ocupação e apropriação dos recursos naturais e sociais, assim gerando relações de proteção e manutenção das fronteiras como forma de sobrevivência de uma sociedade.

Em resumo, temos então, Friedrich Ratzel com seu conceito “determinista” em que , em sua visão o homem é fruto e produto do meio. Nesta lógica, Ratzel apresenta esta categoria de análise da geografia, como a influência das relações da natureza sobrepondo a humanidade. Para ele, a sociedade funcionava como um organismo vivo (criado por ele, o termo Espaço vital), que mantém relações com a natureza, em específico com o solo.

A sua teoria sobre o “espaço vital”, baseava-se na necessidade de expansão do território, que chegando a certo ponto, os grupos que se apoderava de determinado pedaço de terra, acabaria tendo que expandir sua área em busca de novas fontes para sua subsistência.

Ratzel afirmou que o território poderia expandir ou simplesmente retrair. Isso ocasionado através das lutas pela sobrevivência, através de grupos distintos. Por intermédio dessas teorias, o conceito de defesa ganhou grande importância, assim atribuídas ,hoje, fortemente às táticas militares.

Para o autor, essas relações entre o homem e a natureza existia devida a necessidade em que se encontrava o homem, seguindo uma lógica de sobrevivência. A partir do momento em que as pessoas criavam ali relações, aquele pedaço de terra, passava a ser seu território, e tinham a necessidade de defendê-lo (assim dando origem ao estado).

É de interesse de todos ,antes de mais nada, destacar que, no período vivenciado por Ratzel, estava ocorrendo alguns processos e modificações circunstanciais para o destino da Alemanha, como por exemplo:

“[...] um território fragmentado em dezenas de pequenos feudos (reinos, principados, ducados e cidades livres); segunda, o desejo de unificação; terceira, as ideias expansionistas imperialistas, articulado ao capitalismo industrial”. (RODRIGUES et al, 2015 p.89).

Ao contrário de Ratzel, La Blache acreditava que os grupos humanos estando organizados em seu território, poderiam sim, expandir, mas não seria pelo simples fato de sobrevivência, mas sim por obra do acaso, de certa forma, “medida pela contingência”.

As teorias criadas por Ratzel foram duramente criticadas por La Blache. A primeira crítica foi estabelecida por acreditar que Ratzel não seguia um processo de construção social de forma liberal e sim de maneira autoritária.

“[...] A proposta de Ratzel exprimia o autoritarismo, que permeava a sociedade alemã; o agente social privilegiado, em sua análise, era o Estado, tal como na realidade que este autor vivenciava”. (MORAES, 2003 n.p).

Para La Blache realmente existe a relação do homem com a natureza, porém o homem sofre interferência do meio, mas a figura do homem manifesta como transformador do espaço, ou seja, ele modifica a paisagem.

“[...] as necessidades humanas são condicionadas pela natureza, e que o homem busca as soluções para satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidos pelo meio. Neste processo, de trocas mútuas com a natureza, o homem transforma a matéria natural, cria formas sobre a superfície terrestre: para Vidal, é aí que começa a “obra geográfica do homem”. Assim, na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana[...]”. (MORAES, 2003 n.p).

O território enquanto uma unidade político-administrativa corresponde aos complexos naturais (objetos naturais) e às construções feitas pelo homem: estradas, plantações, fábricas, casas, cidades (objetos técnicos) num determinado país. O território é construído historicamente, cada vez mais, como negação da natureza natural, ou seja, os objetos naturais vão sendo substituídos pelos objetos técnicos e constituindo as paisagens culturais. A materialidade do território é, assim, definida por objetos que têm uma gênese natural, mas que no desenrolar de seu processo histórico diferentes sociedades atuam no sentido de lhe transformar adicionando sobre os primeiros conteúdos técnico e social. Espaços organizados em sistemas de objetos e ações que tem influência direta nas diferentes configurações e formas de uso do território. Este é usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado numa dinâmica contínua:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que, sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima[...] (SANTOS, 1996, p.31).

Com a globalização os territórios nacionais têm sofrido várias mudanças, seja no conteúdo demográfico, econômico, fiscal, financeiro, político etc. O território era a base, o fundamento do Estado Nação que ao mesmo tempo a moldava. Com a

globalização, passamos da noção de território “estatizado”, nacional, para a noção de território “transnacional”, mundial, global.

Raffestin (1993) não descarta as definições de atuação dos Estados na descrição do conceito de território segundo proposto por Ratzel, apenas salienta que não é somente o poder do Estado responsável por definir tal função. As relações e práticas da sociedade são descritas por Raffestin (1993) como atos predominantes para a criação e transformação do território.

A necessidade da sociedade segundo Saquet (2007), baseia-se na aquisição de matérias-primas para subsistência, e assim forma-se o Estado e a obrigação da garantia da posse e proteção dos recursos de um dado território.

As relações de poder são, sem dúvidas, o *start* para as definições e formações dos territórios e até mesmo da noção de fronteira. É através do controle, interesses políticos e do poder (econômico/militar) que os grandes grupos monopolizam a economia e as leis, mudam as regras e controlam as mudanças no território de praticamente todos os países do globo.

Todas essas definições se enquadram dentro da noção de um território legal (político/administrativo de um Estado), onde estão visíveis suas funções e definições de suas leis. Porém, há outras formas de territórios que não possuem limites legalmente instituídos, e, portanto, não são definidos por leis reconhecidas pelos Estados Nação.

As relações salientadas aqui, trouxeram vários autores que de certa forma trazem sua visão do “território” dentro de uma análise empregada a décadas por uma geografia Clássica. As análises são de extrema importância, haja vista que a proposta do enunciado em seu primeiro momento procura definir e explicar o conceito e aplicação do território.

Ao tratarmos as relações de território dentro das análises geopolíticas pós globalização, teremos um conceito atrelado a sistemas baseados através de políticas dos estados, com ênfase nos acordos bi-laterais e multilaterais estabelecidos entre os países.

Devemos compreender então que, para as análises propostas neste trabalho, o conceito de território não pode transcorrer apenas sob as concepções clássicas da geografia, já que no seu bojo, a geografia clássica traz o território puramente físico (demarcação de limites), mostrando apenas suas aplicações quanto a um território

estático, com suas definições de limites cartográficos, que não consideram interferências externas, por acreditar que possuem suas fronteiras fechadas advindas das suas leis e políticas estabelecidas internamente.

Antes, era o Estado, afinal, que definia os lugares –de Colbert a Golbery– dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, a moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (SANTOS, 2005 n,p?).

Nas palavras do professor Milton Santos, ele já dizia antes eram estados dos lugares, onde o território tinha suas bases ligadas as relações físicas espaciais, hoje o território perpassa por uma conceituação moderna, ligada as questões políticas, econômicas e sociais, o que ele chama de transnacionalização do território.

Para entendermos o território dentro dessa nova perspectiva da geografia, temos que mudar nossa compreensão das formas como se dá o seu uso. Antes, o território era compreendido como um espaço de uso e ocupação (SANTOS, 2005), ou seja, aquele território dividido e delimitado através de suas políticas internas. Essa era a concepção de um território “isolado”, com uma estrutura definida sem interferências internacionais, haja vista, que existem leis que garantem que um país soberano se rege por suas próprias leis.

Com o processo de estabelecimento de políticas bi-laterais e multilaterais, surgem diferentes possibilidades para que outros países acabem interferindo em tomadas de decisões internas, como isso acontece? Hoje, não necessariamente precisa-se estar em seu território de origem para identificar a sua nacionalidade. Um exemplo prático que podemos utilizar, é um navio ou até mesmo um avião, não deixa de ser propriedade inteiramente ligada a seu território, mesmo estando em outro território, se o navio é brasileiro, e está na África, ele continua pertencendo a nação brasileira, o que muda são as políticas que serão seguidas através de cada país. Outro exemplo seria a exploração de uma jazida de um determinado recurso natural (urânio, petróleo, gás etc.) que abunda num determinado país, mas a exploração é feita por empresas de um ou vários outros países e a preços determinados de uma forma ou de outra pelos países que se beneficiam desta exploração.

Veja como o conceito atual de território evoluiu frente as suas primeiras concepções apresentadas por pensadores da geografia clássica. O que denomina o território hoje são as políticas e relações internacionais entre os Estados Nação.

É nesta perspectiva que a noção de território será empregada nas análises dos crimes transfronteiriços, considerando-se que as relações entre as organizações criminosas não se detêm pelas limitações materiais existentes no estabelecimento das fronteiras político-administrativa entre os países, e ultrapassam os limites legais dessas fronteiras.

O tráfico de drogas ilícitas, mais especificamente, a economia das drogas ilícitas apresenta impacto e efeitos diferenciados em cada país, porém o caráter multinacional das organizações e grupos envolvidos, os vínculos com o sistema financeiro internacional através da lavagem de dinheiro e aplicação de ativos, seu potencial como forma de acumulação de capital e de poder que escapa ao controle de organismos políticos nacionais e internacionais fizeram com que as drogas ilícitas adquirissem certa relevância na geopolítica mundial.(MACHADO, 2011 p.2).

É preciso compreender que o avanço e o aumento das distribuições de drogas no mundo, ainda é muito discutido, mas pouco compreendido. E que são inúmeras teorias que buscam explicar por que esse avanço ocorre. Contudo, uma coisa é certa, se o número de ocorrências destes crimes está aumentando é porque existe a demanda pela droga, ou seja, se os narcotraficantes plantam cada vez mais, se arriscam ainda mais, está implícito que existe um mercado extremamente rentável para se propiciar economicamente.

O professor Tulio Kahn (2019), sociólogo e especialista em segurança pública, faz uma análise sobre o mercado brasileiro de drogas.

Existem, contudo, vários fatores que podem afetar o comportamento deste mercado ilícito. Em primeiro lugar, é possível especular que exista uma inelasticidade no consumo com relação ao preço. Explicando melhor: algumas drogas, como heroína e crack, são altamente viciantes, assim como a nicotina e o álcool (a maconha, especificamente, produz dependência menor do que a nicotina e o álcool). Isto significa que mesmo que o preço aumente – dentro de certo limite – a demanda não será tão afetada, pois os dependentes pagarão preços maiores para manter o vício. Esta inelasticidade do mercado de drogas, portanto, afeta as leis da oferta e da procura. Os viciados manterão a demanda aquecida. Os menos dependentes, contudo, deixarão de consumir. Este grau de elasticidade varia em função do tipo de droga e seu potencial de dependência.(KAHN, 2019 n.p).

Para encerrarmos essa discussão, fica claro que quanto as relações de território dentro da conceituação da geopolítica, as ligações internacionais

realizadas indiretamente entre as organizações criminosas de diversos países, acontece através de forma clara, mas mascarada por políticas frágeis de alguns países.

4.1.3 Fronteira.

A discussão do conceito de fronteira se faz necessário para poder apresentar as características e funções que ocorrem numa sociedade perante um sistema de interesses políticos e econômicos dentro de um território.

O conceito de fronteira vai muito além de aplicações de limites (separação ou divisão). A fronteira está ligada às relações políticas, econômicas e sociais de determinadas grupos da sociedade e essas relações afetam tanto a forma de vida das pessoas quanto a economia de um país.

As características do conceito de fronteira sempre estiveram ligadas às questões conflitantes como, pós-guerras e grandes combates por territórios. As relações econômicas e políticas sempre mantiveram interligadas ao conceito, ao passar dos tempos acabou incorporando um fenômeno extremamente importante a conceito de fronteira, as relações socioespaciais, levando em consideração as características culturais.

Por muito tempo ficou restrito às questões puramente lineares, matemática e cartográfica, pois essas funções eram utilizadas para demarcar territórios.

A fronteira entre territórios pode apresentar disputas e rivalidades entre grupos dominadores. A linha de tensão entre os territórios de grupos diferentes é chamada de “territórios invisíveis”. Pode ser usado como exemplo, a disputa de um determinado território entre a justiça e a criminalidade, ou seja, em uma favela dentro de um município que possui leis geradas pelo estado, apresentará um conflito entre o domínio daquele território por parte da justiça e por parte dos traficantes. Nesta situação, temos a disputa por território entre dois grupos dominantes, perante uma fronteira que de certo modo é abstrata, pois não está mapeada nos mapas oficiais das instituições reconhecidas pelo Estado. Contudo, na realidade, tais diferenciações de meios existem e inclusive podem ser mapeadas.

A denominação que antes era puramente lógica, com atributos fundados nas ciências matemáticas, ganhou um caráter importantíssimo na classificação das

relações humanas. A classificação das fronteiras depende muito das relações apresentadas pela sociedade dentro de um território ou região.

Através de análises profundas derivadas desses conceitos, pode-se perceber que ambos estão interligados, porém, essa ideia apresenta uma visão abstrata, já que as relações geopolíticas ao longo dos anos, determinaram que, para que haja soberania dentro de determinadas fronteiras, necessita-se prioritariamente que haja uma hegemonia.

Para compreendermos as relações de segurança na área de estudo, se faz necessário compreender esses três conceitos, já que, ambos estão permeando sobre diversas problemáticas que envolvem o futuro dos países que m a américa do sul.

O primeiro passo a ser compreendido quanto ao significado do conceito de fronteira, é não a confundir com relações de limites. O fato que deixa confuso as suas definições, acontece por entendermos que ambas exercem uma função de poder, de controle, ou seja, trabalham juntos em estabelecer domínios.

O entendimento das características atribuídas à função de limite, se faz necessário para compreendermos outro conceito fundamental para a definição de fronteira, o território.

A colocação de Rodrigues (2015), apresenta o limite como atribuições de características físicas de um território, ou seja, podem ser estabelecidas tanto como limites naturais, situados por rios e montanhas ou como limite artificial, apresentados como linhas imaginárias geográficas.

As redefinições que ocorrem no mundo devido as relações do poder político, econômico e social, ativam mudanças nas definições que são atribuídas à fronteira. Quando temos a fronteira definida por um grupo dominador e devido as rivalidades entre esses grupos acabam por mudar as relações de poder, a fronteira recebe novos atributos, sejam eles jurídicos ou até mesmo econômicos.

Com a criação dos estados nacionais, tornou a presença das fronteiras uma forma de ocupação espacial muito importante, pois através delas teriam a segurança estabelecida e a formação de uma hegemonia atuante, presente.

A fronteira não aparece apenas como um conceito estagnado, alguns autores citam que as suas relações estão em constante movimento, sejam elas com muita ou pouca intensidade.

As definições do conceito de fronteira perante uma visão sociológica e antropológica traz, segundo Martins (2009), uma fronteira dentro de várias dimensões, contendo várias características, tanto espacial, cultural, política, econômica, entre outras.

A característica fundamental para a diferenciação do significado de fronteira e de “limite físico de um território político”, são as suas funções. Enquanto o “limite” possui a função de caracterizar as dimensões do território e dos estados, a fronteira tem a função de integrar e articular, as relações sociais, econômicas e políticas de cada nação.

A análise do conceito de fronteira vem sendo trabalhado há gerações. Inúmeros autores renomados como Raffestin, Dorian, Paul Claval, Valussi, Lacasse e até mesmo os grandes fundadores da área geográfica, La Blache e Ratzel se aprofundaram nos conceitos de fronteira.

O conceito de fronteira motivou inúmeros pesquisadores e cientistas procurando demonstrar as reais características que estão atribuídas ao conceito. Raffestin (1974), faz uma breve explanação das relações que ocorrem dentro do conceito de fronteira, atividades envolvidas entre o homem, o espaço e o tempo, em que apresenta uma dinâmica através de um triângulo relacional.

Esse modelo proposto por Raffestin (1974) é integrado pelo Homem, o Espaço e o Tempo, e apesar de ser algo descrito há décadas, ainda existe um grau de compatibilidade muito interessante com a realidade presente, dado ao fato de que as ações do homem modificam o espaço geográfico ao longo dos tempos.

Essas definições estão enraizadas na metodologia da geografia, espaço em que discutimos as interações entre o homem e a natureza. Raffestin (1974) consegue demonstrar todo esse processo de relacionamento. O espaço e o tempo nos proporcionam um feedback das nossas ações, as ações do Homem. Além de todo esse modelo relacional entre os envolvidos, algumas características estão ligadas às questões naturais e culturais, às interações e evoluções ocorridas na vida humana.

Segundo Ferrari (2014), podemos atribuir o termo fronteira à várias situações, de forma simbólica ou concreta, como por exemplo, fronteira social, fronteira moral, epistemológica, militar, linguística e até mesmo uma forma de dividir o bem e o mal. As relações citadas aqui por Ferrari mostram que a fronteira está carregada de

características, que se forem reduzidas apenas às questões lineares (demarcação de territórios físicos) seria um erro, pois todo esse amontoado de situações (funções e características), abre um vasto campo para a análise mais aprofundada do termo.

Paul Claval (1974), procurou elucidar como iniciou a evolução do conceito de fronteira através das relações políticas (geografia política). Nessa análise evolutiva, o autor apresenta algumas categorias relacionadas a novas possibilidades de interpretação do conceito de fronteira em decorrência das transformações políticas sofridas pelos países, tais como: “Zona de Separação”, “Zona Tampão” e a “Fronteira Linear”.

Claval (1974) explica que as primeiras tentativas que a geografia fez para caracterizar o mundo, amparava-se em diferenciações regionais da superfície da Terra, ou seja, se concentravam em analisar a estruturação de cada região, o que era abundante e o que tinha para o benefício de quem possui o poder de controlá-lo.

As análises que permearam os estudos de Claval (1974), embasaram-se basicamente na geografia política. Para exemplificar suas teorias, o autor cita a participação de dois grandes pesquisadores e pais da geografia.

A participação de “La Blache” e “Ratzel”, foi importante para a evolução do pensamento crítico em que apresentava a geografia política no período clássico. Os processos políticos começavam a ganhar visibilidade, La Blache já trabalhava com questões da construção dos estados e de soberania, enquanto Ratzel já apresentava uma estrutura mais sólida e consistente, com tentativas de sistematizar a geografia política.

O conceito de fronteira está interligado à várias questões de poder e economia. Por exemplo, dentro de um território podem existir conflitos econômicos, mas para além desses conflitos econômicos a melhor solução sempre será um acordo entre as partes, onde ambos se beneficiariam economicamente.

A obra de Giorgio Valussi (1974), explica a relação entre as fronteiras da Itália e da antiga Iugoslávia. Os desdobramentos para os dois países, da criação da Nova Fronteira Italo-Iugoslava, fixada pelo Tratado de Paris (1947) e pelo Memorando de Londres (1954).

Segundo Valussi (1974) foi uma fase de abertura da “cortina de ferro” que separava o mundo capitalista do socialista desde o final da Segunda Guerra Mundial. Até então, esses mundos eram muito fechados um para o outro, sobretudo

em termos de comércio. Segundo Valussi, a fronteira apresenta uma forte relação de poder econômico e decisões arbitrárias, ou seja, não importa os problemas que estão enfrentando, as decisões sempre serão exclusivamente econômicas.

A análise apresentada por Valussi (1974), traz o fluxo de comércio que começou a existir após os acordos (tratado de Paris e memorando de Londres), numa faixa de aproximadamente 200km, entre os períodos de 1955 a 1972. As relações de fronteira nessa situação ultrapassaram as questões conflitantes, período em que passaram perante a 1ª Guerra Mundial, para poder obter lucros em ambos os países. A nova fronteira política já sendo colocada em atividade pelo mundo, não está mais vinculada as questões clássicas, de apenas sentidos empoderados de limites, mas também uma questão política e econômica.

O trabalho apresentado por Lacasse (1974), apresenta o conceito de fronteira seguindo duas vertentes, onde o conceito de fronteira era visto em sua existência, como algo que separa, que não une, mas em suas abordagens recentes procura explanar o inverso, como o conceito pode integrar, unir.

Lacasse (1974), faz uma análise do tema através de uma perspectiva histórica, dentro da evolução do conceito de fronteira. Dentro dessa análise o conceito ganhou força de algumas linhas do pensamento, tanto na área da história, como na Geografia e Cartografia. O autor explica que o conceito de fronteira sempre teve um significado conflitante, a raízes/raiz das suas denominações vieram/viera através de divisões e conflitos por territórios.

O conceito de fronteira não pode ser explicado ou analisado dentro de uma perspectiva isolada, a existência de uma interação entre as linhas de pesquisa é fundamental, além de tudo existe uma interdisciplinaridade entre as linhas, e isso é notável quando lemos as obras de diversos autores, todos tratando do mesmo conceito, porém não descartando as hipóteses e teorias de outras linhas.

Lacasse (1974), afirmou que, seu estudo em direito não pode descartar o que a geografia já tem como contribuição. A existência de uma divisão linear e social ainda se encontra presente em todo território nacional e internacional, não existe forma voraz os confrontos por território como havia antigamente, porém existem os conflitos econômicos, de forma direta e indireta pelas grandes potências mundiais, o conceito de fronteira ainda tem forte ligação com as questões de poder político, onde

as nações com poderio militar tende cada vez mais tomar o controle de países denominados fracos e sem uma economia estável.

Ao analisarmos o conceito de fronteira perante uma visão atualizada da realidade, veremos a fronteira sendo apresentada como uma relação muito forte sobre as ações políticas e econômicas. Desde a formação dos primeiros impérios a questão sempre teve um fundo econômico, pois tratava-se de se apoderar dos recursos naturais dos territórios de outros povos, portanto, expandir os limites (a fronteira) dos impérios.

Henri Dorion e Jean Paul Lacasse (1974), abordam as relações de fronteira do território de Quebec (Canadá), divisa com o Estados Unidos da América (EUA). Os autores procuram mostrar as divisões e definições de fronteiras dentro do território de Quebec. Os autores Dorion e Claval (1974), separam esses conceitos em níveis. O primeiro nível está a fronteira internacional, no segundo nível está a fronteira interprovincial, em terceiro a fronteira provincial-federal e o último nível a fronteira nacional.

O trabalho de Dorion e Lacasse é extremamente importante, pois coloca de forma clara a visão do conceito de fronteira e suas funções. Os autores afirmam que as relações de fronteira têm laços históricos atribuídos à geografia política. De certo modo, a ligação que os autores fazem com a geografia política está totalmente ligada às evoluções e construção do conceito de fronteira, já que intensos conflitos, pós -guerras, alianças políticas, tratados, acordos, problemas sociais e a cultura dos povos, estão atreladas às características transfronteiriças.

A explicação dada ao longo dos tempos para determinação e denominação de uma fronteira, é colocada em contestação por Dorion e Lacasse. Segundo Dorion e Lacasse (1974), as fronteiras ultrapassaram as questões de delimitações e apresentam até mesmo nos apontamentos de Hartshorne (1932), que existe muito mais que apenas questões tradicionais, aborda um pensamento novo, que perpassa as questões de limites naturais e artificiais, criando uma abordagem funcional, ou seja, criou-se uma problemática a respeito de quais são as funções de uma fronteira, as reais motivações de sua existência e o porquê de ser tão necessária.

4.2 - Evolução das Políticas de Segurança e Defesa na América do Sul.

4.2.1 A teoria dos Complexos Regionais de Segurança enquanto recurso análogo do quadro de políticas de cooperação/integração/disputas entre os países da América do Sul

A teoria dos complexos regionais de segurança, é uma excelente ferramenta para análises de questões de segurança e principalmente nas fronteiras, onde ocorrem e já ocorreram intensas disputas por territórios. Advindo dessa teoria, pode-se abordar quais os fatores estão sendo determinantes para constatar o aumento das fragilidades nas fronteiras.

Para Buzan e Waever (2003), o complexo de segurança é dividido em dois tipos, o primeiro denominado de “padrão”, onde não existe a presença de um potencial global, ou seja, o poder é definido por vários polos, é polarizado. No segundo tipo, ele denomina como “centrado”, onde os polos são unipolares, que possuem capacidade de ser uma grande potência.

As relações tratadas na América do Sul, fez com que fosse vista na opinião de Buzan e Waever (2003), como um modelo “padrão”. Dentro desse modelo o continente traz dois subcomplexos, formado pelas atividades econômicas do cone Sul e Norte-Andino.

Vamos compreender o complexo regional de segurança de forma simples, as atividades ilegais que cada país combate ao longo de seus limites, são vistos como problemas regionais, ou seja, conflitos dentro do seu espaço, dentro dos seus limites nacionais, estaduais e municipais. Quando as relações de conflito ultrapassam as fronteiras, abarcando outros países, a escala também muda, e passa-se a combater um problema global.

Podemos citar dois exemplos, entre eles o primeiro, o combate ao terrorismo sofrido pelos E.U.A em 11 de setembro de 2001. Os americanos utilizaram desse ataque para também contra-atacar outros países com a finalidade de se defender, e defender a população mundial, haja vista que outros países estavam construindo armamentos nucleares.

Compreende-se que ao ser atacado por organizações terroristas, o governo americano sustentou-se com o argumento de que a partir daqueles ataques, iriam se defender, porém, todo e qualquer tipo de relação política e econômica utilizada estrategicamente pelo governo americano, deve-se ser levado em consideração.

O segundo exemplo, podemos tratar aqui na América do Sul, onde “teoricamente” a falta de cooperação entre os países, faz com que o crescimento da criminalidade aumente ferozmente ao longo dos anos.

O combate às drogas é realizado mundialmente, tornando então, um problema global, porém, para podermos compreender esse problema, temos que primeiro analisar as atividades criminosas que crescem em nível nacional, regional e até mesmo local.

São através dessas atividades ilegais, partindo da escala local, de onde é plantado e colhido a droga, passando para o nível regional, por onde essas drogas estão passando e por quem estão sendo distribuídas até chegar em nível mundial, para onde estão indo e até onde estão chegando.

Uma contribuição muito pertinente vem do trabalho realizado pelo autor Shin Myung Joo (2015), onde compara os complexos de segurança da América do Sul e o Leste Asiático.

Vamos então analisar como a teoria dos complexos regionais de segurança, é desenvolvida em dois continentes distintos, completamente diferentes, com economias e políticas longe de serem iguais.

O CRS é dividido em três formas: Formação de Conflito, Regime de Segurança, e Comunidade de Segurança. O CRS mais negativo é o que mostra uma Formação de Conflito com naturezas de concorrências ou é marcado por percepções de ameaça na relação de interdependência de segurança interna. A segunda forma é relativamente positiva pelo esforço de diminuição do dilema de segurança entre os membros, mas ainda é uma forma que representa uma ameaça potencial sendo ele um Regime da Segurança. O CRS mais positivo é a forma de Comunidade de Segurança, em que a formação de uma relação de confiança pela interação entre os Estados membros promove o desaparecimento das preocupações quanto ao uso da força (BUZAN et al., 1998, p. 12).

Partindo das palavras ditas por Buzan (1998), temos então uma relação mútua entre as duas áreas de estudo, ambas possuem as três formas de CRS.

A parte da América do Sul temos os dois complexos já abordados por Buzan e Waever (2003), ao colocarmos nessa perspectiva, teremos então a região representado pelo “Cone Sul”, onde segundo Joo (2015), estaria fortalecendo a integração regional, estabelecendo acordos de confiança para resolver os problemas transfronteiriços, e ao mesmo tempo estabelecendo uma política de boa vizinhança entre Brasil e Argentina, criando assim então um “regime de segurança”, que

dependendo de suas relações de cooperação pode-se futuramente tornar-se uma “comunidade de segurança”.

Já na parte norte do continente, representado pelos países “andinos”, teremos uma certa problemática, onde além de problemas relacionados ao tráfico de drogas, Joo (2015), também relaciona que existe uma intervenção por parte dos EUA. Isso tudo atrelado à instabilidade política, problemas domésticos, instabilidade econômico entre outros, traz então uma CRS de “formação de conflitos”.

No leste asiático teremos então uma relação de CRS que vem se alongando os séculos de história. Nas análises prévias feitas por Buzan e Waever na década de 1996 a 1998, eles previam que futuramente as relações de conflito em que o continente enfrentava naquele momento, poderiam mudar, devido a integração de vários acordos econômicos, porém, o complexo que naquele momento era de “formação de conflito”, permanece até os dias atuais.

Percebe-se que a teoria dos complexos de segurança atua de forma eficaz nas análises dos dois continentes, percebendo os acontecimentos em suas respectivas realidades, sendo aplicadas nas três escalas de abordagem, tanto, local, regional e nacional.

Para podermos encerrar essa análise realizada no trabalho do autor JOO (2015), colocaremos em evidência quais as diferenças estruturais encontradas nos complexos de segurança nos dois continentes.

Na situação do leste asiático até os dias atuais ainda se encontram uma grande resistência em permanecer sobre uma formação de conflito, haja vista que ainda sustenta muitos conflitos militares (armas nucleares) entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. Diferente do lado leste, o sudeste apresenta uma grande colaboração entre os países, encontra-se em um avanço frente a uma formação de “Comunidade de Segurança”.

Na América do Sul, existe uma grande possibilidade de ambos os complexos se tornarem uma “comunidade de segurança”, haja vista que diferente dos conflitos entre as Coreias, na América do Sul, já houve significativo avanço para colaboração entre os países, exemplo disso foi a criação do Mercosul e da Unasul, dois modelos econômicos aceito por todos os países em prol de um bem em comum entre eles (econômico), ou seja, uma interação pacífica de amizade e confiança entre os países vizinhos.

O porquê da existência desses complexos? Para Buzan e Waever (2003), essas duas regiões são compreendidas através de padrões de relacionamentos (como são os relacionamentos entre os países dessas regiões), e esses padrões determinam a sua situação dentro do enredo, ou seja, uma parte está sobre uma formação de conflito, onde os países ainda se encontram em condições de atenção, E o outro na posição de estabelecer a segurança, relação de paz.

A utilização dos três níveis de escala se faz necessário para compreender como funciona as relações entre os países que estão dentro dessas zonas de fronteira, e dentro desse círculo comercial (nacional e internacional).

Vamos analisar essas relações seguindo o primeiro nível de escala utilizado, a escala regional. Se faz necessário o uso da escala regional para esta pesquisa, como já citado pelos próprios autores e mencionado por alguns como, Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (1998), porque as relações de conflito após a guerra fria, tomaram uma perspectiva mais regional, ou seja, deixando os conflitos territoriais entre outros, mais curto, diminuindo-se a distância entre os países, aproximando-se do seu alvo.

Exemplo recente desse modelo de conflito, que podemos utilizar a escala regional, é a guerra entre Rússia e Ucrânia, onde de certa forma os Estados Unidos procuram estreitar laços com a Ucrânia para assim se aproximar cada vez mais do território russo.

No caso da América do Sul, as relações regionais (políticas e econômicas), trouxeram logo após a guerra da tríplice aliança (12 de out. de 1864 a 1 de mar. de 1870) uma competitividade, uma pequena rivalidade entre Brasil e Argentina. O Paraguai, país devastado pela guerra, mesmo com a restauração política do seu país, até hoje se mostra com grandes fragilidades.

[...] Dentro deste contexto, as chamadas novas ameaças passaram a ser o principal problema de segurança na região com destaque para o narcotráfico, imigração, tráfico de armas e pessoas, lavagem de dinheiro, terrorismo, comércio de carros e contrabando. Com efeito, haja vista a fragilidade institucional do Paraguai, no país a ilegalidade se instalou mais profundamente naquele país, passando a ser uma parcela significativa de sua economia, além de ameaçar as próprias estruturas estatais paraguaias. (FAGUNDES, RUCKERT, 2014 p.866).

Na escala nacional, é tratado as relações de política de segurança entre os países que fazem divisa entre as zonas de fronteira. Tais relações de cunho político

e econômico, procuram coibir as atividades ilícitas por intermédio das organizações criminosas que ocorrem nas zonas de fronteira entre os países. Toda essa atividade e demanda em prol da cooperação entre os países, procura resolver e neutralizar o tráfico de drogas e outros delitos por meio da parceria entre os países vizinhos. Parcerias essas já utilizadas como as operações Ágata, uma operação em conjunto com a Bolívia e Paraguai, em busca de combater ilícitos transfronteiriços.

Percebe-se que toda essa dinâmica desenvolvida, procurou analisar as atividades fronteiriças em níveis de escala, saindo de uma escala macro para uma escala micro, porém não somente analisando as escalas numa perspectiva de medidas de territórios, mas sim, as informações e relações (políticas, econômicas e sociais) nelas contidas.

4.2.2 Tentativas de convergências das políticas de integração regional na América do Sul.

A relação e integração entre os países é imprescindível para uma boa estabilidade econômica e fluidez no mercado financeiro. Analisaremos diversos fatores que implicam as divergências políticas que afetam a convergência entre os países em evidência, analisaremos os países que compõe a América do Sul.

Para Malamud (2012), o Brasil é um país com enorme potencial em nível mundial, tendo destaque em suas atividades políticas e econômicas (grande exportação de insumos agrícolas e pecuária), sendo considerado em meados de 2011 até os dias atuais, como o quarto país com maior poder de exportação no mundo.

O Brasil foi rotulado de país âncora, área líder e potência regional. No entanto, mesmo antes do início da crise desencadeada pela Operação Lava Jato, vários estudiosos questionaram o papel propulsor do Brasil na integração regional, destacando os desafios políticos e as fragilidades econômicas que dificultavam o estreitamento das relações entre os países sul-americanos. (SCHOLVIN MALAMUD, 2020 p.1).

Além das suas consideráveis contribuições econômicas, o Brasil segundo o autor Malamud (2012), é o maior país com orçamento em material bélico da América do Sul. O Brasil teve participações em guerras em dois períodos distintos, quando aliado à Argentina e Uruguai, formando a tríplice aliança, união que derrotou o exército Paraguaio do ditador Solano Lopes.

Em outro momento, o Brasil enviou unidades do exército brasileiro para proteger áreas da Itália, no final da segunda guerra mundial, como o Monte Castello, no norte da Itália.

Ainda assim, o Brasil apesar de possuir toda essa infraestrutura e orçamento bélico, se mostra um país extremamente pacifista, pois seus objetivos não estão pautados de nenhuma forma em conflitos e sim, de um país apaziguador em busca de reconhecimento no mercado financeiro mundial.

Segundo Malamud (2012), muitos países não conseguem desenvolver sua força econômica perante os países mais desenvolvidos, devido a uma série de retrocessos que dificultam seu sucesso.

O Brasil sofreu inúmeras derrotas em meio a visibilidade mundial, e isso prejudicou o seu status perante as oligarquias mundiais. Através das falhas ,vieram novas estratégias, notou-se que deveriam primeiro se desenvolver economicamente em nível regional, ou seja, aumentando sua soberania, criando visibilidade, criando aliados, principalmente com seus vizinhos da América do sul.

Como essas estratégias começam a ser colocadas em práticas? A partir do momento em que o País começa a criar aliados econômicos, desenvolvendo projetos em parceria e criando mecanismo de desenvolver a sua soberania.

A integração é, assim, meio para a promoção das famosas quatro liberdades: circulação de bens, de serviços, de capital e de trabalho. “A quarta liberdade é essencialmente política porque a circulação de trabalho significa circulação de pessoas; liberta, portanto, os seres humanos da prisão da nacionalidade” (COSTA, 2018 p. 113 apud MALAMUD, 2014, p. 11).

Exemplos de parcerias assim, foi então criada em 26 de março de 1991, através do Tratado de Assunção, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, visando criar um mercado comum para seus negócios, o então bloco econômico “Mercado Comum do Sul” intitulado de “Mercosul”.

4.2.3- Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Um bloco intergovernamental e fundado a partir do Tratado de Assunção e atualmente composto por cinco membros titulares: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai. A Venezuela está suspensa do bloco, desde dezembro de 2016, como medida de alerta do bloco ao atual governo de Nicolás Maduro (uma forma mascarada de dizer que houve um golpe contra a Venezuela).

O Mercosul também conta atualmente com cinco países associados, sendo eles: Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, além de dois países observadores: México e Nova Zelândia.

O Mercosul é derivado do Tratado de Assunção, tratado que foi assinado em 26 de março de 1991 e envolveu os seguintes países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de criar um mercado comum entre os países pactuados, que acabou formando, em 31 de dezembro de 1994, o atual Mercosul.

Diferentemente da União Europeia, o Mercosul não desenvolveu estrategicamente suas possibilidades, uma vez que os mercados dos países que compõem o atual Mercosul, são muito fechados e também têm uma carga tributária alta na maioria dos países, com exceção do Paraguai. Isso acaba desestimulando a vontade que os países estrangeiros têm de fazer negócios com o Mercosul.

O Mercosul é um bloco econômico constituído através de um mercado comum, onde possuem como uma das suas finalidades não só desenvolver as relações econômicas, mas também promover a livre circulação de produtos, pessoas, bens, capital e trabalho, resultado de todos esses fatores torna as relações do território e suas fronteiras, dentro das relações e acordos dos seus países membros, praticamente inexistentes em uma visão geopolítica fora da concepção clássica de limites físicos.

Uma das formas que podemos tratar aqui, dentro dessa visão geopolítica é a forma de integração dos países e seus territórios, haja vista que nos últimos anos, foi estabelecido por alguns representantes de cada país (presidentes), a unificação de algumas medidas, exemplo delas foram as placas automotivas que agora apresentam selo do Mercosul e futuramente a tentativa da implementação de uma única moeda, todas essas são formas de integração entre os países.

Quando se decidiu, por exemplo, na reunião de cúpula de Foz do Iguaçu, em dezembro de 2010, que se unificariam as placas de todos os veículos dos quatro países do Mercosul e que se adotaria uma cédula de identidade única para todos os cidadãos, o objetivo foi o de criar um cadastro único, sustentado por um banco de dados, de forma a permitir a identificação de veículos e cidadãos em qualquer local que se encontrassem, dentro do território aduaneiro do Mercosul. Só com isso é que será possível almejar a livre circulação de veículos e pessoas, consolidando assim a integração. (MI, 2012 p.86).

Veja bem, relações como essa de integração, é justamente a composição pós-moderna do conceito de território utilizado. Vejamos que as relações políticas de

integração estão muito mais além do que os meros limites físicos de cada país. É claramente visível que as relações de integração da sociedade e do território em específico os países da área de estudo, não deixa isento as leis regidas por cada país, que continua sendo válida para qualquer possível conflito ou descumprimento das regras estabelecidas dentro dos seus limites, pois a integração até o presente momento ainda está apenas nos acordos econômicos e sociais, respeitando as leis de cada país.

4.2.4 União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A “Unasul” união de nações sul-americanas, é um exemplo de bloco econômico que reúne os 12 países da América do Sul, eram eles, Argentina, Bolívia, Brasil Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, o acordo tinha como principal objetivo fomentar a integração entre seus países-membros.

A Unasul surgiu em 2008 com intuito de construir de maneira participativa e consensual um espaço de articulação no meio cultural, social, econômico e político, entre os países da América do Sul, bem como fortalecimento e proteção da democracia. No entanto, deve-se estar perguntando, se já não existe um bloco econômico que englobasse todos os países sul-americanos? Sim, embora o “Mercosul” tenha conseguido a economia dos países-membros aumentando a integração econômica entre eles e provocando o desenvolvimento de suas economias individuais, o bloco não conseguiu incluir todos os países da América do Sul dinamizando efetivamente apenas as cinco economias dos seus países-membros, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

Mesmo que a democracia interna seja requisito prévio para a integração, os vínculos internacionais estreitos entre partidos políticos, associações profissionais, sindicatos laborais, organizações religiosas e outras instituições semelhantes seriam essenciais para a integração regional mais ampla (HAAS, 1963 apud CHO 2012 p.9).

O bloco (UNASUL) tem como principal objetivo de acordo, o Tratado constitutivo, criar um espaço de integração aproximando-se ainda mais do modelo de integração desenvolvido pela união europeia, visto que, tenta desenvolver ações conjuntas que ultrapassam a esfera Econômica. De acordo com o Tratado constitutivo da união de nações sul-americanas, entre as principais áreas de

interesse de atuação do Bloco, destacam-se as ações no âmbito cultural visando principalmente a consolidação de uma identidade sul-americana e ao reconhecimento das diversidades culturais entre os povos sociais por meio de ações que favoreçam o Desenvolvimento Social e Humano.

Entre os objetivos implementados na UNASUL, tem o fortalecimento político e democrático do bloco, a defesa e a segurança das Nações por meio da participação cidadã, e da luta contra o terrorismo e a corrupção, o tráfico de pessoas, armas e drogas, combatendo diretamente o crime organizado.

Dos países que integram a Unasul, os seus principais idealizadores foram os presidentes do Brasil e da Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez, no entanto, a organização veio perdendo força ao longo dos anos, além de orçamentários, alguns fatores que ajudam a explicar isso são a perda de sua base, os principais projetos de governo que foram criados por Lula, Chávez, Cristina Kirschner e Raphael Correia, perderam espaço em seus respectivos países e a liderança que vem do Brasil durante o período Lula foi se perdendo em meio às crises internas do governo Dilma.

Segundo Cho (2012), “Os conflitos da UNASUL para integração regional são provocados pela assimetria econômica dos países e ideologia distinta dos presidentes entre os países - membros”.

A Unasul acabou sendo deixada de lado e a desconfiança veio maior, segundo o Instituto Bernini (2018), estudos de política externa, o discurso de integração sempre foi mais uma ideia de coordenação política do que uma prática real que viesse a se sobrepôr às soberanias.

A ausência de secretário geral desde 2017 quando terminou o mandato de Ernesto Sanz, a Unasul ficou sem secretário-geral, isso porque em 2016 a Venezuela Equador e Bolívia bloquearam a indicação do embaixador argentino José Octávio Bordón, alegando que o cargo só poderia ser ocupado por um ex-presidente ou ex-chanceler, desde então não houve consenso quanto a isso.

Por fim, o esvaziamento em 2018 em meio às divergências internas, Brasil Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai, assinaram uma carta de afastamento da Unasul ainda em 2018. A Colômbia após posse de Ivan Duque, anunciou sua decisão política de se retirar em definitivo da Unasul. Mas, recentemente o Equador também se retirou da entidade e pediu a devolução da então sede em Quito.

Temos em toda parte do planeta, tratados que tem o viés de fortalecer a integração entre os países, na Europa “União Europeia (**UE**)”, na América do Norte, “North American Free Trade Agreement, acordo de livre comércio da América do Norte (**NAFTA**)”, no continente africano, “Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (**SADC**)”, na Oceania, Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (**APEC**).

De acordo com Costa (2018), a economia mundial é baseada em jogos de interesses, interesses esses que chegam ao ponto de sabotagem até golpes de estado.

Para Costa (2018), o impeachment realizado na ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, não estava previsto na legislação como passíveis de crime de responsabilidade, o que deixou a critério do Judiciário sua análise.

Três acontecimentos maiores são responsáveis pela caminhada (...) da grande ofensiva neoliberal restauradora. Primeiro, o ingresso da alta classe média como força social ativa e militante no processo político, por intermédio das grandes manifestações de rua. Segundo, (...) a gradativa deserção da grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista. Ao longo do ano de 2015, diversas associações empresariais que apoiavam os governos do PT foram (...) passando para o campo neoliberal ortodoxo. O caso mais importante e notório é o da Fiesp, que, após apoiar os sucessivos governos do PT, tornou-se a vanguarda do golpe institucional no meio empresarial. Terceiro, o recuo passivo do governo Dilma diante da ofensiva restauradora. A frente neodesenvolvimentista entrou em crise e, com ela, o governo que a representava (COSTA, 2018 p. 82 apud BOITO JÚNIOR, 2016, p. 29).

As relações conflitantes geradas por tais problemáticas, resultam no que Simões (2021), caracteriza como políticas externas e ideológicas, ou seja, até que ponto a ideologia de um partido político interfere em suas tomadas de decisões.

Para Costa (2018), as manifestações dos países a respeito do tema (impeachment) são diretamente vinculadas ao viés ideológico de seus governantes. Isso porque várias figuras políticas, como O Secretário-Geral da Unasul, “Ernesto Samper”, secretário-geral da OEA, “Luís Almagro”, assim como os presidentes em exercício naquele período, Bolívia, Cuba, Venezuela e Equador, manifestaram duras críticas ao poder legislativo e judiciário do Brasil, alegando não existir nenhum crime de responsabilidade, e sim, o manifesto de um golpe. Já o presidente da Argentina (oposição), disse que o ocorrido teria que ser analisado de forma rigorosa.

Veja bem, discutimos o tamanho da importância de existir relações e interações entre os países vizinhos. Com o impeachment da ex-presidente Dilma em

2016, houve então, instabilidade econômica entre os blocos da América do Sul, divergências essas, tão catastróficas que ocasionou a desistência de vários países que integravam a UNASUL, tratado econômico muito importante para o desenvolvimento comercial dos países da América do Sul.

Os países integrantes da América do Sul, ainda precisam compreender o tamanho da sua força. A união dos blocos econômicos para criação de um complexo de segurança voltado para estabelecer uma formação de comunidade é o caminho para um desenvolvimento próspero e auto soberania de cada país.

O amadurecimento das ideologias, integração dos países e projetos voltados à sociedade, trará para a América do Sul, futuramente, grandes conquistas, sabendo-se do tamanho do seu potencial, desde recursos naturais e até mesmo o poder de exportação, eleva os olhares para uma economia forte e pleno reconhecimento mundial.

4.2.4 - Aspectos geradores de tensões nas fronteiras entre Brasil, Bolívia e Paraguai.

Analisar as características conflitantes ou passivas de conflitos futuros, se faz necessário compreendermos como são as relações entre as nações, relações essas que, são compreendidas estudando conceitos como o da geografia política e geopolítica.

A inegável discussão acerca das interpretações e uso do conceito de geografia política e geopolítica, tem como base as relações econômicas e políticas compartilhadas entre seu próprio território ou com seus países vizinhos. Agora, como chegar a esse nível de compressão? Quais assuntos norteiam essa discussão?

O campo que por muito tempo vem desmembrando essas relações conflituosas, foi estabelecido segundo Costa (1992), no século XIX, a chamada Geografia Política. Porém, a geografia política passou a cumprir um papel muito superficial, dando ênfase para acontecimentos e relações em uma escala pequena, abordando apenas as contradições e problemas envolvendo os estados, pequenos limites, análises específicas.

A concepção discutida por Costa (1992), transpõe a generalização do conceito de geografia política, deixando claro que suas relações e atribuições estão ligadas com casos específicos de políticas de estado, neste caso, políticas específicas de um determinado lugar.

A discussão por estabilidade do conceito e de novas práticas de análises, vindo da geografia política, abriu então as portas para um novo conceito, também relacionado as questões políticas, econômicas e sociais, a geopolítica.

Para COSTA (1992 p.16), a geografia política, é “[...] o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restrito às relações entre o espaço e o estado, questões relacionadas a posição, situação, características das fronteiras.” Já a geopolítica, “[...] a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros [...] próxima das ciências políticas aplicadas”.

Podemos então observar que existe de fato uma distinta aplicação entre os dois conceitos, onde um trabalha com as ligações e estratégias, podendo ser nacional ou internacional, relacionados ao controle de acordos de poder e soberania. Já o outro relaciona o controle político dos estados, tendo como base as políticas internas, administração dentro do seu próprio território.

A Geografia política clássica, segundo as concepções de Ratzel, trouxe uma abordagem diferente. Para Ratzel, o estado estava ligado às relações construídas entre o espaço, atribuídas através do relevo, suas extensões, o clima e os meios naturais, ou seja, os recursos disponíveis pela natureza (natureza física, concreta).

O processo de compreensão dos conceitos da geografia política e a geopolítica, traz um contexto interligado à administração, regras e leis, formulados dentro de um território para uma composição de um estado. Esse entendimento será fundamental para compreendermos os processos de tensões /pertinentes os às relações políticas, econômicas e sociais do Brasil, Bolívia e Paraguai.

A política interna do Brasil, é norteada pela a Constituição da República Federativa do Brasil. O Brasil passou por VII constituições, seguem elas na tabela abaixo;

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

I - Constituição	Foi estabelecida em meados do século XIX, no período de 25 de março de 1824, após a declaração de independência do Brasil.
II - Constituição	Aconteceu em 1891, através da mudança da constituição política para constituição republicana.
III - Constituição	Ocorreu em meados de 1934, devido a conflitos e instabilidades políticas, o então presidente Getúlio Vargas, decretou, a fim de manter sua permeância na presidência, o então regime democrático, a liberdade, justiça e bem estar social e econômico entre a sociedade.
VI - Constituição	Veio através da chamada constituição Polaca, tendo como referência ao modelo de poder polonês. Foi marcada por intensas regras autoritárias, que fulminou logo após a queda do então presidente Getúlio Vargas, e uma nova assemblei nacional constituinte em 1945.
V - Constituição	Ocorreu logo após a vitória presidencial por parte do ex-ministro da guerra do estado novo, Eurico Gaspar Dutra, em 1945. Foi então promulgada a nova constituição em 1946.
VI - Constituição	(1967) Deu início através do domínio do país por parte das forças armadas, a então chamada ditadura militar de 1964.
VII - Constituição	A última até o presente momento, ocorreu em 1988, com a ascensão do então Constituição presidente Tancredo neves que venceu as eleições em 1985, porém não chegou a assumir a presidência por motivos de saúde, o então vice era José Sarney que assumiu e comandou a presidência até 1990.

A Bolívia teve em seu desenvolvimento como nação, um total de XIX reestruturação da sua constituição, foram elas;

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BOLIVIANA

I - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1826, 19 de novembro de 1826
II - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1831, 14 de agosto de 1831
III - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1834, 20 de outubro de 1834
IV - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1839, 26 de outubro de 1839
V - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1843, 17 de junho de 1843
VI - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1851, 21 de setembro de 1851
VII - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1861, 5 de agosto de 1861
VIII - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1868, 1º de outubro de 1868
XI - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1871, 18 de outubro de 1871
X - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1878, 15 de fevereiro de 1878
XI - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1880, 28 de outubro de 1880
XII - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1938, 30 de outubro de 1938
XIII - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1945, 24 de novembro de 1945
XIV - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1947, 26 de novembro de 1947
XV - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1967, 2 de fevereiro de 1967
XVI - Constituição	Bolívia: Constituição Política de 1994, 12 de agosto de 1994
XVII - Constituição	Bolívia: Constituição Política do Estado de 1995, 6 de fevereiro de 1995

ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021. FONTE: PORTAL JURÍDICO LEX IVOX LIBRE.

O Paraguai teve poucas constituições, devido a maioria das vezes estar sendo comandado por regimes militares.

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO PARAGUAI

I - Constituição	15 de maio de 1811, o Paraguai declarou a sua independência da Espanha.
II - Constituição	Foi sucedido por Carlos Antônio López (1840-1862), que abandonou o isolacionismo e expandiu o comércio externo.
III - Constituição	(1862-1870) comandado por Francisco Solano López Carillo.
IV - Constituição	Em 1939, o presidente Higínio Morinigo respondeu a um entrave político ao dissolver o Congresso e se declarou ditador. Para dramatizar o desejo de seu governo pela mudança, foi promulgada uma nova constituição em julho de 1940.
V - Constituição	O regime de Stroessner, marcadamente anticomunista e pró-EUA, fez com que o Paraguai se tornasse um terreno fértil para a corrupção e a repartição de favores. Ao todo, governou por oito legislaturas, em processos marcados pela fraude. Em 1967, Stroessner fez uma constituição que permitia apenas uma reeleição para presidente, que foi modificada em 1977 para permitir sua reeleição indefinidamente.
VI - Constituição	A Constituição vigente no Paraguai foi promulgada em 20 de junho de 1992, é o sexto texto constitucional desde a Independência e substituiu a Constituição de 1967.

ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021 – FONTE: NÚÑEZ, 2020.

Pudemos evidenciar que entre os três países da área de estudo, a Bolívia é o país que possui a maior instabilidade política. Cabe ressaltar que, por si só, as evoluções das constituições não possuem embasamento suficiente para determinar que um país tenha colapsos econômicos, mas nos dá uma visão de desorganização econômica, política e social de uma nação, que a longo prazo pode sim gerar inúmeros problemas para o país.

Segundo World Bank Group (2012), a instabilidade política é capilar, ou seja, atua, de forma negativa, nas três dimensões - política, social e econômica. Além de danos aos ativos e interrupções nos negócios, a instabilidade política pode levar a uma perda de rendimentos para investidores indiretamente afetados por ela [...] Preocupações referentes a empregabilidade, desigualdade social, aumento dos preços dos alimentos, regimes políticos não democráticos, segundo o World Bank Group (2012), têm originado distúrbios civis e violência políticas, corroendo as relações sociais estabelecidas, confiança nas instituições e percepção de segurança pessoal, potencializando a interpretação de risco no contexto, sugerindo a sua reprodutibilidade, pois as mudanças no perfil de risco em um país podem ser facilmente transmitidas e consequentemente afetar a percepção de risco percebido pelas populações de outros países. (STOFFEL; THEIS; SCHREIBER; 2019 p. 33).

Por meio dessa análise conseguimos identificar que no decurso de um processo histórico de grandes mudanças políticas e econômicas de cada país, essas instabilidades podem ocasionar diversas interpretações, para esta questão,

podemos compreender o quanto cada país evoluiu ou regrediu com todas essas mudanças.

Estudos como o do escritor Andres Malamud (2012), já traz as análises dessas realidades em escala regional e local é de extrema importância compreendermos os acontecimentos e ocorridos na sua raiz, em uma escala, mas próxima da realidade, verificando o porquê de tais acontecimentos e quais são as suas causas.

Vejamos um exemplo, se analisarmos os problemas de segurança de cada país em uma perspectiva superficial, em escala global, teremos poucas informações da realidade, não compreenderemos como se iniciou e como se comporta cada ocorrido. Dessa forma se faz necessárias as análises regionais e dependendo do trabalho a ser desenvolvido, uma escala ainda mais aproximada, em nível local.

Hoje temos uma diferença muito grande entre os três países elencados na área de estudo. A primeira diferença acontece em seu tamanho em áreas, e isso é muito importante para podermos analisar o tamanho da fronteira existente entre ambos os países. A taxa de crescimento da população, o produto interno bruto de cada país, a faixa de desemprego em cada um dos países, juntos se tornam uma importante ferramenta para desenvolver as análises.

QUADRO 4 – COMPARATIVO DE INDICADORES GEOGRÁFICO, ECONÔMICO E SOCIAL ENTRE BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI (2021).

	BRASIL	BOLÍVIA	PARAGUAI
Área/Km²	8.516.000	1.099.000	406.752
População (Mi)	214.582,82	11,67	7,133
PIB (2021)	8,7 Tri.	36,69 Bi.	35,3Bi.

FONTE: IBGE (2022) BIRD (2022) ORG, OLIVEIRA,2022.

Tais informações se fazem necessárias para compreendermos de forma ampla, a realidade econômica e social de cada país, já que, se tratando de segurança e analisando em uma escala global, pode-se averiguar os ocorridos que determinam tais índices, compreendendo em uma escala regional e local, poderemos entender o quanto cada índice afeta a dinâmica de segurança de cada país da área de estudo.

Vejamos um exemplo, se analisarmos os problemas de segurança de cada país em uma perspectiva superficial, em escala global, teremos poucas informações

da realidade, não compreenderemos como se iniciou e como se comporta cada ocorrido. Dessa forma, se fazem necessárias as análises regionais, e dependendo do trabalho a ser desenvolvido, uma escala ainda mais aproximada, em nível local.

4.2.5 - Operações de Garantia da Lei e da Ordem das Forças de Segurança em conjunto.

Já existe aproximadamente 10 anos, uma interação das forças armadas do Brasil, juntamente com os exércitos do Paraguai e Bolívia, criando operações de combate aos narcotraficantes.

As operações “Agata”, “Sentinela” e “Atalaia” que estão em vigor desde 2010, conta com a presença das Forças Armadas (Brasil, Bolívia e Paraguai), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Gefron, entre outros.

Exemplos disso são as Operações Ágata e Sentinela, disponíveis com objetivos de prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira² e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) . As ações estruturantes das políticas públicas de segurança foram gradativamente se especializando através de diálogos de integração sistêmica e cooperação com metas pactuadas para a redução de homicídios e aumento na apreensão de drogas e armas.(SANTOS, 2016 p.19).

A união dessas forças fiscaliza e coloca em prática as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), fazendo patrulhas e apreensões em toda a área da trílice fronteira.

Através da Constituição Federal (CF) de 1988, o Estado Democrático de Direito consagrou os direitos humanos prevendo, no Artigo 5º e 6º, a segurança como direito fundamental e social, sendo eles dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, garantidos através do Artigo 144. Assim, o direito à segurança é necessário para garantir à sociedade o exercício dos demais direitos (integridade física, vida, liberdade de locomoção e expressão, propriedade, bem estar, etc.) necessários à convivência pacífica e digna. Para esta condição, busca se, através da segurança pública, o bem-estar e a tranquilidade coletiva na dimensão da ordem, da prevenção de abusos e da promoção da paz. .(SANTOS, 2016 p.29).

A inserção de operações como estas, é o começo de uma parceria para combater o crime organizado nos países em estudo. Acredita-se que a longo prazo, e com apoio tecnológico, com o passar dos anos, tenha-se muitos êxitos para o combate à criminalidade dentro e fora de nossas fronteiras.

Como atuação geoestratégica e orientação para a igualdade cidadã, o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu como prioridade o desenvolvimento regional e a integração da América Latina. As vulnerabilidades territoriais começaram a ser discutidas como retomada do planejamento estratégico, sendo elaborados estudos e diagnósticos pelo Ministério da Integração incluindo o desenvolvimento integrado das sub-regiões onde se localizam as cidades gêmeas e a preocupação com a segurança no contexto de cidadania e soberania.(SANTOS, 2016 p.32).

A discussão de políticas que tem como a priori a segurança nacional do país, vem como respostas a criação de programas e operações em busca de desenvolver a segurança da sociedade além de, harmonizar e cooperar com os países vizinhos.

Podemos citar aqui alguns programas com tais intuitos, segundo Santos (2016), “ [...] Em 2008 foi criado pela SENASP o Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (PEFRON) baseado nas atuações do DOF”. Outro marco importante para a segurança nacional foi realizado em 2011, onde foi formalizado a implementação do Plano Estratégico de Fronteira (PEF).

Foi a partir do PEF, instituído pelo Decreto n. 7496 de 08 de junho de 2011, que as intervenções de segurança na sociedade passaram a ter objetivos de prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira por meio da atuação integrada das instituições¹¹. Para a consecução das ações foram lastreadas bases governamentais estratégicas de enfrentamento aos delitos, tais como a ENAFRON e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). (SANTOS, 2016 p.33).

O PEF veio com uma proposta estratégica muito pertinente, já que em seu modelo para repreender as atividades criminosas nas fronteiras, tem inúmeras patrulhas, tanto dentro do espaço aéreo, como o terrestre e o marítimo (Estradas e rios). Dentro dessas políticas de segurança, como forma de isolar e controlar o avanço da criminalidade e formação de grupos narcos, surgem as operações em conjunto, como já citadas no trabalho, temos as operações mais frequentes em atividade, “Agata”, “Sentinela” e “Atalaia”.

As operações de fronteira contam com a maior parte dos órgãos de segurança, “[...] a PF, Força Nacional de Segurança Pública, Receita Federal, PRF além das polícias Civil e Militar, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Meios Naturais Renováveis (IBAMA), das Forças Armadas e outros órgãos [...]”(SANTOS, 2016 p.33).

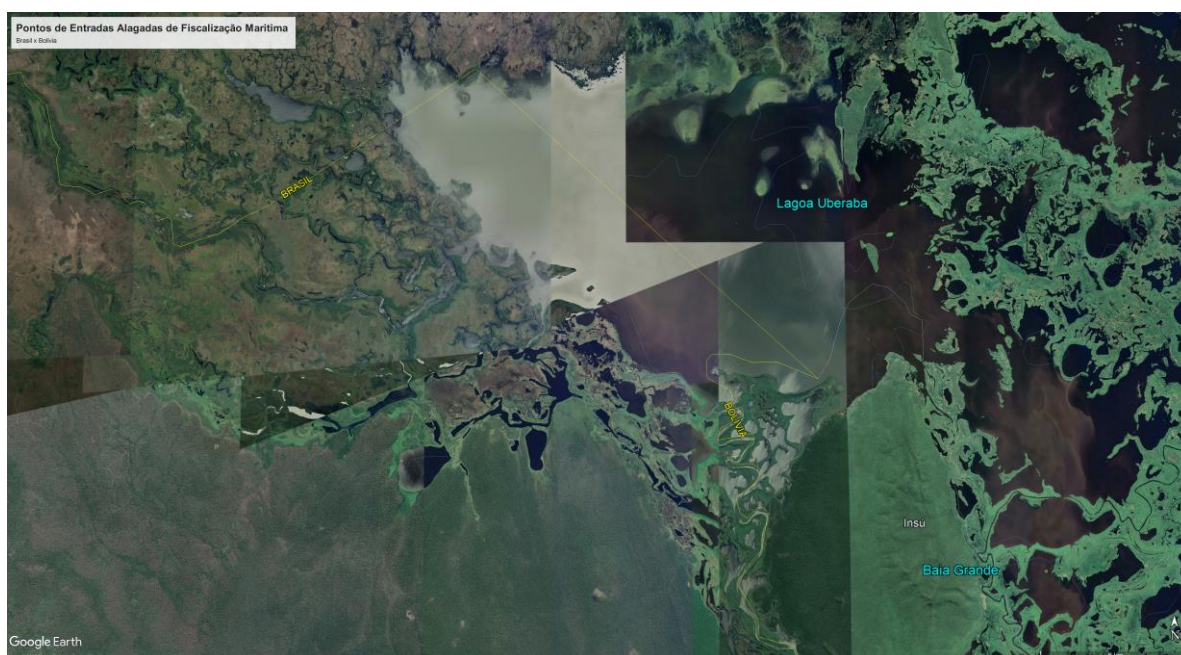
Essas operações em conjunto, buscam desarticular o crime organizado, grande parte pelo tráfico de drogas ao longo dos limites físicos de nossas fronteiras. Algumas dificuldades são apresentadas ao longo do percurso, já que temos uma área extensa de fronteira (Seca e Alagada), os agentes acabam por terem dificuldades nos monitoramentos.

Uma das grandes dificuldades encontrada no quesito monitoramento, são as áreas alagadas, que cobrem boa parte dos territórios entre Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, ambos com divisas com a Bolívia. E também as áreas secas (terrestres), que possuem a maior parte da extensão dos limites de nossas fronteiras.

As estradas clandestinas, conhecidas e chamadas pelos os órgãos de segurança, como “cabriteiras”, cobrem boa parte das áreas não mapeadas pelos Órgãos de infraestrutura, por isso são estradas ilegais, onde foram criadas com o objetivo de abrir caminhos, ou seja, para os fazendeiros e proprietários de terras nessas regiões, ou que acabam servindo de rotas de transporte e fuga para os criminosos.

Observe nas imagens a seguir (1 e 2), algumas dessas estradas clandestinas e pontos alagados ao longo das fronteiras físicas entre o Brasil e a Bolívia.

IMAGEM 1 – PONTOS DE ROTAS ALAGADAS AO LONGO DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA.



FONTE: GOOGLE EARTH ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2022.

IMAGEM 2 – PONTOS DE ROTAS TERRESTRES (CABRITEIRAS) NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA.



FONTE: GOOGLE EARTH ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2022.

As forças policiais atuam constantemente na busca e apreensão de qualquer atividade criminosa nessas zonas de transição terrestre e alagada (imagem 3 e 4), porém, ao se tratar de inúmeras rotas diferentes, o monitoramento acaba não sendo muito eficaz em algumas circunstâncias.

IMAGEM 3 – PATRULHAS NAS FRONTEIRAS ALAGADAS.



FONTE: PAULO BOGLER (2022) DISPONÍVEL EM:< <https://www.h2foz.com.br/fronteira/forcas-de-seguranca-explodem-portos-clandestinos-na-fronteira-com-o-paraguai/>>.

IMAGEM 4 – PATRULHA NAS ESTRADAS CLANDESTINAS (CABRITEIRAS).



FONTE: ROGERIO FERNANDES(2022) DISPONÍVEL EM:< <https://www.dof.ms.gov.br/dof-apreende-50-mil-pacotes-de-cigarros-contrabandeados-do-paraguai-em-itaquirai/>>

As dificuldades enfrentadas aos longos dos anos, por parte dos órgãos que atuam nessas áreas estratégicas de transição entre os países, acaba mobilizando o poder público e os entes federais, cientes e preocupados com permeabilidade das fronteiras nacionais, o Governo Federal através do Decreto nº 7.496/2011 instituiu o Plano Nacional Estratégico de Fronteiras – ENAFRON.

A ENAFRON surgiu como um conjunto de políticas no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública na perspectiva de gestão técnica e operacional, agregando iniciativas e projetos para a efetivação e o fortalecimento da interlocução entre os órgãos federais, estaduais e municipais relacionados à segurança pública nas fronteiras através da produção de diagnósticos, planejamentos e monitoramento dos resultados alcançados. (SANTOS, 2016 p.34).

A criação do ENAFRON foi uma das políticas de segurança adotada pelo país, outra relevante implementação ao monitoramento e proteção de nossas fronteiras, se deu com a criação do “Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON).

[...] O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) foi concebido com o intuito de permitir coletar, armazenar, organizar, processar e distribuir dados necessários à gestão das atividades governamentais que visam a manter monitoradas áreas de interesse do Território Nacional, particularmente da faixa de fronteira terrestre, servindo também para oferecer subsídios a iniciativas integradas de cunho socioeconômico que propiciem o desenvolvimento sustentável das regiões contíguas. (FILHO; ALBUQUERQUE; 2017 p.4).

Pode-se compreender a complexa teia de integração realizada entre os órgãos de segurança, em busca de combater o crime organizado nas zonas de fronteira. É perceptível que as atuações em conjunto para reprimir essas práticas ilegais estão acontecendo, e vêm ganhando força a cada nova estratégia adotada e o avanço tecnológico como ferramenta fundamental para apoiar todos os sistemas de segurança.

Deve-se salientar que, as novas tecnologias são aplicadas tanto para o lado do bem como para as práticas ilegais, o mercado está aberto para todos. Outra situação a ser informada é que, o SISFRON ainda é um sistema novo e ainda não se encontra em atividade plena, com 100% de sua capacidade de monitoramento, haja vista que faltam torres a serem implantadas em alguns territórios ao norte do país (Brasil).

4.3 - Os Acordos Bi-Laterais entre Colômbia e EUA e a Reorientação dos Fluxos de Tráfico de Drogas na América do Sul.

De acordo com Silva (2015), na década de 1970 um alto crescimento no consumo de drogas (cocaína e maconha) ,em vários países do mundo, impulsionou os esforços de estruturação e profissionalização de membros das organizações criminosas estabelecidas em território colombiano, para que pudessem ampliar o porte dessa indústria, e assim se tornar o principal centro abastecedor desse mercado mundial de drogas:

Nos anos 1970 e 1980 é possível perceber um crescimento mundial do consumo de cocaína e maconha, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, o que potencializou o tráfico de drogas nos países andinos, transformando negócios ilegais de pequena proporção em empreitadas empresariais. Os principais grupos, neste momento, despontam na Colômbia por acumularem tradição em práticas ilegais, deterem os contatos e conexões para sintetizar a cocaína e transportá-la aos centros consumidores. (SILVA, 2015 p. 124).

Acordos visando o fechamento das fronteiras “colombianas” para tentar estancar o fluxo de drogas para dentro e para fora deste país, e a atuação das organizações criminosas que já se encontravam altamente profissionalizadas e com sua produção em escala industrial organizada, passaram a ser discutidos ainda na década de 1970 por iniciativa, iniciativa do então presidente dos EUA, Richard Nixon no seu esforço de “guerra às drogas”:

A América Latina como um todo começou a vivenciar os reflexos de tratados internacionais e, os reflexos de duas campanhas antidrogas norte-americanas, a Guerra às Drogas e o Plano Colômbia. No início dos anos 1970, o presidente norte americano Richard Nixon identificou as drogas como o inimigo público número um do país, declarando a “Guerra às drogas”. Assim, o Estado norte-americano dá rosto e localização ao inimigo: os Estados produtores das drogas consumidas no interior de seu país. O inimigo interno agora é, também, uma ameaça internacional, o que é uma importante fundamentação retórica para justificar as ações intervencionistas estadunidenses na América Latina. (SILVA, 2015 p. 124).

Tais acordos criaram diversas dificuldades para os traficantes colombianos e que afetaram até a distribuição de drogas que tinham a produção controlada por parte das FARCS, que em razão disso se viram obrigados a encontrar novas rotas de contrabando, para distribuição dos entorpecentes para diversos países e partes do mundo.

Neste universo de troca e mutação, parte da droga reexportada do Brasil para a América do Norte e a Europa vem da Colômbia, Peru e Bolívia, frequentemente passando pelo Paraguai. São utilizados aeroportos clandestinos, pistas de aterrissagem em fazendas, caminhões transportadores de madeira e de gado com fundos falsos, além de automóveis particulares. A pasta básica que entra no Brasil através do Paraguai é produzida e processada em localidades de cultivo e colheita da coca; após o processamento das folhas seu peso se reduz, facilitando o transporte por via aérea, fluvial ou terrestre. (FILHO; VAZ; 1997 p.92).

Segundo Rodrigues (2002), já na década de 1980 os traficantes colombianos possuíam o conhecimento para desenvolver a concentração e transformação da pasta base de cocaína da forma mais pura que existia e as vendiam ao mercado internacional, sobretudo nos Estados Unidos.

O plano Colômbia foi articulado em conjunto com os governos americano e colombiano. Projeto em que os americanos investiam bilhões em dólares para erradicar o tráfico de drogas realizados pelas FARCS na Colômbia, já que o maior consumidor dessas drogas era a população americana.

Em 1986, o presidente norte-americano Ronald Reagan (1980-1988) edita o documento sobre as diretrizes norte-americanas para os narcóticos e a segurança nacional. Esse documento justificou a intervenção estadunidense na América Latina que iniciaria na década de 1980. Desde o governo Reagan, os Estados Unidos têm definido as drogas como um problema de segurança nacional e o ataque a esse problema deveria ser in locus, ou seja, atacar a produção nos países fontes: Bolívia, Colômbia e Peru. (RODRIGUES, 2022 apud SILVA 2015 p. 126).

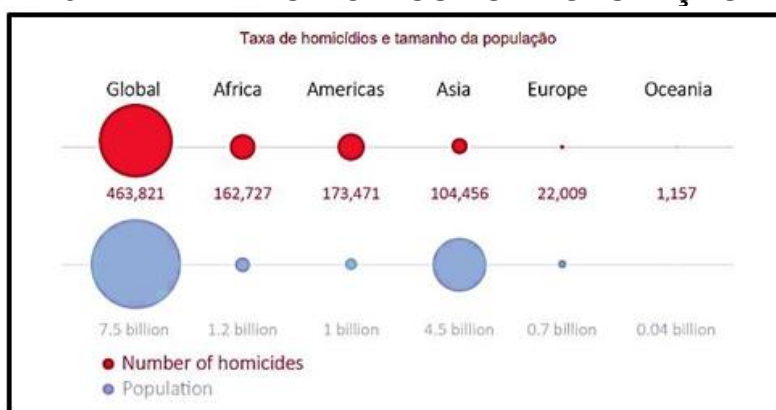
O aumento do tráfico de drogas e armamentos vem acompanhado de fatores que exemplificam os seus atos. Segundo o “Estudo Global Sobre Homicídios”

(2019), as atividades ilícitas ocasionadas pelas organizações criminosas, matam hoje no mundo, tanto quanto conflitos armados e o terrorismo:

A atividade criminosa causa muito mais mortes do que conflitos e terrorismo juntos. As 464.000 vítimas de homicídio superam em muito os 89.000 mortos em conflitos armados e as 26.000 vítimas fatais da violência terrorista em 2017. O crime organizado sozinho pode ser uma fonte significativa de violência letal; desde o início do século XXI, o crime organizado resultou em aproximadamente o mesmo número de assassinatos que todos os conflitos armados em todo o mundo juntos. Estima-se que uma média de aproximadamente 65.000 assassinatos por ano estejam relacionados ao crime organizado e gangues no período de 2000 a 2017, e que até 19% de todos os homicídios registrados globalmente em 2017 estejam relacionados ao crime organizado e gangues. (UNODC, 2019 p.12).

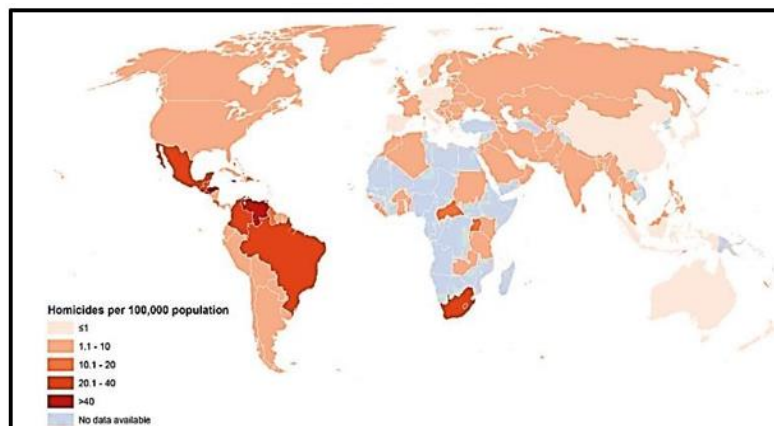
Podemos verificar essas ocorrências em vários níveis, segue abaixo (imagem 5 e 6) uma estimativa de homicídios por população nos continentes:

IMAGEM 5 - TAXA DE HOMICÍDIOS POR POPULAÇÃO MUNDIAL



FONTE: UNODC 2019- DISPONÍVEL:< <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet1.pdf>>.

IMAGEM 6 - TAXA DE HOMICÍDIOS POR PAÍS EM 2017



FONTE: UNODC 2019 - DISPONÍVEL:< <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet1.pdf>>.

Os índices demonstrados pelas figuras acima, mostram o tamanho do estrago feito pelas ações das organizações criminosas em todo o mundo, as quais, quase sempre, tem no tráfico de drogas o carro-chefe de suas atividades.

Evidenciando o tamanho que representa a efetiva problemática do tráfico frente ao avanço de novas rotas e novos mercados, que é a hipótese assumida na presente pesquisa, busca verificar o destino atual do fluxo de tráfico especificamente da produção realizada na Bolívia e no Peru:

[...] No caso sul-americano, todo o entorno geográfico adquire relevância, já que, segundo a UNODC, toda a cocaína consumida no planeta é produzida na região. Em 2017, cerca de 70% dos cultivos de coca do mundo estavam localizados na Colômbia, 20% no Peru e aproximadamente 10% na Bolívia. (BEZERRA, 2020 p.10).

Para entendermos esse fluxo de distribuição de narcotráficos na América do Sul, temos que saber que o maior dos problemas acontece com a forma em que esses ilícitos são distribuídos, já que desafio para o tráfico internacional de drogas é fazer a droga sair dos países produtores e chegar aos centros consumidores.

Para tais atos, Bezerra (2020) cita que, essa rede de distribuição que acontece de forma organizada, por tais motivos, recebe o conceito de crime organizado, necessita do controle de vários fatores para seu sucesso. São eles, uma boa logística, pessoas especializadas e confiáveis, especializada no quesito plantio, colheita, transporte e desenvolvimento das drogas, além de um pessoal para a parte de negociação do produto final, em condições de serem vendidos e entregue.

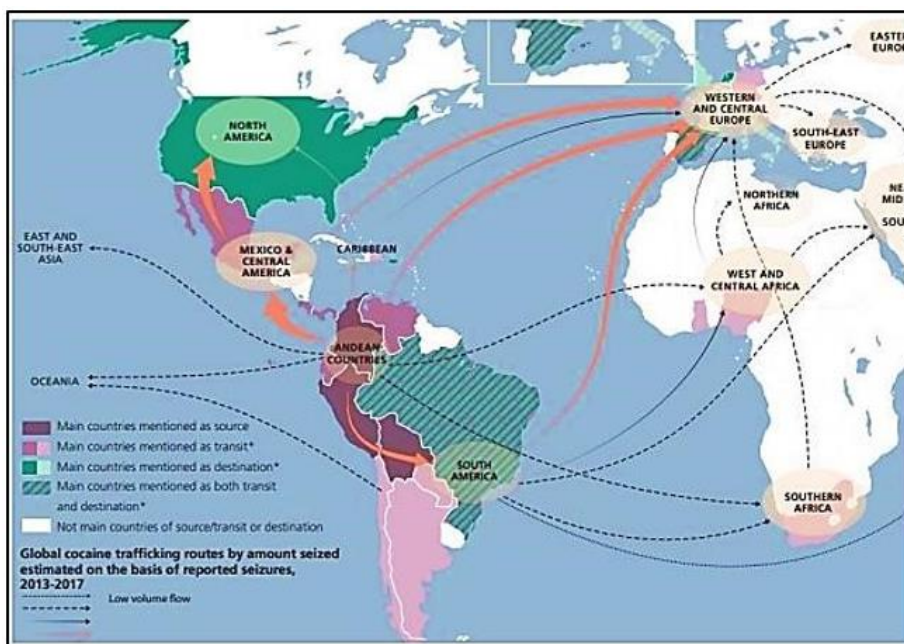
Para Bezerra (2020), o Brasil sofre com um aumento significativo de entradas de drogas, antes o que era apenas rotas de distribuição, hoje pode estar se tornando um dos países com maior índice de consumo dessas drogas.

Além disso, a América do Sul passou de mera região produtora a região de elevado consumo da cocaína, sobretudo em seu Cone Sul. Segundo a UNODC, o crescimento do consumo de cocaína no Cone Sul parece estar ligado ao aumento da produção na Bolívia e no Peru, primordialmente fornecedores para as refinarias colombianas, mas que perderam espaço com o aumento da produção de cocaína colombiana [...] (BEZERRA, 2020 p.11).

Em seu trabalho sobre os espaços transversos (2011), a autora Lia Osorio Machado, explano de forma bem clara que, após 30 anos de combate as drogas nos EUA, em 2010 o relatório da nações unidas sobre drogas, mostra que houve uma queda de quase 50% dos consumidores de cocaína no continente americano.

Com o aumento significativo do transporte e consumo de drogas na América do sul (imagem 7), e principalmente no Brasil, em relatório divulgado pela World Drug Report (2019), mostra o Brasil entre os países que estão classificados como “Tempo de Trânsito e Destino” das drogas na América do Sul.

IMAGEM 7 - ROTAS DE DROGAS COM ORIGEM NA AMÉRICA DO SUL



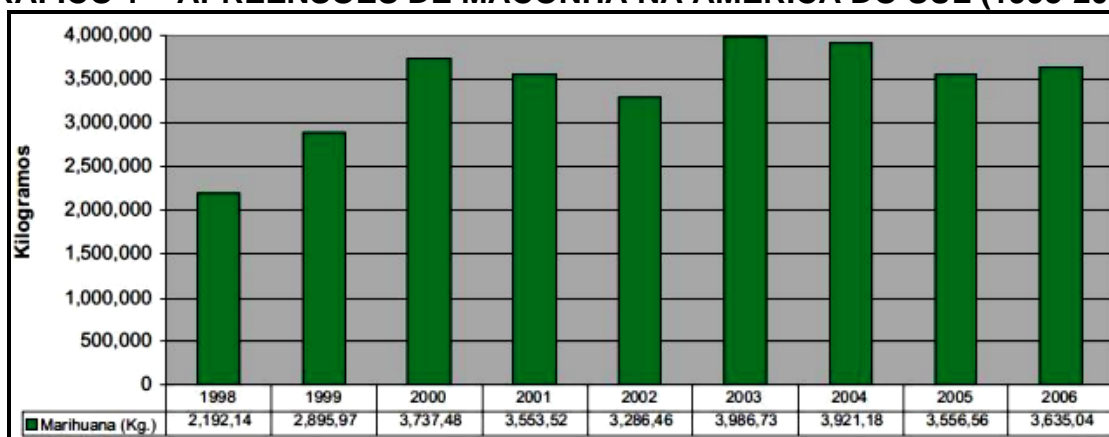
FONTE:UNODC 2019.

Os investimentos empregados ao combate antidrogas iniciado no comando do presidente Ronald Reagan (1986), foram gastos absurdos, investimentos altíssimos, haja vista que a estratégia do governo americano, era distribuir os investimentos para seu próprio país e também aos países mais problemáticos, como por exemplo a Colômbia. Os valores repassados à Colômbia teriam futuramente duas finalidades, a primeira ajudaria o país a combater o narcotráfico de dentro para fora e a segunda que a Colômbia passaria a flexibilizar suas políticas e o governo americano teria fácil acesso à Colômbia.

A tentativa de uma política antidrogas mais abrangentes estão refletidas na própria evolução do orçamento federal a ela destinado: na Administração Bush (1988/92), este orçamento aumentou de US\$ 4.7 bilhões para US\$ 11.9 bilhões, com crescente participação dos programas judiciais, de redução de demanda e para a interdição de drogas. No primeiro mandato do Presidente Clinton, o orçamento alcançou US\$ 13.8 bilhões. Para o ano fiscal de 1997, os Estados Unidos gastaram US\$ 15.1 bilhões no controle de drogas. Deste total, US\$ 13.3 bilhões, ou seja, 88% de todo o orçamento, será empregado em ações e programas domésticos voltados para a aplicação da lei (8.3 bilhões) e redução da demanda (US\$ 5 bilhões). Dos US\$ 1.8 bilhões restantes, US\$ 1.4 bilhão serão destinados aos esforços de apreensão e US\$ 401 milhões, ou seja, apenas 2,6%, para programas internacionais.(BORBA, 2009 p.11).

O fato é que os investimentos aplicados no combate às drogas em um curto prazo, surtiu efeito, vejamos na tabela (2) a seguir, o índice de apreensão de drogas no período em que ocorreu o plano colômbia e a guerra às drogas.

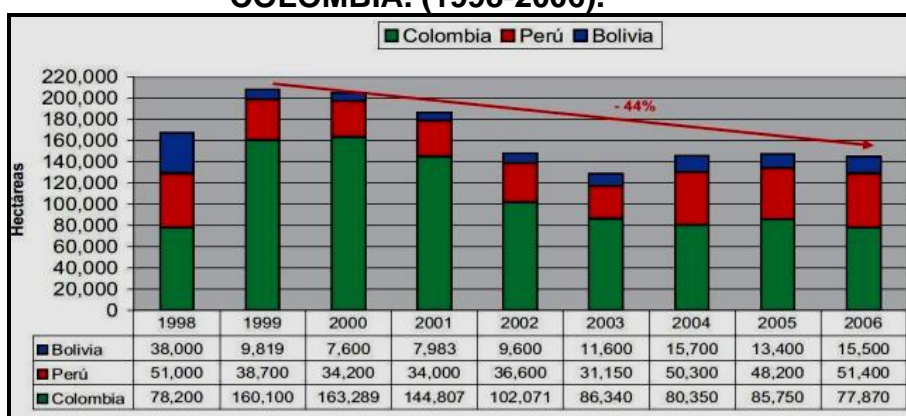
GRÁFICO 1 – APREENSÕES DE MACONHA NA AMÉRICA DO SUL (1998-2006).



FONTE: BORBA, 2009.

Na tabela acima podemos observar que as apreensões de maconha em nível de América do Sul, começou a cair em meados de 2006. Já as relações de desenvolvimento do cultivo das drogas, como o da cocaína, tiveram uma queda considerável, vejamos na tabela (3) a seguir.

GRÁFICO 2 – ÁREA TOTAL DE CULTIVO DE COCA ENTRE BOLÍVIA, PERÚ E COLOMBIA. (1998-2006).

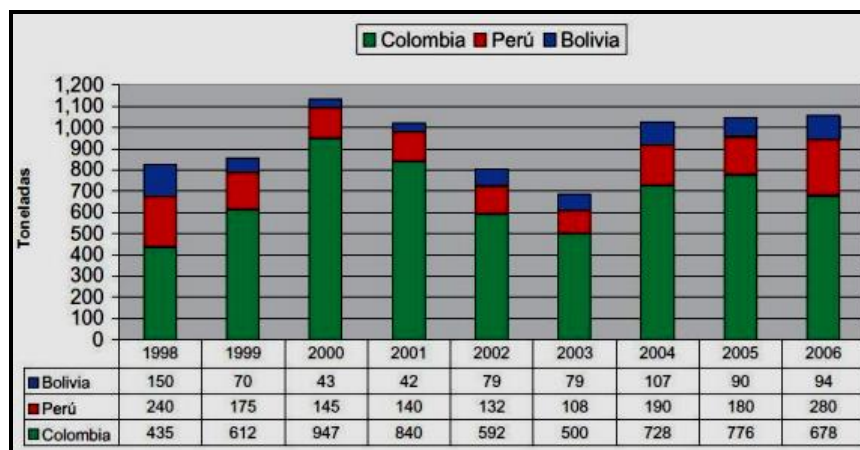


FONTE: BORBA, 2009.

Percebe-se que, os investimentos aplicados para combater o crime organizado surtiram efeito muito rápido, diminuindo consideravelmente as áreas de cultivo em países como Bolívia, Peru e Colômbia, haja vista que são os três maiores produtores de entorpecentes da América do sul.

Outro dado importante apresentado no trabalho de Borba (2009), foi a descrição da tabela onde mostra as potencialidades de produção em especial de cocaína, na América do sul, vejamos a tabela (4) a seguir.

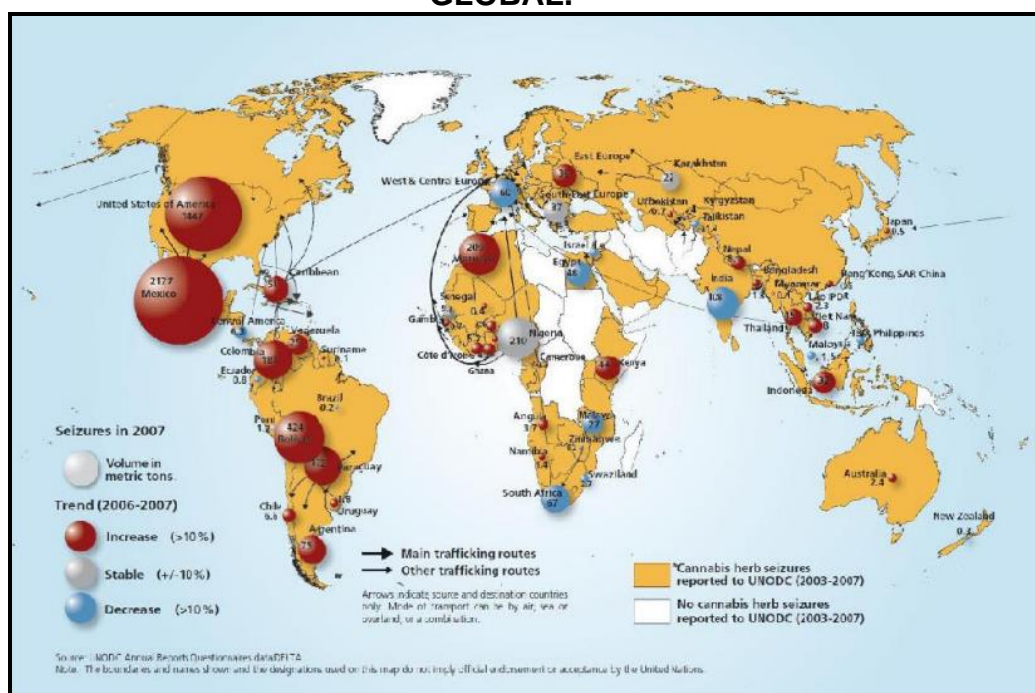
GRÁFICO 3 – POTENCIAL DE CULTIVO DE COCA NO CONTINENTE AMERICANO (1998-2006).



FONTE: BORBA, 2009.

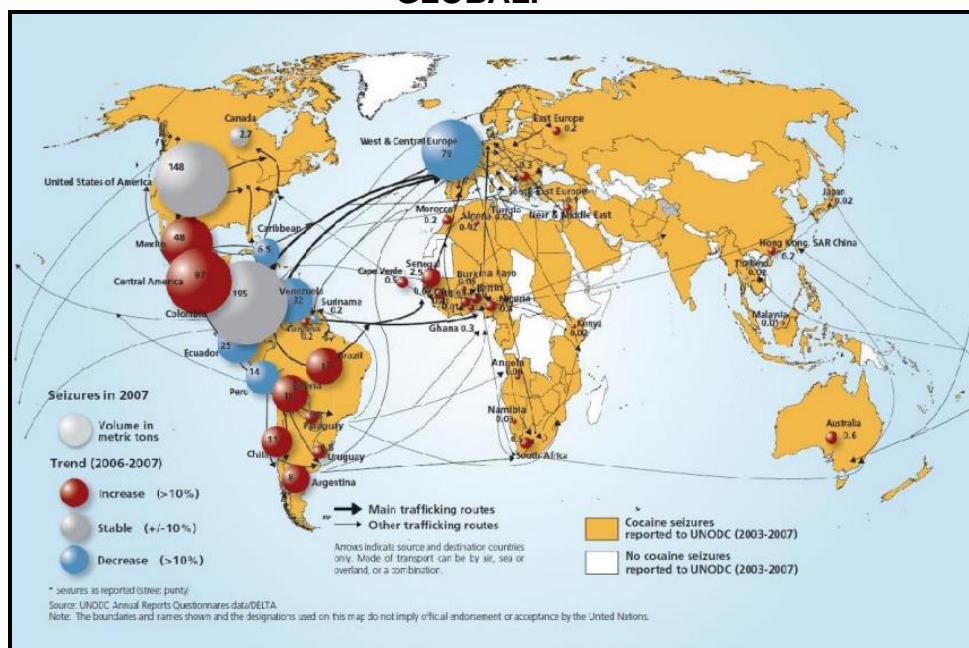
Na tabela (4), fica nítido que a Colômbia está entre os maiores exportadores e cultivadores de drogas do mundo, e o maior em nível da América do Sul. Veremos abaixo nas imagens (8 e 9), as apreensões de maconha e cocaína em escala global.

IMAGEM 8 - MAPA TEMÁTICO DAS APREENSÕES DE MACONHA EM ESCALA GLOBAL.



FONTE: BORBA, 2009.

IMAGEM 9 - MAPA TEMÁTICO DAS APRENSÕES DE COCAÍNA EM ESCALA GLOBAL.

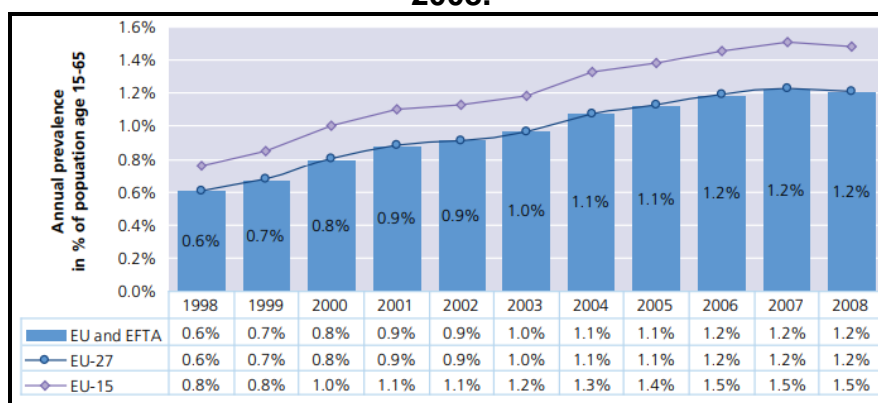


FONTE: BORBA, 2009.

As imagens nos mostram algo evidente, o continente americano é sem dúvidas o maior produtor de drogas do mundo. Podemos perceber também que as maiores apreensões, estão ligadas aos países da América.

Outro fator que os dados nos mostram é que a maior parte das drogas em circulação, para exportação, sai também dos países do continente americano, principalmente da Colômbia, Peru e Bolívia. Um dado muito importante foi divulgado pela UNODC em (2010), onde mostra prevalência anual do consumo de cocaína nos países da UE e da EFTA, 1998-2008, vejamos no gráfico (4) abaixo.

GRÁFICO 4 – CONSUMO DE COCAÍNA NOS PAÍSES DA UE E DA EFTA, 1998-2008.



FONTE: UNODC, 2010.

A tabela nos mostra algo muito interessante, onde ao contrário do continente americano, nos períodos de intensificação dos combates às drogas, na Europa o consumo subiu nesses períodos.

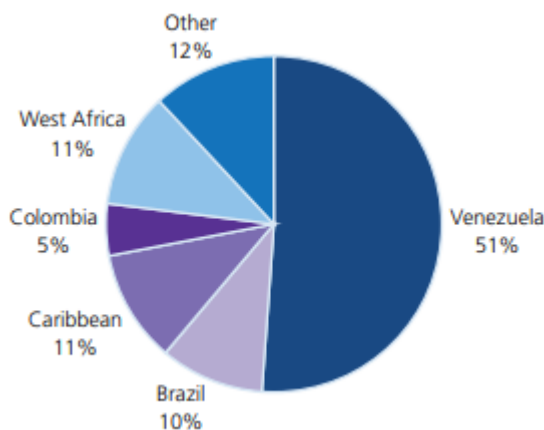
Os dados apresentados pela “United Nations Office on Drugs and Crime” vem mostrando desde 2008 a 2022, uma queda significativa da produção de cocaína no continente americano, isso se dá, pois os investimentos para o combate às drogas realizadas pelo EUA foram eficazes. Mas, por outro lado, mostra que o mercado da coca foi descentralizado do que antes era da Colômbia, isso abriu as portas, tanto para o Peru quanto para a Bolívia, que em média cresceram as exportações para o exterior.

A área total sob o cultivo de coca caiu 18% entre 2007 e 2010, devido largamente ao declínio acentuado do cultivo de coca na Colômbia de 2007 a 2010. Ao longo do mesmo período, o cultivo de coca e a produção da folha de coca se deslocaram significativamente para o Estado Plurinacional da Bolívia e o Peru. (UNODC, 2012).

Essas mudanças reduziram consideravelmente a oferta de cocaína na América do Norte, que é quase exclusivamente fornecida pela Colômbia, enquanto que na Europa a maior disponibilidade de cocaína vem do Peru e da Bolívia. Compensou, pelo menos em parte, a diminuição da oferta da Colômbia.

Segundo dados do UNODC (2010), entre 2006 e 2008, mais da metade dos carregamentos marítimos de cocaína para a Europa detectados provinham do República Bolivariana da Venezuela (gráfico 5). O Equador também foi afetado por um aumento do tráfico em trânsito, e ambos países estão enfrentando problemas crescentes com violência.

GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DE COCAÍNA PELO MAR



FONTE:UNODC, 2010.

O declínio do mercado de cocaína nos Estados Unidos e a ascensão do europeu também contribuíram para a violência no Caribe. Em alguns casos, isso se deve à nova cocaína que desemboca, em outros, na perda do tráfico de cocaína como fonte de receita para os criminosos locais. Parece que qualquer mudança dramática no tráfico pode ter um efeito desestabilizador, resultando em violência.

As estimativas da quantidade de cocaína fabricada variaram de 776 a 1.051 toneladas em 2011, praticamente inalterada em relação ao ano anterior. As maiores apreensões de cocaína do mundo - não ajustada para pureza - continuam a ser relatadas na Colômbia (200 toneladas) e nos Estados Unidos (94 toneladas). O uso de cocaína continua caindo nos Estados Unidos, o maior mercado de cocaína do mundo. Em contrapartida, aumentos significativos nas apreensões têm sido observados na Ásia, Oceania, América Central e do Sul e no Caribe em 2011. (Fonte: UNODC, 2013).

A explanação realizada entre o acordo feito pelo governo dos EUA com a Colômbia, através do combate as drogas e aos narcotraficantes, é de extrema importância para as análises do trabalho, haja vista que, o fechamento das fronteiras dos EUA, com a Colômbia, resultou em uma dispersão de trânsito das drogas por outros caminhos, estabelecidos pelos dados disponibilizados pelo instituição da UNODOC (2019).

O aumento e intensidade da dispersão das drogas, na América do sul (com ênfase no Brasil, Paraguai e Bolívia) cresceu consideravelmente, isso pode ser notado nos dados estabelecidos e colhidos por meio dos órgãos fiscalizadores de apreensões desses produtos nas fronteiras.

Todo o cenário do fechamento das fronteiras americanas e o combate as guerrilhas e ao tráfico de drogas, trouxe em 2008 uma estatística que atribui ao Brasil. “O número de laboratórios clandestinos relacionados com ATS reportado aumentou 20% em 2008 e, pela primeira vez, revelou a existência de laboratórios na Argentina, Brasil, Guatemala, República Islâmica do Irã e Sri Lanca”.(UNODOC, 2010 n.p).

Podemos então dizer que a longo prazo, dentro da perspectiva das análises das elevadas taxas de apreensão de drogas em nossas fronteiras, recebeu um impacto significativo com as estratégias de combate às drogas realizadas pelo governo dos Estado Unidos, porém, necessita-se de mais aprofundamento acerca dos dados. Nota-se que com os dados apresentados, a distribuição do tráfico de drogas na parte central da América, teve resultados consideráveis desde da

aplicação do plano Colômbia e a guerra às drogas efetivadas pelo governo americano.

A ideia do aumento do fluxo das drogas e do crescimento de exportação, teve ligação considerável com o fechamento das fronteiras dos EUA, visto que com a diminuição dos índices nos limites americano, fez crescer os índices em outros países e até mesmo na Europa, mas ainda se tornar difícil sustentar de forma concreta a hipóteses com a escassez de dados divulgados.

4.4 - A Evolução do Tráfico de Drogas na Faixa de Fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia.

4.4.1 - As Finalidades Geopolíticas da Faixa de Fronteira Terrestre do Brasil.

A faixa de fronteira continental (fronteira oeste) legal do Brasil foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional com vários países da América do Sul.

O Brasil é o quinto maior país em área segundo o IBGE (2020), tendo um total aproximado de 8,5 milhões de km², perdendo somente para Rússia com 17 milhões km², Canadá com 9,9 Milhões de km², China com 9,5 milhões km² e os EUA com 9,3 milhões de km².

A largura da faixa foi sendo modificada desde o segundo Império por sucessivas edições da Constituição Federal (1934; 1937; 1946) até a atual estabelecido em 1979, que ratificou a sua largura em 150km. (Mapa 01).

MAPA 1 – FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE DO BRASIL.



Fonte: IBGE Organizador: OLIVEIRA, 2023.

O Brasil é o quinto maior país em área segundo o IBGE (2020), tendo um total aproximado de 8,5 milhões de km², perdendo somente para Rússia com 17 milhões km², Canadá com 9,9 Milhões de km², China com 9,5 milhões km² e os EUA com 9,3 milhões de km². O Brasil faz fronteira com 10 países, são eles: Guiana Francesa; Suriname; Guiana; Venezuela; Colômbia; Peru; Bolívia; Paraguai; Argentina e Uruguai. Em evidência a área de estudo, serão atribuídas as relações entre as fronteiras do Brasil, Bolívia e Paraguai.

Hoje temos uma diferença muito grande entre os três países elencados na área de estudo. A primeira diferença acontece em seu tamanho em áreas, e isso é muito importante para podermos analisar o tamanho da fronteira existente entre os países estudados neste trabalho e a taxa de crescimento da população.

QUADRO 5 – COMPARATIVOS DE ÁREA E POPULAÇÃO ENTRE BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI (2021).

	BRASIL	BOLÍVIA	PARAGUAI
Área/km²	8.516.000	1.099.000	406.752
População (Mi)	214.582,820	11,67	7,133

FORNTE: IBGE (2022) BIRD (2022) ORG, OLIVEIRA,2022.

Tais informações se fazem necessárias para compreendermos de forma ampla, a realidade econômica e social de cada país, já que, se tratando de segurança e analisando em uma escala global, pode-se averiguar os ocorridos que determinam tais índices, compreendendo em uma escala regional e local, poderemos entender o quanto cada índice afeta a dinâmica de segurança de cada país da área de estudo.

Estudos como o do escritor Andres Malamud (2012), já traz as análises dessas realidades em escala regional e local, é de extrema importância compreendermos os acontecimentos e ocorridos na sua raiz, em uma escala, mas próxima da realidade, verificando o porquê de tais acontecimentos, e quais são as suas causas.

A preocupação com a segurança nacional, e com a baixa densidade demográfica e a vocação atlântica do país, deixaram essa distância de 150 km para diminuir a dificuldade de comunicação com os principais centros decisórios de policiamento e controle, sendo assim, depois de vários cálculos estipulou-se essa medida como padrão para a nossa fronteira.

Em virtude da localização e posição geográfica obtidas pelos municípios fronteiriços, houve a denominação e formação de dois grupos nos limites das fronteiras.

O primeiro grupo são os municípios “lindeiros”:

Os lindeiros são municípios que se encontram próximos da fronteira internacional, dentro desse grupo pode-se apresentar 03 subgrupos, são eles:

- a) Aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas).
- b) Aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional.
- c) Aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da Faixa de Fronteira.

O grupo dos municípios não-lindeiros, são aqueles recuados da faixa de fronteira. Também podem ser divididos em 02 subgrupos, são eles:

- d) Aqueles com sede dentro da Faixa de Fronteira.
- e) Aqueles com sede fora da Faixa de Fronteira.

A subdivisão da Faixa de Fronteira em três grandes regiões denominadas de Arco Norte, Arco Central e Arco Sul, foi proposta pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), juntamente com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração.

A relação da produtividade e a identidade cultural de cada grande Região do Brasil, foi o fator predominante para a divisão da Faixa de Fronteira nas regiões de tais Arcos. A implementação de dois grandes vetores foi usada como recurso de análise para a separação dos Arcos. O primeiro vetor foi “Desenvolvimento Econômico Regional” e o segundo, “A Identidade Cultural”.

Os dois vetores foram tratados pelo governo como análises fundamentais para aplicação da divisão dos Arcos, já que ambos demonstram a realidade social e econômica de cada região. O Arco Norte abrange áreas dos territórios dos estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre. O Arco Central dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E o Arco Sul dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A divisão através dos critérios culturais e o tipo de produção de cada região, os 03 Arcos ficaram divididos nas seguintes características (MI, 2005):

- 1) Arco Norte: Ocupado por Indígenas e Pardos; Pesca, extrativismo vegetal e o cultivo da mandioca (complexo indígena da mandioca).
- 2) Arco Central: Pardos, Brancos e Negros; Produção agrícola e Pecuária.
- 3) Arco Sul: Brancos de origem Europeia; Agroindústrias e Pecuária

A outra relação, porém, não levada em consideração na divisão dos Arcos, foi a concentração das crenças, a divisão religiosa de cada grupo. Segundo o Ministério da Integração Nacional (MI, 2003), existe o predomínio da religião católica em todos os Arcos.

Através das extensas leituras aprofundadas acerca do conceito de fronteira, pode-se observar uma evolução na compreensão das suas características e funções. O trabalho mostra as diferentes dimensões em que o conceito de fronteira está interligado. As relações econômicas, políticas e culturais estão presente em todas as etapas evolutivas do conceito de fronteira.

4.5 A Evolução dos Crimes Transacionais (tráfico de drogas) nas Fronteiras de Brasil, Bolívia e Paraguai.

As fronteiras além do seu conceito teórico e metodológico, já traz muita complexidade para podermos compreender suas dinâmicas. Vamos então, analisar a fronteira através de uma de suas dinâmicas, e essa traz em seu histórico um desafio que está sendo combatido há décadas.

O que passa na cabeça das pessoas, o que elas compreendem sobre fronteira, estará sempre ligado às questões de segurança e isso ocorre por falta de conhecimento de caso. A fronteira sempre esteve ligada às questões de poder, ao confronto de nações, às grandes guerras.

Já dizia em suas obras, o autor Claude Raffestin (1844-1904), as relações de poder que formam o território e a população aparecem como o próprio fundamento do poder.

O que almejamos com todo esse argumento? Observar as dinâmicas.... apreensões. Para tanto, trouxemos uma tabela (4) que trata as análises em multiescalar em três níveis. Vejamos :

QUADRO 6 – NÍVEIS DE ANÁLISES CRIMINAIS A SEREM COMPREENDIDOS.

1	Nível Nacional	Índices de apreensões dos ilícitos em todo o Brasil, em uma escala temporal de 10 anos.
2	Nível Estadual	Índices de apreensões em escala estadual, em uma escala temporal de 10 anos.
3	Nível Municipal	Índices de apreensões em escala municipal, em uma escala temporal de 10 anos.

ORGANIZADOR: OLIVEIRA,2021

4.5.1 Primeiro nível – Nacional: tipos de ilícitos mais apreendidos em todo território brasileiro.

A comercialização de ilícitos cresce cada vez mais, as organizações criminosas estão evoluindo frente as novas tecnologias, cabe aos órgãos de segurança de cada país, se modernizarem e adaptarem aos diversos novos golpes, aplicados por essas agências do crime. O contrabando é uma prática universal onde as organizações criminosas transportam produtos proibidos (ilegais) de um país para o outro, algo recorrente no Brasil.

Com base num levantamento feito pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2010, a partir de dados produzidos pela Receita Federal do Brasil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, IBAMA, entre outros órgãos de defesa, verificou-se que os produtos mais contrabandeados em todas as regiões do Brasil eram: Bebidas, Combustíveis, CD/DVD, Equipamentos de Informática, Cigarros entre outros (Tabela 02).

Como pode-se observar nessa tabela, o contrabando no Brasil passa de produtos alimentícios e recursos naturais (carvão, madeira, animais silvestres) até drogas, armas e munições, ou seja, o repertório de produtos ilegais contrabandeados é imenso.

QUADRO 7 – PRODUTOS MAIS APREENDIDOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.

BEBIDAS	COMBUSTIVÉIS	CD/DVD	EQUIP. INFORMÁTICA
CIGARRO	ELETRÔNICOS	MEDICAMENTOS	COCAINA
CRACK	ANIMAIS SILV.	MACONHA	HAXIXE
MUNIÇÕES	ANFETAMINA	ARMAS	MADEIRA

FONTE: POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF) – 2020.

A apreensão dos diversos produtos ilícitos é realizada através de uma força em conjunto entre os países e entre os órgãos especializados em combate ao narcotráfico, contrabando, pirataria e todo tipo de crime estabelecidos e regidos por cada nação.

Através do decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, fica estabelecido as atividades de fiscalização das fronteiras em operações conjuntas, incorporando todos os órgãos atuantes na defesa e soberania das fronteiras brasileiras, em âmbito federal, estadual e municipal, com ajuda dos países vizinhos.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF, para o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos tr Art. 2º O PPIF terá como diretrizes:

I - a atuação integrada e coordenada dos órgãos de segurança pública, dos órgãos de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, nos termos da legislação vigente; e

II - a cooperação e integração com os países vizinhos. Art. 3º O PPIF terá como objetivos:

I - integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima;

II - integrar e articular com países vizinhos as ações previstas no inciso I; III - aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços; e

IV - buscar a articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF. (BRASIL, 2016).

As ações em conjunto visam facilitar e estreitar a comunicação entre as forças responsáveis de coibir as práticas de contrabando. O estreitamento dessas relações faz com que, a busca por criminosos e até mesmo aqueles que estão foragidos, sejam identificados, presos e se for necessário extraditados para seus países de origem.

As tabelas contaram com as informações colhidas através de dados abertos disponibilizados pelos os órgãos de segurança que atuam diretamente nas faixas de fronteira.

A utilização de dados disponibilizados por mais de um órgão será necessária para a dedução e eficácia da veracidade e confirmação das informações, ou seja, verificar se dentro das análises de cada órgão, os dados estão convergindo.

Não existe nenhum intuito de obstruir as informações de cada órgão e muito menos colocar em discordância ou comparações de confiabilidade entre os mesmos, apenas demonstrar que os produtos em estudo estão inteiramente de acordo com as informações distribuídas em cada tabela ou gráfico.

4.5.1.1 Os produtos de contrabando mais apreendidos em todo território brasileiro.

O contrabando está ligado a praticamente toda a atividade de fiscalização nas regiões do Brasil. Dentre as várias mercadorias e produto de contrabando apreendidos em nosso território e ao longo das nossas fronteiras, existem algumas atividades que são predominantes.

As chamadas aduanas, são representadas pelos órgãos que controlam e fiscalizam os fluxos internacionais de bens, mercadorias e veículos. Cada país possui a sua aduaneira, que geralmente são compostas pelos seus órgãos de segurança, no Brasil em questão, ficam nas aduanas, a Receita Federal (RFB), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Civil (PC), Polícia Militar (PM) em algumas situações, é comum vermos também o Grupo Especial de Segurança na Fronteira (GEFRON), Força Nacional e Exército Brasileiro (EB).

As aduanas estão espalhadas por todo o país, os órgãos de segurança fazem buscas em todas as esferas, isso ocorre, pois não é possível coibir a entrada de todo contrabando apenas nas aduanas nos limites das fronteiras e por esse motivo, fazem operações em nível federal, estadual e municipal.

No período de 2010 a 2020, os produtos de contrabando mais apreendidos na fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai foram maconha, cocaína, crack, cigarro, armas e munições. A pesquisa trabalhará apenas com materiais proibidos e ilegais em todo território nacional e internacional.

Os armamentos e munições, também não são classificados como ilegais, desde que sejam vendidos de forma correta, porém, a sua utilização está ligada às práticas criminais e ostensivas praticadas por todas as organizações criminosas e reflete em um grande problema para a sociedade.

QUADRO 8 – AS DROGAS MAIS APREENDIDAS EM TODO O TERRITÓRIO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS– (RF).

PRODUTO/ANO	MACONHA(KG)	COCAINA(KG)	CRACK(KG)
2010	2.660	1.773,00	125,00
2011	3.480	856,35	66,10
2012	6.640	793,10	315,00
2013	8.230	2.183,0	81,00
2014	7.600	957,80	44,33
2015	2.460	2.508	27,70
2016	5.160	15.207	21,80
2017	28.846	18.073	520,89
2018	7.935	31.448	187,00
2019	6.408	57.891	40,90
2020	18.367	47.687	6,0

FONTE: RECEITA FEDERAL (RFB) 2010-2020 - ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

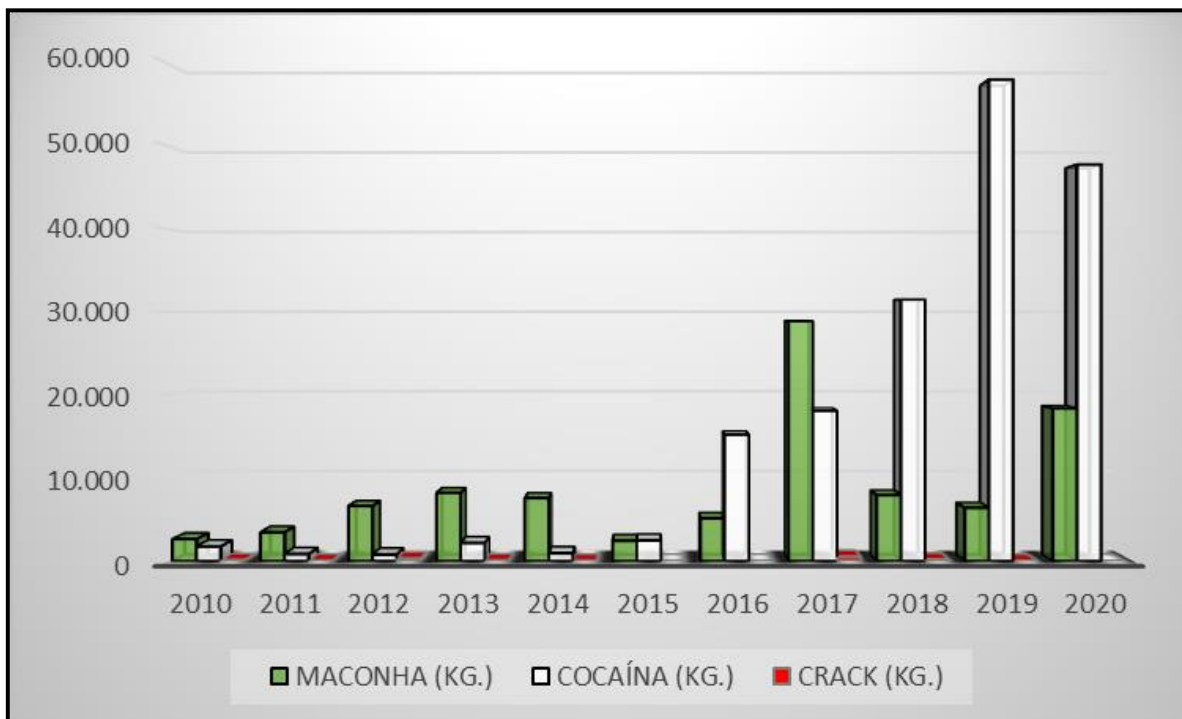
No quadro (08) apresenta apenas os produtos mais apreendidos, aqueles que ilegalmente são contrabandeados e de procedência criminosa, que afetam diretamente as relações de segurança e saúde da sociedade, ou seja, mercadorias altamente proibidas por boa parte de todos os países do mundo.

No gráfico (06), poderemos verificar a evolução dessas apreensões em uma escala temporal de 10 anos. Devido à ausência dos dados de armas e munições serão atribuídos os dados referentes às drogas apreendidas.

As atividades realizadas pela PRF têm como função fiscalizar principalmente as vias que ligam todo o território brasileiro. Essas apreensões são feitas em larga escala em todo o Brasil, mas as grandes apreensões são feitas através de denúncias.

A atividade furtiva por parte da PRF nas fronteiras, agindo de forma conjunta com a Receita Federal e o Exército Brasileiro, tem obtido grandes apreensões. Por sua vez, analisando-se os dados de apreensões de contrabando realizadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no território brasileiro, nos últimos 10 anos, é possível observar que está ocorrendo um aumento considerável principalmente nos últimos 5 anos.

GRÁFICO 6 – AS DROGAS MAIS APREENDIDAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS E CONTABILIZADAS PELA RECEITA FEDERAL.



FONTE: RECEITA FEDERAL (RFB) 2010-2020 – ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

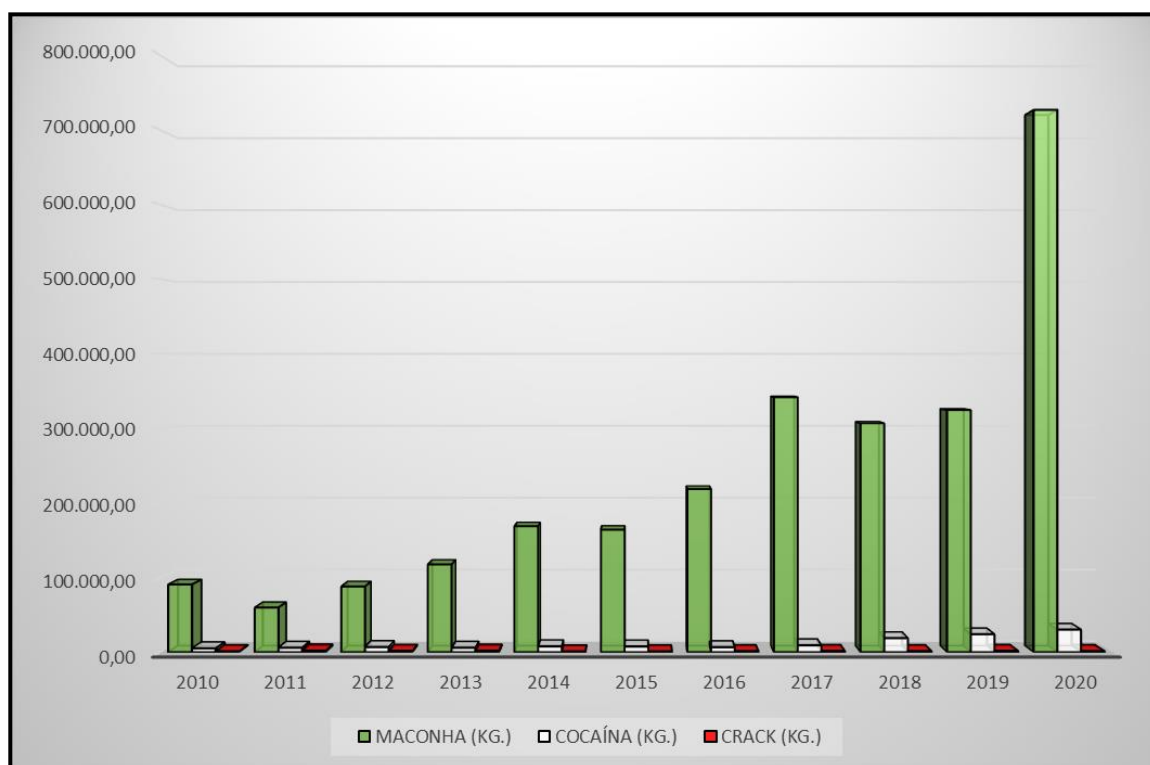
Verificaremos agora, no quadro (9) os produtos apreendidos e disponibilizado eletronicamente pelo sistema de dados abertos da Polícia Rodoviária Federal.

QUADRO 9 – OS PRODUTOS MAIS APREENDIDOS NAS FRONTEIRAS BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI – (PRF).

PRODUTO/ANO	MACONHA(KG)	COCAINA(KG)	CRACK(KG)
2010	90.791,45	5.133,662	1.144,689
2011	59.835,9	5.935,60	2.084,92
2012	88.104,9	6.843,69	1.678,84
2013	117.673	5.863,15	1.994,17
2014	168.966	7.822,79	884,477
2015	164.254	7.636,86	1.027,53
2016	218.674,4	6.680,151	1.263,742
2017	341.832	9.265,23	1.438,51
2018	306.956	18.771,3	1.262,08
2019	324.694	24.062,9	1.622,91
2020	727.123,3	30.352,89	1.369,709

FONTE: POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF) 2010-2020 – ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021

GRÁFICO 7 – AS DROGAS MAIS APREENDIDAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS CONTABILIZADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.



FONTE: POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF) 2010-2020 – ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

O fruto das análises colhidas pelo banco de dados disponibilizados pela PRF, deram a possibilidade de construirmos gráficos para nossa análise temporal. Esses gráficos nos possibilitam visualizar as ocorrências de apreensões ao longo dos últimos 10 anos. Podemos perceber que existe uma variação entre as atividades criminosas nesses períodos, onde apresenta aumentos e quedas em alguns períodos distintos.

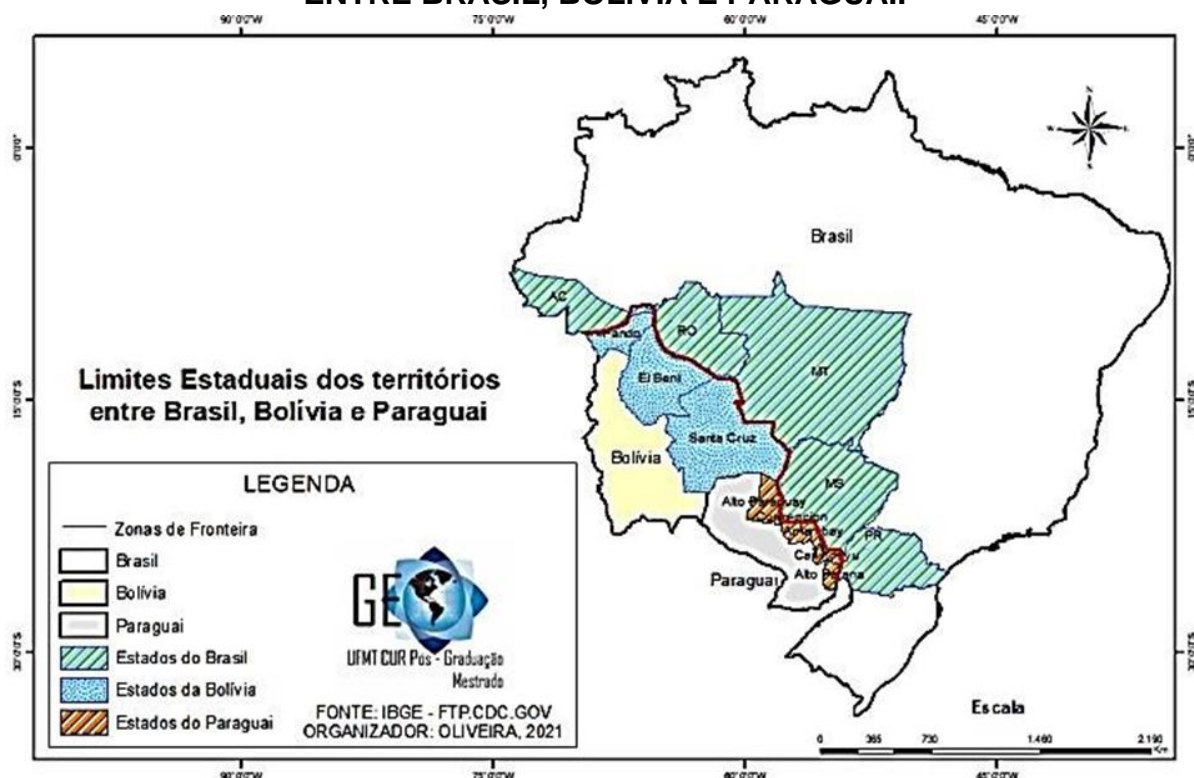
A elaboração das tabelas e gráficos, não possui o intuito de confrontar erros quantitativos dos órgãos de segurança e sim, mostrar quais os tipos de ilícitos estão sendo apreendidos em determinados lugares do país, em especial nos limites das fronteiras.

4.5.2 Segundo nível – Estadual: as principais apreensões de ilícitos registradas nas zonas de fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.

A área de estudo em destaque na pesquisa, possui cinco estados pertencentes ao território Brasileiro, são eles; Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato

Grosso do Sul e Paraná. Já os estados referentes ao território Boliviano são três (3); Pando, El Beni e Santa Cruz. Por último temos 5 estados no território Paraguaio, são eles; Alto Paraguay, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraná. Observaremos no mapa (2) abaixo, os estados que fazem divisas estaduais na fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.

MAPA 2 – LIMITES ESTADUAIS DENTRO DA ÁREA DE ESTUDO, TERRITÓRIOS ENTRE BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI.



FONTE: IBGE – FTP.CDC.GOV ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

Os limites territoriais entre Brasil, Bolívia e Paraguai se estendem por uma longa área terrestre. Em nosso trabalho, chamamos esse encontro entre os limites territoriais de zonas de fronteira. Segundo o novo censo do IBGE (2021), o Brasil tem aproximadamente 16,9 mil quilômetros de seus limites sendo terrestre.

A grande extensão da sua fronteira faz com que existam pontos cegos e estratégicos utilizados pelas quadrilhas especializadas (traficantes), no transporte de materiais ilícitos (contrabandos). O grande problema é que, na maioria das situações, com atitudes corruptas de determinados indivíduos, essas mercadorias acabam passando exatamente por onde jamais deveriam passar, nos postos de fiscalização.

O grande dilema vivido em nosso país é saber que existe uma grande concentração de mercadorias ilegais que contribui para o crime organizado e afeta toda uma sociedade.

No presente nível de análise, serão considerados os dados agregados referente a contrabandos apreendidos nos quatro (04) estados brasileiros que fazem fronteira com o Paraguai e Bolívia. Para tanto, serão utilizados também dados produzidos pelo IBGE, além dos obtidos junto a PRF e a Receita Federal.

Vejamos no quadro (10) abaixo o tamanho em áreas de cada estado pertencente aos grupos, nas divisas políticas e administradas de suas fronteiras.

QUADRO 10 – ÁREA TOTAL (KM²) DOS ESTADOS QUE OCUPAM AS ZONAS DE FRONTEIRA.

BRASIL	ÁREA (Km²)	BOLÍVIA	ÁREA (Km²)	PARAGUAI	ÁREA (Km²)
ACRE	164.173,431	PANDO	63.827	ALTO PARAGUAY	82.349
RONDÔNIA	237.765,347	EL BENI	213.564	CONCEPCIÓN	1.092
MATO GROSSO	903.207,050	ANTA CRUZ	370.621	AMAMBAY	12.933
MATO GROSSO DO SUL	357.147,994	CANINDEYÚ	14.667
PARANÁ	199.298,982	ALTO PARANÁ	14.895

FONTE: IBGE/INE ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

Ao verificarmos a tabela (10) percebemos uma enorme diferença em área entre os estados de cada país vinculado ao espaço estudado. Os estados brasileiros possuem uma área muito maior que as dos outros países, porém o tamanho em área poderá simplesmente ser compreendido apenas como um escape para os traficantes passarem com seus contrabandos.

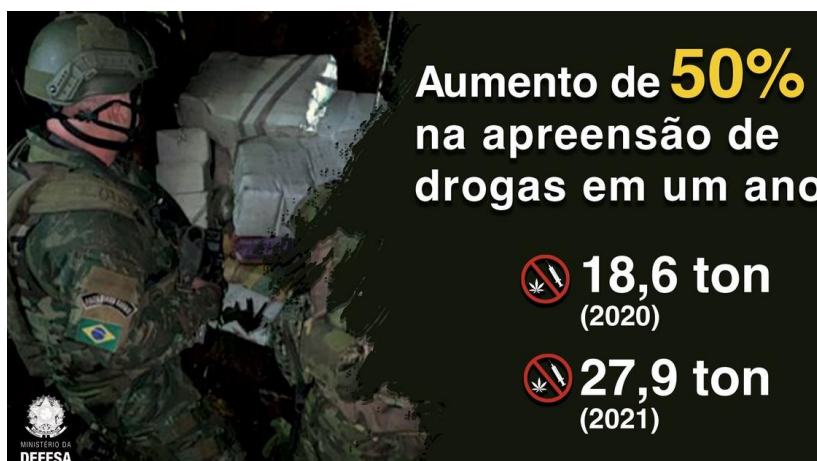
O que precisamos compreender é que não necessariamente os estados com maior número em área serão os mesmos a obterem uma grande evasão de contrabandos em suas zonas de fronteiras, mas sim como funciona a dinâmica dos transportes dessas mercadorias em cada país.

Outra situação que se deve ser observada, é o fato de que existem teorias, em sua maior parte dos meios de comunicação do Estado, que defendem a hipótese de que, quanto maior as apreensões ocorrem em um determinado lugar, não necessariamente existe uma fragilidade de segurança, mas sim um trabalho mas

eficaz por parte dos órgãos de segurança, ou seja, pode-se dizer que, os meios para que possam combater esses ilícitos foram renovados, com equipamentos novos, com uso de tecnologia, e assim ficou eficaz as apreensões. Chegando então à ideia de que, onde, mais se aprende, pode ser considerado que será também onde as apreensões estão funcionando com mais precisão.

Será que realmente os altos níveis de apreensões estão ligados aos investimentos e renovação de equipamentos e pessoal? Vejamos na imagem (10), em um trecho reportado pelo ministério da defesa, mostrando o aumento de apreensões em apenas 01 ano, disponibilizado pelo ministério da defesa, onde mostra uma quantidade significativa do aumento das apreensões de drogas em um curto período de 12 meses.

IMAGEM 10 – RESULTADO DE APREENSÕES ENTRE O ANO DE 2020 A 2021.



FONTE: MINISTÉRIO DA DEFESA- PUBLICADO EM: 24/02/2022.

A autora Santos (2016), apresenta em seu trabalho algumas inúmeras exigências que carece muito para o combate aos narcotraficantes nas zonas de fronteiras, levando em consideração o argumento em seu trabalho, se faz necessário uma busca mais avançada frente ao que temos de investimento e repasses aos estados da área de estudo.

Seguindo essa hipótese, foi realizado um levantamento de dados, gerando algumas tabelas com os repasses orçamentários federais, realizados na área de segurança e defesa do nosso país (Brasil), disponibilizados pelo Ministério da Economia. Segue a baixo as tabela de repasse por estado nos últimos 10 anos.

TABELA 1 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE.

ANO	ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO	UF	NATUREZA DA DESPESA	SUBFUNÇÃO
2012	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	AC	Informação e Inteligência	Aplicações Diretas
2013	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	AC	Policiamento	Aplicações Diretas
2016	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	AC	Policiamento	Aplicações Diretas
2017	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública.	AC	Policiamento	Aplicações Diretas
2020	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade.	AC	Policiamento	Aplicações Diretas

Fonte: Ministério da Economia – Organizador OLIVEIRA, 2022.

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
2012	36.611.091	36.611.091	0,0	0,0	0,0
2013	500.000	500.000	0,0	0,0	0,0
2016	800.000	4.077.220	0,0	0,0	0,0
2017	940.000	740.000	240.000	0,0	0,0
2020	2.965.000	2.965.000	2.961.560	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Economia – Organizador OLIVEIRA, 2022.

TABELA 2 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

ANO	ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO	UF	NATUREZA DA DESPESA	SUBFUNÇÃO
2017	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública.	RO	Policiamento	Aplicações Diretas
2018	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública. Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.	RO	Policiamento	Aplicações Diretas
2020	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade.	RO	Policiamento	Aplicações Diretas

Fonte: Ministério da Economia – Organizador OLIVEIRA, 2022.

ANO	DOTAÇÃO INICIAL³	DOTAÇÃO ATUAL⁴	EMPENHADO⁵	LIQUIDADO⁶	PAGO
2017	2.539.768	2.539.768	1.125.000	0,0	0,0
2018	20.250.000	250.000	250.000	0,0	0,0
2020	31.030.808	29.748.427	29.947.029	2.100	2.100

Fonte: Ministério da Economia – Organizador OLIVEIRA, 2022.

³ Valor do orçamento inicial fixado pela Lei Orçamentária, distribuído no âmbito da Unidade Orçamentária por Funcional Programática, Elemento da Despesa e Fonte de Recursos.

⁴ Valor inicial acrescido e/ou reduzido pelos créditos e/ou alterações aprovados.

⁵ é a etapa em que o governo reserva o dinheiro que será pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído.

⁶ o pagamento foi repassado até o seu destino, que é chegar até o beneficiário.

TABELA 3 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

ANO	ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO	UF	NATUREZA DA DESPESA	SUBFUNÇÃO
2012	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	MT	Informação e Inteligência	Aplicações Diretas
2014	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	MT	Policiamento	Aplicações Diretas
2018	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.	MT	Policiamento	Aplicações Diretas
2020	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade.	MT	Policiamento	Aplicações Diretas

Fonte: Ministério da Economia – Organizador OLIVEIRA, 2022.

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012	1.500.000	1.500.000	0,0	0,0	0,0
2014	120.000	120.000	0,0	0,0	0,0
2018	4.216.528	0,0	0,0	0,0	0,0
2020	24.853.486	23.932.131	23.932.131	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Economia – Organizador OLIVEIRA, 2022.

TABELA 4 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

ANO	ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO	UF	NATUREZA DA DESPESA	SUBFUNÇÃO
2012	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	MS	Informação e Inteligência.	Aplicações Diretas
2014	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON.	MS	Policiamento	Aplicações Diretas
2015	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON.	MS	Policiamento	Aplicações Diretas
2016	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON.	MS	Policiamento	Aplicações Diretas
2017	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública.	MS	Policiamento	Aplicações Diretas
2020	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade.	MS	Policiamento	Aplicações Diretas

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012	800.000	800.000	800.000	0,0	0,0
2014	2.500.000	2.500.000	0,0	0,0	0,0
2015	3.700.000	3.700.000	400.000	0,0	0,0
2016	8.068.150	8.068.150	250.000	0,0	0,0
2017	900.000	900.000	900.000	0,0	0,0
2020	31330.288	30.099.432	30.099.432	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Economia – Organizador OLIVEIRA, 2022.

**TABELA 5 – REPASSES ORÇAMENTÁRIOS PARA APLICAÇÃO NA
SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.**

ANO	ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO	UF	NATUREZA DA DESPESA	SUBFUNÇÃO
2012	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública. Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON.	PR	Informação e Inteligência. Policciamento	Aplicações Diretas
2013	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	PR	Policciamento	Aplicações Diretas
2014	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	PR	Policciamento	Aplicações Diretas
2015	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	PR	Policciamento	Aplicações Diretas
2016	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.	PR	Policciamento	Aplicações Diretas
2017	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública.	PR	Policciamento	Aplicações Diretas
2018	Ministério da Justiça e	Apoio à Modernização das Instituições de	PR	Policciamento	Aplicações Diretas

	Segurança Pública	Segurança Pública.			
2019	Ministério da Justiça e Segurança P.	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública.	PR	Policimento	Aplicações Diretas
2020	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade. Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção.	PR	Policimento	Aplicações Diretas

Fonte: Ministério da Economia – Organizador OLIVEIRA, 2022.

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
2012	39.286.927	39.286.927	1.400.000	1.400.000	1.400.000
2013	2.500.000	2.500.000	1.000.000	0,0	0,0
2014	2.500.000	2.500.000	2.496.440	0,0	0,0
2015	40.850.000	40.850.000	222.525	0,0	0,0
2016	100.000	100.000	100.000	0,0	0,0
2017	2.700.000	2.700.000	2.003.251	0,0	0,0
2018	3.490.000	1.640.000	10.625.132	395.900	395.900
2019	200.000	200.000	119.483	0,0	0,0
2020	24.717.203	24.030.697	23.628.160	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Economia – Organizador OLIVEIRA, 2022.

A hipótese de que possivelmente as apreensões estão sendo eficazes devido ao aparato material, de infraestrutura e pessoal, pode ser estudada mais a fundo, a longo prazo. O que as tabelas apresentaram foi uma escassez de recursos destinados a área da segurança pública, que se prolonga a muitos anos. Necessita-se deixar em evidência que, não aparecem nenhum outro repasse nos anos que não se encontram nas tabelas, ou seja, os períodos que não estão nas tabelas, acredita-se então, que não houve nenhum processo para repasse das verbas, haja vista que

se tratando de um portal de total transparência, a disposição da sociedade, não se deve ter nenhum repasse que não tenha total transparência, ou oculto ao cidadão.

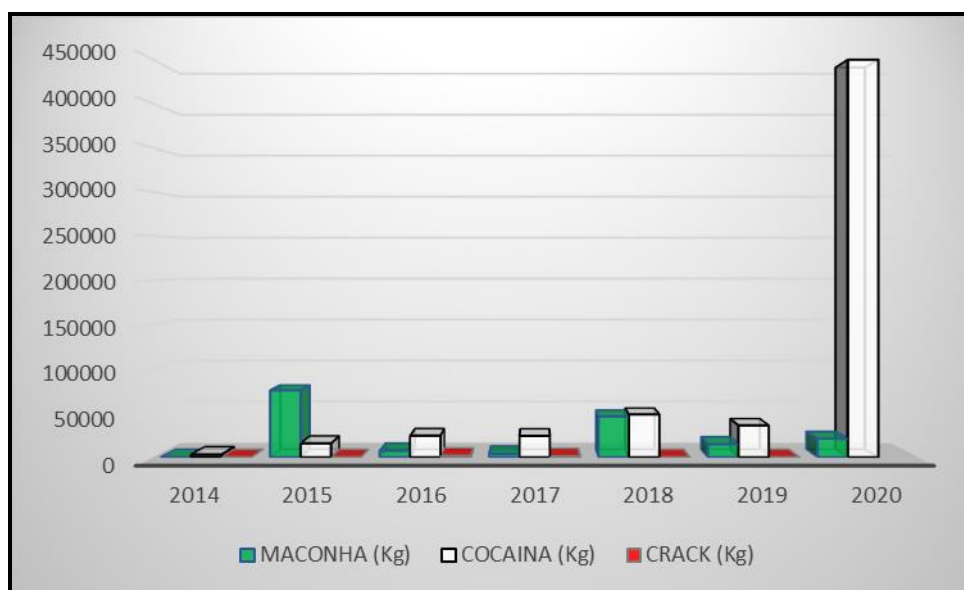
Para a nossa próxima análise, verificaremos o nível de ilícitos apreendidos nas zonas de fronteira, nos limites territoriais entre esses estados colocados no quadro (10). Só assim poderemos compreender a natureza do elevado crescimento das apreensões, e fundamentar uma análise de fragilidade de entrada dessas drogas.

QUADRO 11 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES ESTADUAIS ENTRE ACRE E PANDO.

ACRE/PANDO	MACONHA (Kg)	COCAINA (Kg)	CRACK (Kg)
2014	...	3000	...
2015	75640	15638,4	...
2016	7328	24369,1	1600
2017	3932	24110,2	1000
2018	46156	48472,7	...
2019	14781	35987,4	...
2020	21064,6	449021,3	

FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

GRÁFICO 8 – INDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS, REALIZADAS PELA “PRF” NOS ÚLTIMOS 07 ANOS NO ESTADO DO ACRE.



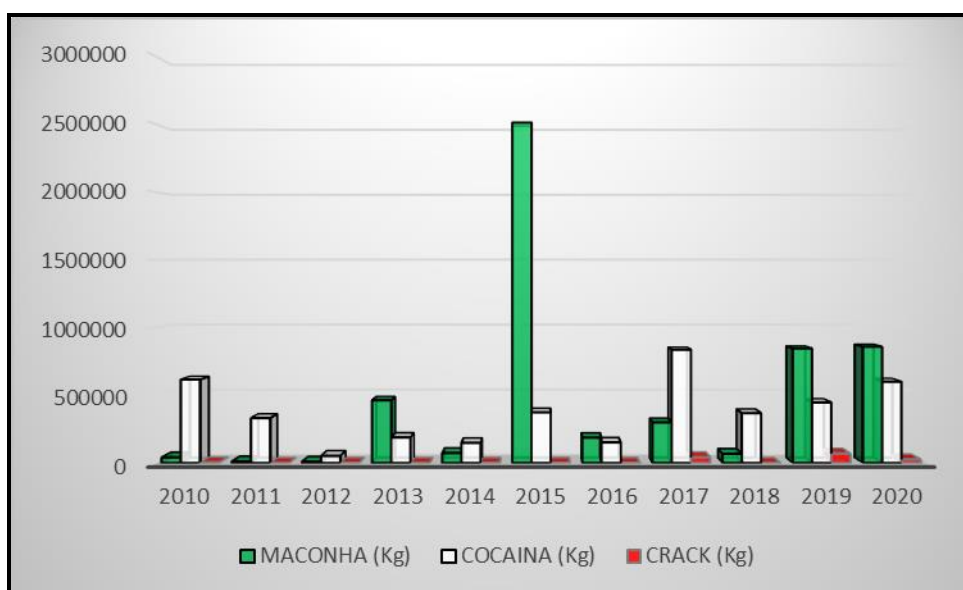
FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

QUADRO 12 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES ESTADUAIS ENTRE RONDÔNIA-PANDO – EL BENI – SANTA CRUZ.

RONDÔNIA/PANDO/EL BENI/SANT. CRUZ	MACONHA (Kg)	COCAINA (Kg)	CRACK (Kg)
2010	41840	615637	4034
2011	11371	331577	33
2012	9020	53111	500
2013	462809	188324	19
2014	73708	149174	179
2015	2510834	373794,14	840
2016	188071	152134	415
2017	299490	835474,5	42719
2018	68134,15	367821	137
2019	845018,82	446332,5	70127
2020	857940,02	599526	26955,23

FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021

GRÁFICO 9 – ÍNDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS, REALIZADAS PELA “PRF” NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO ESTADO DE RONDÔNIA.



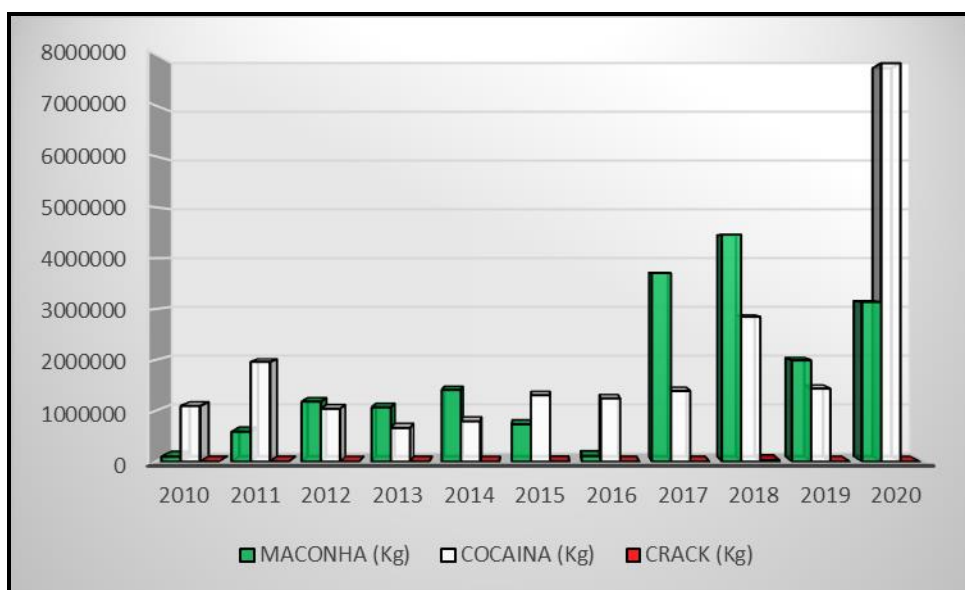
FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

QUADRO 13 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES ESTADUAIS ENTRE MATO GROSSO E SANTA CRUZ.

MATO GROSSO/ SANTA CRUZ	MACONHA (Kg)	COCAINA (Kg)	CRACK (Kg)
2010	101027	1097644	520
2011	591117	1963193	1100
2012	1181690	1042785	0
2013	1070041	664829	2477
2014	1411578,588	795064,904	162
2015	737270,4	1308934	5510
2016	112307,9	1244471	870
2017	3706014,69	1391249	2377
2018	4462043,83	2848059,3	30480
2019	1992617,95	1437253,49	3105
2020	3137090,84	7825504,26	28

FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021

GRÁFICO 10 – ÍNDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS, REALIZADAS PELA “PRF” NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO ESTADO DE MATO GROSSO.



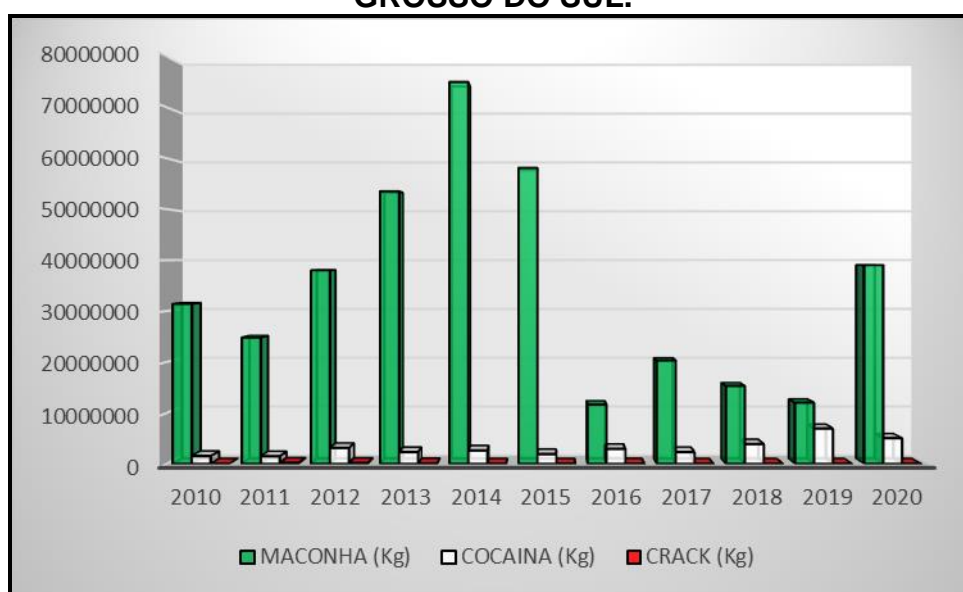
FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

QUADRO 14 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES ESTADUAIS ENTRE MATO GROSSO DO SUL - SANTA CRUZ – ALTO PARAGUAY – CONCEPCION – AMAMBAY – CANINDEYU.

MATO GROSSO DO SUL - SANTA CRUZ – ALTOPARAGUAY- CONCEPCION – AMAMBAY - CANINDEYU	MACONHA (Kg)	COCAINA (Kg)	CRACK (Kg)
2010	31390394	1538275	14845
2011	24784927	1476718	189449
2012	38012268	3116940	154905
2013	53512757	2297131	76902
2014	74949992	2617394	4575
2015	58097326	1909450	19779
2016	11618405	2939377	45804
2017	20296634	2318466	9489
2018	15285575	3883159	9110
2019	12016781	6930002	12069
2020	39017220	5040553	4244

FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

GRÁFICO 11 – ÍNDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS, REALIZADAS PELA “PRF” NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.



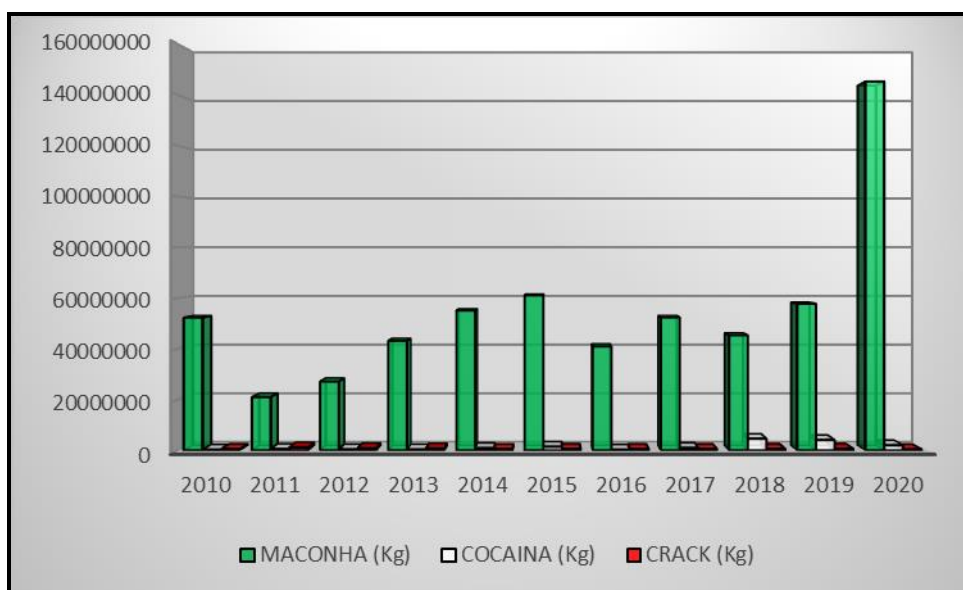
FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

QUADRO 15 – APREENSÕES NAS ZONAS DE FRONTEIRA: LIMITES ESTADUAIS ENTRE PARANÁ – CANINDEYU – ALTO PARANÁ.

PARANÁ/ CANINDEYU/ ALTO PARANÁ	MACONHA (Kg)	COCAINA (Kg)	CRACK (Kg)
2010	52302246	291253	546515
2011	21014890	532913	1166594
2012	27121785	402928	883676
2013	43154899	380115	768083
2014	55057195	913942	516646
2015	61033264	1445470	587647
2016	40903245	283801	545242
2017	52353716	974503	552774
2018	45319393	4587550	633148
2019	57738326	4087245	658455
2020	145195879	2021667	442889

FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

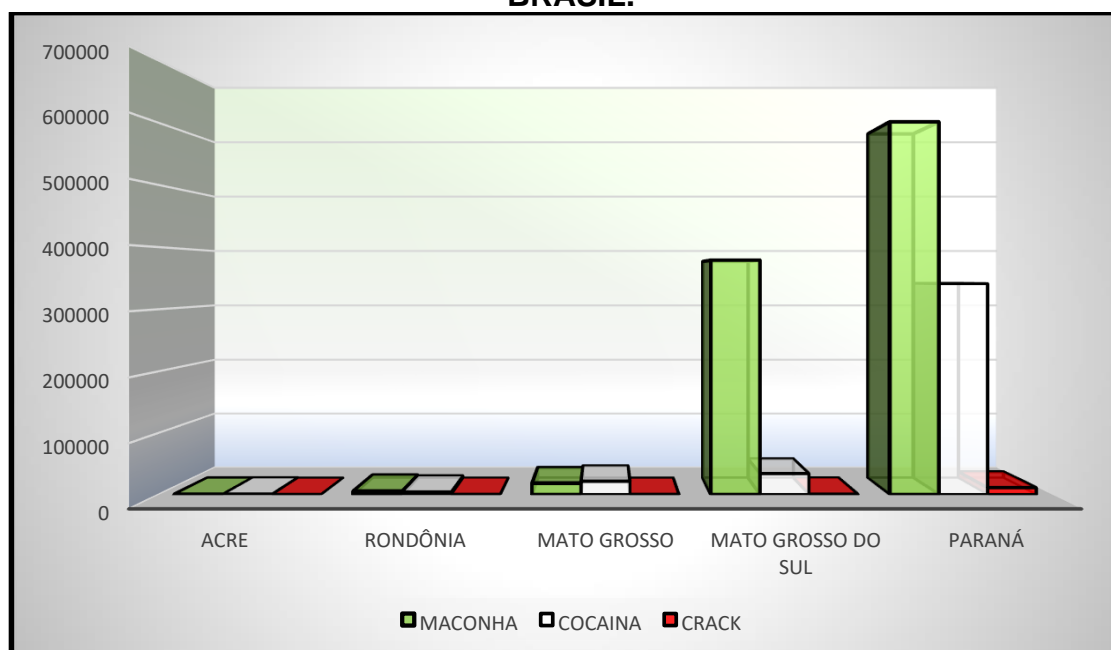
GRÁFICO 12 – ÍNDICES DAS APREENSÕES DE DROGAS REALIZADAS PELA “PRF” NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO ESTADO DO PARANÁ.



FONTE: “PRF” ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

As tabelas e os gráficos nos mostram informações extremamente importantes, como já mencionadas acima e para resolvermos essa questão, verificaremos quais estados brasileiros (na zona de fronteira) apresentam os maiores índices de vulnerabilidade em suas fronteiras. No gráfico (9) abaixo, mostra os índices por estado relacionados à pesquisa dos últimos 10 anos.

GRÁFICO 13 – MÉDIA DE TODAS AS DROGAS APREENDIDAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NOS ESTADOS QUE COMPÕEM AS ZONAS DE FRONTEIRA DO BRASIL.



FONTE: "PRF" ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

A tabela geral nos mostra que existe algo muito além do que o simples fato de procurar uma região com maior probabilidade de evasão.

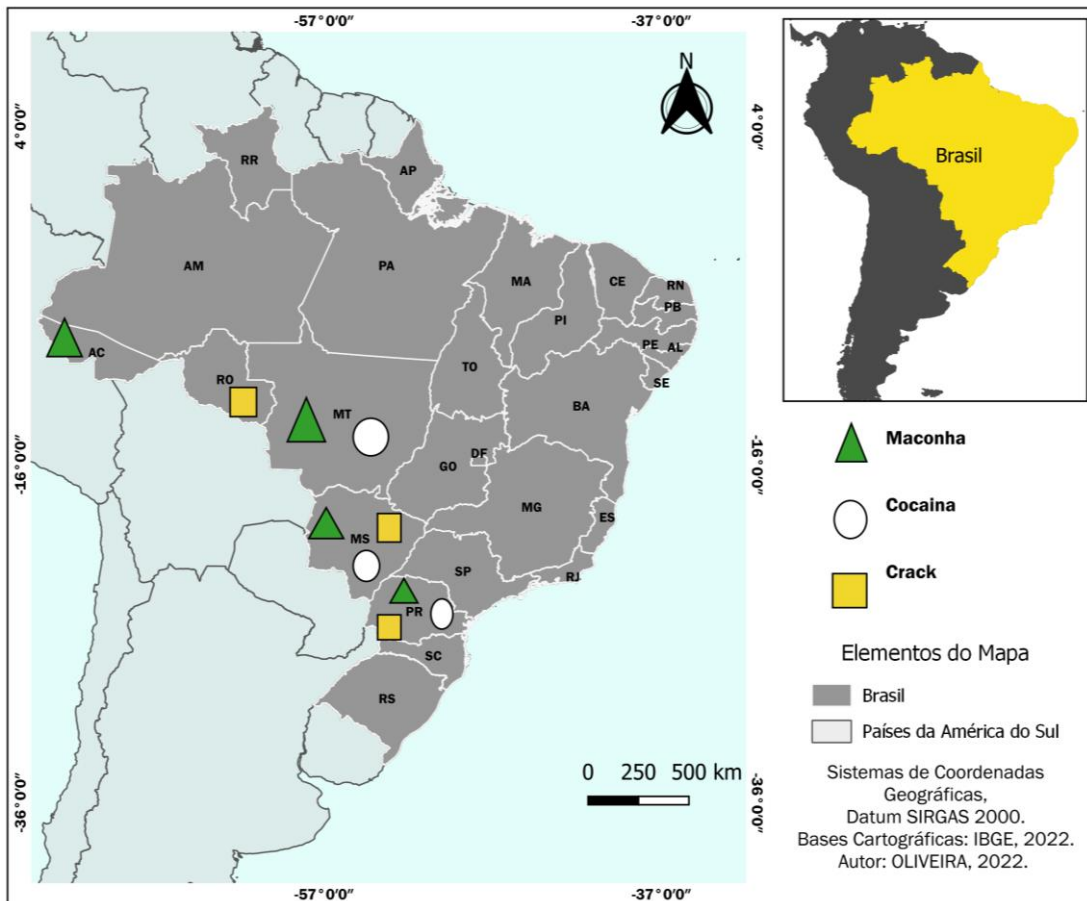
Levando em consideração os dados que já obtemos e já foram tratados, podemos observar que os estados do MS e PR, são os maiores territórios com ocorrências de apreensões de drogas nos últimos 10 anos. Lembrando que, o maior estado em área é o MT, que vem logo em seguida na terceira posição. Já o estado do PR que não está entre os maiores em áreas, apresenta no gráfico (9) como o estado com mais apreensões de drogas nas zonas de fronteira.

Bom, isso responde que os contrabandistas estão muito além de apenas priorizar a rota de fuga, mas sim, a demanda, de onde comprar (e com quem comprar) e o menor preço que possa adquirir.

Hoje com o crescimento das facções, a maioria dos contrabandistas já possuem vendedores filiados a sua facção, isso faz com que eles já tenham lugares

premeditados para sua coleta. Vejamos no mapa (3) abaixo, o produto mais apreendido em cada estado.

MAPA 3 – OS PRODUTOS MAIS APREENDIDOS DE CADA ESTADO NA ZONA DE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI.



FONTE: IBGE - ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2023.

Apesar de seguir um padrão, quando falamos em padrão queremos dizer que a Bolívia e o Paraguai são os dos maiores contrabandistas de drogas da América do sul e conseqüentemente, os estados em análises são os que estão diretamente dividindo seus limites territoriais. Agora, o que determina um lugar ter mais apreensões do que os outros, é uma questão que teremos que aprofundar um pouco mais.

No nosso próximo nível, verificaremos essas ocorrências em nível municipal, assim poderemos chegar à conclusão de como as quadrilhas se comportam e se organizam para fazer a busca e o transporte dos ilícitos.

4.5.3 Terceiro nível – Municipal: as principais apreensões de ilícitos registradas nas zonas de fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.

Serão apresentadas a seguir as tabelas com os dados coletados através da disponibilidade dos órgãos de segurança representados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Polícia Federal (PF). As tabelas contam com a tabulação das informações obtidas pelos órgãos de segurança ao longo dos limites federais, estaduais e municipais presentes na zona de fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.

As análises desenvolvidas no objetivo específico três, só foi possível através da colaboração dos agentes responsáveis por administrar os dados, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal.

Os dados foram disponibilizados via arquivo XLS (EXCEL), onde foram apresentadas as planilhas com os dados referentes as apreensões de todo o tipo de material ilícito, realizado nas operações de patrulha e até mesmo investigações e inspeções em vias.

O tratamento dos dados exigiu uma extrema atenção, já que estavam nos arquivos, dados de 10 anos de trabalho. Cada informação foi armazenada em novas tabelas, pois a contagem dos ilícitos exigia uma nova planilha, cujos dados seriam tratados dentro dos objetivos pretendidos pela pesquisa.

Ao final da inspeção dos dados, pode-se alcançar os resultados almejados, assim gerando novas tabelas, gráficos e mapas. Com todas essas informações, faz com que o trabalho tenha tido um significativo avanço para seus desdobramentos finais, já que os dados em si, já conseguem responder aos objetivos específicos propostos na pesquisa.

O trabalho agora, se norteará em desenvolver relações das informações físicas, com a realidade frente aos acontecimentos históricos da área de estudo.

A tabela a seguir contará com as análises em nível municipal, onde mostraram os municípios com as maiores taxas de apreensões de contrabandos nos últimos 10 anos. Os dados foram fornecidos pela Polícia Federal (PF,2021).

QUADRO 16 - OS PRODUTOS MAIS APREENDIDOS EM NÍVEL MUNICIPAL, ENTRE A ZONA DE FRONTEIRA DO BRASIL, BOLÍVIA E PARAGUAI, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS – (PRF).

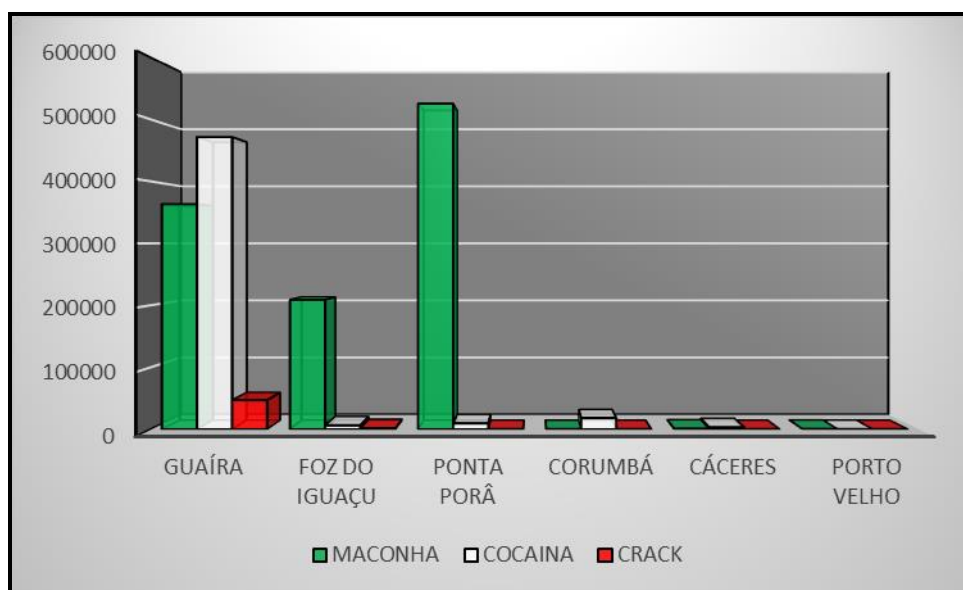
UF	MUNÍCIOPIO	MACONHA (KG)
MS	PONTA PORÃ	525336
PR	GUAÍRÁ	363346
PR	FOZ DO IGUAÇU	208941
MT	CÁCERES	921,21
RO	PORTO VELHO	260

UF	MUNÍCIOPIO	COCAINA (KG)
MS	CORUMBA	1810774
PR	GUAÍRA	471398
MS	PONTA PORÃ	9683,7
PR	FOZ DO IGUAÇU	6321,76
MT	CÁCERES	3215,57

UF	MUNÍCIOPIO	CRACK (KG)
PR	GUAÍRA	47131
PR	FOZ DO IGUAÇU	1491
MS	PONTA PORÃ	17,71
AC	CRUZEIRO DO SUL	13,88
AC	EPITACIOLÂNDIA	1,71

FONTE: POLÍCIA FEDERAL (PF) 2011-2021 – ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021.

GRÁFICO 14 – MUNICÍPIOS COM MAIOR ÍNDICE DE APREENSÃO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.



FONTE: POLÍCIA FEDERAL (PF) 2011-2021 – ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2021

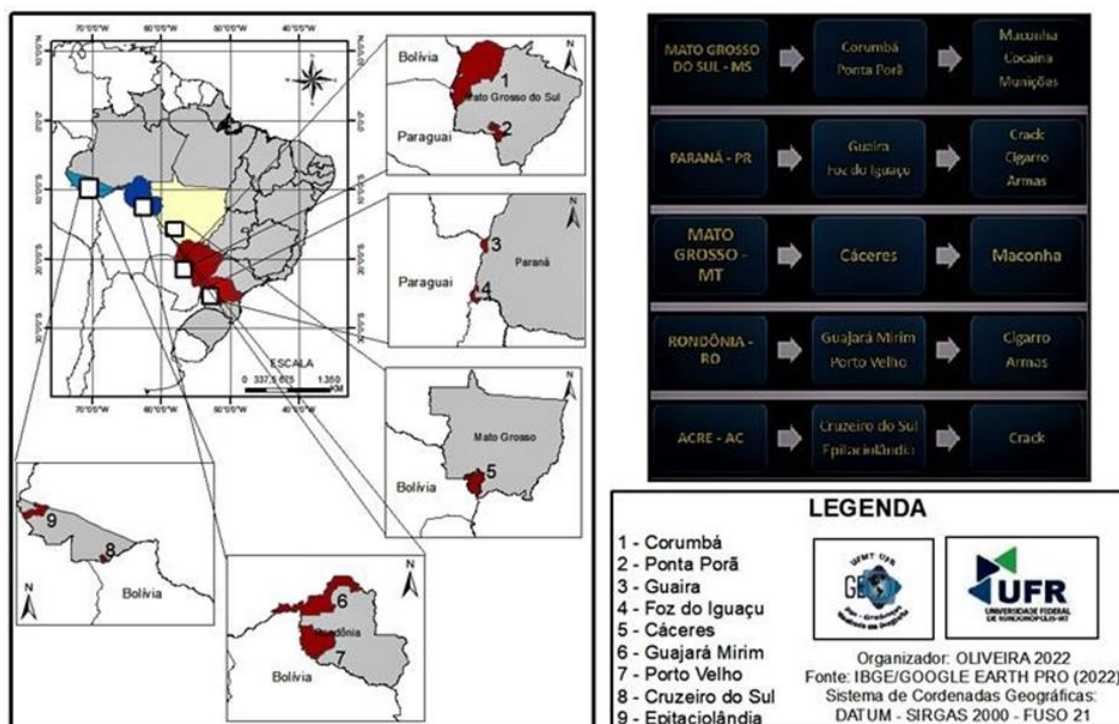
Podemos observar que os municípios de Guairá e Foz do Iguaçu, representados pelo estado do Paraná, apresentam uma grande gama das apreensões de maconha, cocaína, crack e armas. Logo, em seguida, temos os municípios de Ponta Porá e Corumbá, dois municípios do estado do Mato Grosso do Sul, que também apresentam consideráveis apreensões ao longo de suas fronteiras.

O que percebemos também é que, os municípios que apresentam a maior índice de apreensões, estão na parte sul do país, em destaque os estados que fazem fronteira com o Paraguai.

Abaixo, poderemos ver nitidamente no mapa (4), a localização espacial de cada município, e assim verificar a sua localização em comparação aos outros países, averiguando quais são seus produtos mais apreendidos em cada município.

Abaixo está representado as análises espaciais. Trazemos um mapa representando as ocorrências em nível municipal. O mapa (4) tem objetivo de mostrar quais municípios possuem as maiores apreensões de contrabandos e quais produtos foram apreendidos nos últimos 10 anos.

MAPA 4 – OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DENTRO DA ÁREA DE ESTUDO COM MAIORES INTENSIDADES DE APREENÇÕES EM SUAS FRONTEIRAS.



ORGANIZADOR: OLIVEIRA, 2022.

As tabelas mostram que os dados coletados em níveis estaduais e nacionais acabam corroborando com os índices municipais. Percebe-se que os estados do “Mato Grosso do Sul” e do “Paraná”, possuem as maiores apreensões de drogas e armas dos últimos 10 anos.

Sendo assim, podemos concluir nossos resultados parciais, com base nas estatísticas desenvolvidas pelos dados coletados. Na atual concepção das apreensões nas zonas de fronteira, os estados do Paraná e Mato Grosso Do Sul, são os que apresentam as maiores apreensões desses ilícitos, assim, tornando-os, os territórios mais propícios à entrada de drogas entre o Brasil, Bolívia e Paraguai.

Devemos observar que, existe uma discussão acerca dos elevados índices de apreensões, quando muitos autores defendem que, se existe um elevado número de apreensões naquele lugar, não significa que seja um lugar vulnerável e propício a entrada de materiais ilegais, mas sim, que as forças de segurança estão ali tendo êxito em suas apreensões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi muito ousado, e para entender o que representa os diversos totais de crimes representados pelos inúmeros gráficos e tabelas que nele são analisados se fez necessário um enorme esforço sintético para integrá-los no contexto dos reflexos das políticas de segurança e defesa adotadas pelos países da América do Sul. A pesquisa buscou compreender algumas problemáticas relacionadas a reflexos de políticas internas de segurança aprovadas pelo governo do Brasil. E também os reflexos de políticas externas nestas questões de segurança, às vezes frutos de acordos bilaterais, às vezes fruto de acordos multilaterais, que ora promovem avanços nesse sentido, e ora, promovem retrocessos nos mesmos, tornando a questão extremamente complexa para se analisar.

Só de acompanharmos os noticiários, revistas e jornais, podemos identificar que em algum momento e em determinados lugares de nossas fronteiras, existe um grande avanço da exportação de materiais ilícitos por parte do crime organizado.

Em linha geral, acredita-se que a pesquisa teve êxito nas propostas elencadas, tanto quanto ao problema levantado, a hipótese sugerida e as teorias utilizadas para obter as conclusões necessárias.

Referente ao objetivo específico número 1, compreendemos o quão necessário se faz para entendermos como funciona as políticas interna e externas dos países. A aplicação dos conceitos de território, soberania e outro correlatos foram e sempre serão um divisor para qualquer pesquisa, pois é através do entendimento destes conceitos que tentamos compreender as questões estudadas.

Foi muito importante a discussão sobre o conceito de território, haja vista que o que se aprende sobre ele nas escolas é muito superficial, e quando entramos na academia, se não for de um esforço próprio, ainda assim fica muito vago o seu verdadeiro sentido. A pesquisa trouxe a discussão do território para uma realidade moderna, pois o que o professor Milton Santos chamou de globalização, mostrando que o território não se aplica apenas aos limites, às questões físicas e sim, às relações políticas, econômicas e sociais.

A discussão do conceito de fronteira veio a complementar os debates sobre o território. Como já dito na pesquisa, não existe um Estado e a sua sociedade sem o seu território, e sem um território não há que se falar na existência de algum tipo de fronteira. Ficou evidente na pesquisa que as relações de fronteira estão além de apenas separar um território de outro, haja vista que as relações internacionais, as políticas que cada país executa são inteiramente ligadas às funções das fronteiras, principalmente ligadas às questões de segurança. Podemos observar também que, dentro dessa perspectiva, existem fronteiras e territórios invisíveis, aqueles que estão além das políticas de segurança e das leis estabelecidas.

Referente ao objetivo específico número 2, tratamos de explicar como poderíamos compreender a problemática da pesquisa e dentro dessa problemática, quais meios poderiam ser utilizados para as análises acerca da mesma. Foi então utilizado como forma de compreender essas relações de política e segurança em nível da América do Sul, a teoria dos complexos regionais de segurança. A teoria nos permitiu compreender como são feitas e criadas as relações bilaterais e multilaterais entre os países, além de apreender quais os fatores que estão verdadeiramente ligados às relações de conflitos, acordos políticos e econômicos. Relações, estas que colocam um país em um nível de desenvolvimento e visibilidade elevado aos olhos do mercado econômico mundial. Dentro dessas análises, foi percebido que ao longo dos anos, o Brasil esteve sempre criando meios de se relacionar com vários países, criando laços importantíssimos para seu

desenvolvimento econômico, e a priori, desenvolver mecanismo de defesa e proteção para o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas nas fronteiras.

Referente ao objetivo específico número 3, em que a hipótese da pesquisa está diretamente ligada, pode-se observar uma enorme dificuldade ,principalmente relacionada à estatística e textual. Para desenvolver as leituras acerca da hipótese levantada foram utilizadas diversas pesquisas com autores de fora do Brasil. Com a importante colaboração de seus relatórios anuais, a “United Nations Office on Drugs and Crime” (UNODC), pode-se atribuir todos os dados relacionados aos crimes e tráfico de entorpecentes com a hipótese levantada. Os dados nos mostraram que, o fechamento da fronteira dos Estados Unidos, e os investimentos aplicados para o combate as drogas, surtiram um efeito eficaz para o governo americano, tendo em vista , que os EUA nesses períodos, encontravam-se como o maior consumidor de drogas no mundo.

Os efeitos deram paz ao governo americano, mas trouxe aumento nos índices de outros países, afetando até mesmo a Europa. Veja bem, quando se fecha a fonte de lucro, esse sendo ilegal, a lógica é clara, o fluxo se direcionará para outros lugares, e isso aconteceu com o Brasil. Se pegarmos os dados da UNODOC, a partir do ano de 2008, os níveis de consumo e tráfico de drogas na América do Sul cresceram, fazendo um paralelo com os índices de apreensão no Brasil, podemos perceber que a partir de 2010, as apreensões aumentaram, veja bem, não está sendo colocado a integridade e fragilidade dos meios de combate aos crimes transnacionais, mas sim, o quanto esses valores aumentaram, substancialmente, ao ponto de perceber uma nítida evolução e fluxo do mercado de drogas, com inserção do Peru e Bolívia nessa nova distribuição.

Referente ao objetivo específico número 4 sucedeu-se uma demanda muito grande, haja vista que de início acreditava-se que tínhamos uma dificuldade enorme em conseguir os dados junto aos órgãos de segurança. A pesquisa trabalhou com os dados multiescalar, começando com os maiores índices de apreensões em nível nacional, depois estadual e por fim municipal, em uma linguagem geográfica, partimos então, de uma escala decrescente, ou seja, das escalas nacionais, para regionais, e por fim, as locais.

Os dados foram obtidos por diferentes órgãos, pois alguns dados eram específicos de algumas áreas. A Polícia Rodoviária Federal, junto a seu portal, já

disponibilizava em seus dados abertos, os que eram necessários. Igualmente à PRF, a Receita Federal também, já possuía os dados que precisaríamos, em aberto. Os dados para a análise nacional e estadual foram então recolhidos nos sites governamentais da PRF e Da Receita Federal do Brasil, porém, os dados em nível municipal, não existiam, assim foi realizado um pedido via plataforma GOV e solicitado à Polícia Federal os dados em nível municipal. Em um curto prazo, os dados foram enviados, e assim puderam ser tratados e colocados nas planilhas. Cabe aqui ressaltar que todos os dados que foram disponibilizados não estavam adequados à proposta da pesquisa, houve um esforço tremendo para colocar os dados na forma que seriam apresentados. Foram extraídos os dados de países, dos estados e dos municípios, separadamente com base nas linhas da área de estudo, próximo às fronteiras. Todos os dados de apreensões estavam distribuídos em gramas, foram todos reformulados em distribuídos nas tabelas por quilos. Resumindo, houve um esforço enorme para direcionar os dados, os quais não vieram prontos, ou não estavam da maneira que a pesquisa pedia.

Fechando então as análises do objetivo 4, foram verificados os aumentos dos índices de apreensão nas fronteiras, de forma a correlacionar com os fechamentos das fronteiras dos EUA e a Colômbia, assim desestabilizando o mercado ilegal e criando novas rotas de comércio.

Todas as análises realizadas junto aos objetivos específicos, foram importantes para se avançar em relação à compreensão do problema da pesquisa, estabelecido em seu objetivo geral. Estes apontaram claramente no sentido de corroborar a hipótese da pesquisa, e desta forma se revelaram como evidências importantes para compreender a causa do aumento do crime de tráfico de drogas no Brasil. Contudo, é importante frisar que, seria necessário um maior aprofundamento na discussão dos reflexos da política combate a Guerra das Drogas promovida pelo E.U.A, sobre os contornos desta questão nos demais países da América do Sul. Portanto, não é possível afirmar que essa hipótese esteja realmente totalmente correta sem tal aprofundamento.

Por fim, novamente se afirmar que a proposta do estudo foi bastante ambiciosa e que o percurso metodológico assumido não foi nada fácil, mas tem-se a certeza que qualquer avanço na compreensão da natureza dessa complexa

problemática já pode representar uma importante contribuição para se pensar soluções para a mesma.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. O que é política? / Hannah Arendt; [editoria, Ursula Ludz]; 3ª ed. tradução de Reinaldo Guarany. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p. Tradução de: Was ist politik? Inclui apêndice ISBN 85-286-0640-6 1. Ciência política. 1. Ludz, Ursula. II. Título.

BEZERRA, Gustavo Gomes; **Crime Organizado Transnacional na América do Sul: atuação das organizações criminosas e perspectivas de cooperação em Segurança do ponto de vista brasileiro**. Gustavo Gomes Bezerra – 2020. Disponível em: <

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28571/1/2020_GustavoGomesBezerra_tcc.pdf>

Acessado em: 10 de abril de 2022.

Bolívia: Constituição Política do Estado de 2009, 7 de fevereiro de 2009 CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO - fevereiro de 2009. Political Database of the Americas. Disponível em: <[Bolivia: Constitution, 2009 \(georgetown.edu\)](http://www.georgetown.edu/politicaldatabase/articles/20090209_bolivia.html)> Acessado em: 10 de fevereiro de 2021.

BRASIL, **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=IDH>> Acessado em 05 de Abril de 2022.

Brasil. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 577 p.

BRASIL. LEI No 4.070, DE 15 DE JUNHO DE 1962. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[L4070 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1962/L4070.htm)> Acessado em 05 de Outubro de 2020.

BRASIL. LEI Nº 6.634, DE 2 DE MAIO DE 1979. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[L6634 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1979/L6634.htm)> Acessado em 05 de Outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL; **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019** – PNUD. Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em:<

<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios2010.html>> Acessado em 10 de Abril de 2022.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regiões e Poderes: A Estrutura da Segurança Internacional**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: < <https://ir101.co.uk/wp-content/uploads/2018/11/Buzan-Waever-2003-Regions-andPowers-The-Structure-of-International-Security.pdf>> Acessado em: 08 de Abril de 2022. BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

CATAIA, M. A. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. Scripta Nova (Barcelona), v. XI, p. 21, 2007.

CATAIA, M. A. FRONTEIRAS: TERRITÓRIOS EM CONFLITOS. Geografia em Questão (Online), v. 3, p. 11-25, 2010.

CLAVAL, P. (1974). L'étude des frontières et la géographie politique. Cahiers de géographie du Québec, 18 (43), 7–22. <https://doi.org/10.7202/021173ar>. Disponível em: < [L'étude des frontières et la géographie politique – Cahiers de géographie du Québec – Érudit \(erudit.org\)](https://www.erudit.org/fr/revue/CGQ/1974/v18n43/107202021173ar.pdf)> Acessado em: 18 de Agosto de 2020.

CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Disponível em: < [CNM - Confederação Nacional de Municípios | Comunicação](https://www.cnm.org.br/pt-br/comunicacao)> Acessado em 05 de Outubro de 2020.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder / Wanderley Messias da Costa. - São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. - (Geografia, Teoria e Realidade; 17).

CHO, DAE-HYEON. **OS CONFLITOS DA UNASUL PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Recife 2012.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 20/07/2016 | Edição: 138 | Seção: 1 | Página: 12 Órgão: Ministério da Integração Nacional/GABINETE DO MINISTRO. PORTARIA Nº 213, DE 19 DE JULHO DE 2016. Disponível em: <http://www.sedecti.am.gov.br/wpcontent/uploads/2019/07/portaria_n%C2%BA_213_de_19_de_julho_de_2016.pdf> Acessado em 05 de outubro de 2020.

Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. MICHAELIS, significado de Fronteira. Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=fronteira>> Acessado em 02 de setembro de 2020.

Dicionário Dicio - Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/politica/>. Acessado em: 03 de janeiro de 2021.

Dicionário Online de Português. DICIO, significado de Fronteira. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/fronteira/>> Acessado em 02 de setembro de 2020.

DORION, H. & Lacasse, J.-P. (1974). La notion d'intégrité territoriale et les problèmes des régions frontalières du Québec. Cahiers de géographie du Québec, 18 (43), 137– 158. <https://doi.org/10.7202/021179ar>. Disponível em: <[La notion d'intégrité territoriale et les problèm... – Cahiers de géographie du Québec – Érudit \(erudit.org\)](#)> Acessado em: 18 de Agosto de 2020.

FAGUNDES, Flávia Carolina De Resende; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; **ENTENDENDO A SEGURANÇA FRONTEIRIÇA, UMA ABORDAGEM MULTIESCALAR: O CASO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASILARGENTINA-PARAGUAI.**

Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 863-875. ISBN 978-85-63800-17-6.

FERRARI, M. As Noções de Fronteira em Geografia. REVISTA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA (ONLINE), v. 09, p. 45-64, 2014.

FERREIRA, Paulo Henrique de Campos Lopes. A história das constituições brasileiras e a evolução ao longo dos anos. Paulo Henrique de Campos Lopes Ferreira. REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. Disponível em:< [Revista Âmbito Jurídico - Âmbito Jurídico - Educação jurídica gratuita e de qualidade \(ambitojuridico.com.br\)](#)>Acessado em: 22 de janeiro de 2021.

FILHO; Marcelo Paulino de Melo. ALBUQUERQUE; Thiago Brito de. **O SISFRON COMO POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO COM OS PAÍSES DA FRONTEIRA NOROESTE BRASILEIRA.** Disponível em:

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8788/1/2%20%20Artigo%20Cient%20C3%ADfco%20-%20Cap%20MELO.pdf> Acessado em: 20 de Outubro de 2022.

FURQUIM JR, Laércio; **FRONTEIRAS TERRESTRES E MARÍTIMAS DO BRASIL: UM CONTORNO DINÂMICO.** Universidade de São Paulo (USP) – 2007. Laercio

Furquim Junior. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03032008-112642/publico/DISSERTACAO_LAERCIO_FURQUIM_JUNIOR.pdf> Acessado em 01 de Abril de 2022.

GeoBrainStorms. Continente, Países e Estados (Shape). Disponível em:< [Continente, Países e Estados \(Shape\) – ATUALIZADO | GeoBrainStorms \(wordpress.com\)](#)>Acessado em: 01 de março de 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:< [O Brasil no Mundo \(ibge.gov.br\)](#)>. Acessado em 05 de Outubro de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Downloads. Disponível em:< [IBGE | downloads](#)> Acessado em: Acessado em: 01 de março de 2021. KJÉLLEN, R., apud VICENS-VIVES, J., Tratado general de geopolítica. Barcelona, Ed. Vicens-Vives, 1961. p. 49.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

Lacasse, J.-P. (1974). Les nouvelles perspectives de l'étude des frontières politiques : revue de quelques contributions récentes. Cahiers de géographie du Québec, 18 (43), 187–200. <https://doi.org/10.7202/021181ar>.

Malamud, A. (2012) **Moving regions: Brazil's global emergence and the redefinition of Latin American borders**. In: Riggirozzi, P., Tussie, D (Eds.) *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America* Vol. 4, pp.167-182 Springer. Disponível em: < <https://www.ics.ulisboa.pt/pessoa/andres-malamud> > Acessado em: 03 de Abril de 2022.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. O Tempo da Fronteira: Retorno À Controvérsia Sobre O Tempo Histórico da Frente de Expansão e da Frente Pioneira. *TEMPO SOCIAL*, v. 8, n.1, p. 25-70, 1996.

MEDEIROS, Océlio. *Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito, de 1944. MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec; Polis. 1984.

MINISTÉRIO DA DEFESA: Serviços e Informações do Brasil. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2022/02/em-um-ano-forcas-armadas-apreendem-50-a-mais-de-drogas-na-faixa-de-fronteira#:~:text=Opera%C3%A7%C3%A3o%20C3%81gata-.Em%20um%20ano%2C%20For%C3%A7as%20Armadas%20apreendem%2050%25%20a%20mais%20de,drogas%20na%20faixa%20de%20fronteira&text=As%20For%C3%A7as%20Armadas%2C%20em%20a%C3%A7%C3%B5es,por%20meio%20da%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20C3%81gata.> > Acessado em: 24 de Fevereiro 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19ª. ed. São Paulo: Annablume, 2003. v. 1. 132p.

Portal Jurídico LEX IVOX libre. Bolívia: Constituição Política de 1826, 19 de novembro de 1826. Disponível em: < [Bolivia: Constitución política de 1826, 19 de noviembre de 1826 \(lexivox.org\)](https://www.lexivox.org/Bolivia-Consti-tucion-politica-de-1826-19-de-noviembre-de-1826) > Acessado em: 12 de fevereiro de 2021.

RODRIGUES, Thiago. *A Infundável Guerra Americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente*. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, vol.16 n°.2, abril-jun 2002.

RODRIGUES, Auro de Jesus; SILVA, J. A. B. ; BARROSO, R. C. A. ; VIEIRA, J. D. ; FONTANA, R. L. M. . **Uma análise sobre o território à luz da Geografia**. Cadernos de Graduação, v. 2, p. 87-98, 2015. Disponível em: < <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:E41aiit-EK8J:https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/download/1949/1207/6686+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> > Acessado em: 20 de abril de 2021.

Scholvin, S.Malamud, A.(2020) **Is Brazil a Geoeconomic Node? Geography, Public Policy, and the Failure of Economic Integration in South America** *Brazilian Political Science Review (BPSR)* Vol. 14, 2, pp.e0004. Disponível em: <

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/44216/1/ICS_AMalamud_Is_Brazil.pdf>

Acessado em: 03 de abril de 2022.

SHIN, Myung Joo. **Análise da Formação de Complexos Regionais de Segurança (CRS): um estudo comparativo entre a América do sul e o Leste Asiático/** Shin Myung

Joo. – São Paulo, 2015. 98f. : il; 30cm. Disponível em:<

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2500658> Acessado em: 01 de Abril de 2022.

SIMÕES, Renata Moraes, 1995-2021. **O Relacionamento Brasil-Argentina à Luz da Convergência Ideológica**

Partidária e suas consequências para o Regionalismo: [recurso eletrônico] : A UN ASUL(20032019) / Renata Moraes Simões. 2021. Disponível em:

<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021>.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. **Relatório Mundial sobre Drogas.** Disponível em:<

<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html>>

Acessado em: 11 de Outubro de 2022.